

UNIVERSIDADE SANTO AMARO
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas

Maria Leopoldina dos Santos

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX PELA VISÃO
DE LIMA BARRETO EM SEU DIÁRIO ÍNTIMO**

SÃO PAULO
2022

Maria Leopoldina dos Santos

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX PELA VISÃO
DE LIMA BARRETO EM SEU DIÁRIO ÍNTIMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Santo Amaro - UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas. Bolsista CAPES.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Dias.

SÃO PAULO

2022

S236p Santos, Maria Leopoldina dos.

As políticas públicas do início do século XX pela visão de Lima Barreto em seu Diário Íntimo / Maria Leopoldina dos Santos. — São Paulo, 2022.

100 p.

Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Universidade Santo Amaro, 2022.

Orientador: Prof. Me. Dr. Luiz Antonio Dias.

1. Lima Barreto. 2. Políticas públicas. 3. Rio de Janeiro. I. Dias, Luiz Antonio, orient. II. Universidade Santo Amaro. III. Título.

Maria Leopoldina dos Santos

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX PELA VISÃO
DE LIMA BARRETO EM SEU DIÁRIO ÍNTIMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas *Stricto Sensu* da Universidade Santo Amaro - UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Dias.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Banca examinadora

Prof. Dr. Luiz Antonio Dias (Orientador)

Prof. Dr. Vagner Porto - USP

Profa. Dr. Rafael Lopes de Sousa - UNISA

Conceito Final: _____

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Carlos Alberto dos Santos e Carolina JCM dos Santos, por tudo que eu sou, pelo que tive, tenho e vou ter, sempre.

Às minhas amigas Camila Striato, Deborah Almonacid, Fernanda Hecht e Lais Cattassini. Sem vocês esse mestrado não teria saído. Obrigada pelas revisões, as dicas, as broncas na hora certa, as ligações às sete da manhã e às 11 da noite. Obrigada por estarem presentes e me apoiarem.

Gostaria de agradecer às minhas revisoras: Thayná Alves Rocha e Lais Cattassini. Nem todas as heroínas usam escudo e espada. E gostaria de fazer um agradecimento especial à Lais Cattassini. Neste mestrado ela trabalhou em jornada tripla, como amiga, revisora e psicóloga. O meu muitos crocs pra você.

E aos maridos Alessandro Hecht e Rory Hickman, pela compreensão e o carinho.

Sempre tive uma pontinha de inveja de pessoas que vinham me contar sobre professores que tiveram em suas vidas e haviam, de alguma forma, inspirado carreiras ou paixões. Porém, no primeiro dia de aula da Graduação em História, eu tive a mesma sorte. Para mim, o Prof. Dr. Luiz Antonio Dias foi este professor. Ele é a definição de um excelente professor. Eu o agradeço não apenas por ter me orientado nesta pesquisa, mas por fazer de mim uma aluna melhor todos os dias.

À minha banca de qualificação formada pelos Prof.s. Drs. Rafael Lopes de Sousa e Vagner Porto pelos apontamentos e generosidade.

E por fim, gostaria de agradecer à Universidade Santo Amaro — Unisa, por ter sido contemplada com um bolsa de estudos de 50%.

RESUMO

Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881 na então capital do país, Rio de Janeiro, e se formou pela Escola Politécnica onde começou a escrever seus ensaios. Por ser um homem preto e neto de ex-escravizados, escrevia sobre as injustiças e preconceitos que a cor de sua pele carregavam de forma literária. Se escondia pelo intermédio de muitos pseudônimos e assim podia fazer críticas sociais sem sofrer represálias. Em seu "Diário Íntimo", escrito entre 1900 e 1921, o autor registrava seus pensamentos, ideias e histórias que viveu e viu por meio de crônicas. O *Diário Íntimo* de Lima Barreto, se tornou livro quando seu biógrafo, Francisco de Assis Barbosa, fez um copilado de inúmeras anotações e notas que encontrou durante sua pesquisa para escrever a biografia de Lima, muitos desses textos estavam sem datas ou organização. Esta pesquisa, visa, portanto, trazer os relatos de Lima Barreto com relação a implementação das Políticas Públicas e das questões sanitárias, no início do século XX, e sua mentalidade com relação as mesmas. Assim como a visão de uma população invisibilizada pela república na ânsia eurocentrista de um país novo. A análise para essa dissertação será focada entre os capítulos, de seu Diário Íntimo, entre os anos de 1902 e 1906, quando o então presidente do Brasil, Rodrigues Alves e o prefeito da capital Pereira Passos, seguiram as diretrizes das Reformas Urbanísticas de George Eugene-Haussmann, em Paris. Da demolição de cortiços, em sua maioria habitados por pretos em um país recém-saído de uma economia escravocrata à aprovação de um decreto tornando obrigatória a vacina da varíola, que resultou na Revolta da Vacina. Essas políticas tinham como objetivo limpar a cidade do sujo, pobre e feio. A intenção desse trabalho é, portanto, analisar a gestão de Políticas Públicas por meio da visão de Lima Barreto em suas crônicas, fonte principal desta pesquisa, escritas em seu *Diário Íntimo* entre 1902 e 1906. Assim como seu método de escrita voltado para o estilo de crônicas.

Palavras-chave: Lima Barreto; políticas públicas; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Lima Barreto was born on May 13, 1881, in the then Brazilian capital of Rio de Janeiro. Barreto graduated from Escola Politécnica, where he had started writing his essays. As a Black man, the grandson of former slaves, he wrote about the injustices and prejudices he carried with him because of the colour of his skin in a literary way. Lima Barreto would hide behind pseudonyms in an attempt to avoid suffering retaliation. In his book *Diário Íntimo*, written between 1900 and 1921, the author chronicled his life through his thoughts, ideas, and stories. *Diário Íntimo* was finally published as a book in 1956 by Barreto's biographer, Francisco de Assis Barbosa. Barbosa was looking for documents about his subject when he discovered an extensive collection of notebooks that had been kept by Lima Barreto now residing in the possession of the author's sister, Evangelina Barreto. Barbosa then compiled the information he had obtained and organized it by date. The objective of this dissertation on Barreto's work is to understand his mentality on the subject of Public Policies and sanitary issues at the beginning of the 20th century, as well as the opinions of a population living in poverty that was invisible to the government of a new Republic. This research and analysis is focused on the chapters of *Diário Íntimo* that take place between 1902 and 1906, when then Brazilian President Rodrigues Alves and mayor of Rio de Janeiro, Pereira Passos decided to renovate the city following guidelines laid down by Paris mayor George Eugene-Hausmann (1853-1870). From the demolition of the tenements, in which the majority of the residents were Black and living in a country that had only recently abolished slavery, to the approval of a decree obligating the entire population to get vaccinated against smallpox, the goal of these policies was to cleanse the city of anything that was perceived of as being dirty, ugly, or poor.

Key words: Lima Barreto; public policies; Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Introdução	8
1. 1 A vida de Lima Barreto e suas obras	14
1. 2 Contextualização histórica de Lima Barreto	26
1. 3 Os Diários de Lima Barreto	34
2. 1 Pereira Passos, O realizador	41
2. 2 Rodrigues Alves, O “Soneca”	54
2. 3 Os Cronistas do Rio de Janeiro	67
3. 1 A crônica como estilo de escrita	72
3. 2 As Políticas Públicas pelo “Diário Íntimo”	80
Considerações finais	95
Referências	98
Fontes	100

Introdução

Nascido em 13 de maio de 1881, sete anos antes da Abolição da escravatura, Lima Barreto era neto de ex-escravizados e filho do tipógrafo João Henriques Lima Barreto e da professora Amália Augusta Barreto. Lima Barreto foi um caso atípico para a época em que viveu, era um homem preto, literato e escritor. Sua vida foi marcada pelo racismo e discriminação que sofreu no Brasil. O preconceito que vivenciou se tornou tema de suas crônicas e romances como em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Mesmo já sendo um autor conhecido no Brasil, Lima Barreto ainda passava por situações constrangedoras motivadas pela cor de sua pele.

Essa pesquisa teve como objetivo dois pontos centrais. Primeiro entender a mentalidade de Lima Barreto durante as Reformas Urbanísticas e a implementação de Políticas Públicas durante a Primeira Republica, especificamente no governo do Presidente Rodrigues Alves e o Prefeito do Rio de Janeiro Pereira Passos entre 1902 e 1906, por meio de seu *Diário Íntimo*. E em segundo, por meio da análise de seus textos, compreender o motivo que levava o autor a adotar a crônica não apenas como estilo de escrita em suas publicações, em jornais e revistas, como também em suas anotações pessoais.

O *Diário Íntimo* foi um livro publicado em 1956, organizado por seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa. Assis Barbosa ao começar a pesquisa sobre a vida de Lima Barreto, para escrever sua biografia, encontrou uma vasta documentação de anotações e cadernos de notas armazenadas pela irmã de Lima Barreto, Evangelina Barreto. Ao se deparar com a documentação preservada por Evangelina Barreto, organizou os escritos do autor e transformou-os em livro. Usando do contexto histórico assim como a vida pessoal de Lima Barreto, o biógrafo publicou as anotações do escritor de forma cronológica, separando os capítulos por ano.

Apesar dessa pesquisa ter como corte temporal entre os anos 1902 e 1906, o *Diário Íntimo* abrange um período da vida de Lima Barreto entre 1900 e 1921. Lima Barreto faleceu em 1922. Francisco de Assis Barbosa deu este título ao livro por entender que as anotações que encontrou no arquivo da irmã de Lima Barreto não pretendiam ser publicadas pelo escritor.

Para entender a visão de Lima Barreto em seu diário, esta pesquisa se aprofundou no contexto histórico entre o final do século XIX e o início do século XX. A transição dos sistemas econômicos e políticos e as consequências dessas mudanças para a população carioca, principalmente das classes mais pobres que após a Libertação da Escravatura, consistia em sua maioria de pessoas pretas.

A unicidade associada a Lima Barreto, por seu contexto familiar trazia ao autor uma forma particular de entender o mundo ao seu redor. Traduzia assim em suas obras a frustração que sentia com políticos e o Estado e como tratavam o povo.

Morador dos subúrbios por toda sua vida, as exclusões que a população pobre do Rio de Janeiro enfrentava também eram sentidas por ele, uma vez que, trabalhava como servidor público na Secretaria de Guerra, no centro da cidade, e voltava de trem para casa todos os dias.

A importância pela escolha desse tema para a pesquisa reforça a ideia em revisitar a Primeira República (1889-1930), pelo olhar do escritor Lima Barreto, como evento histórico e entender assim sua mentalidade com relação a população invisibilizada pelo Estado e a exclusão que esta população sofreu principalmente durante as Reformas Urbanísticas promovidas pelo então presidente Rodrigues Alves (1902-1906) e o prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos (1903-1906).

As promessas de governo de Rodrigues Alves consistiam primeiramente na reforma e modernização dos portos do Rio de Janeiro, capital do país, e de Santos em São Paulo, e combater as epidemias de febre amarela e varíola que assolavam o país, apesar de essas não terem sido as únicas doenças que caracterizaram uma epidemia na capital, elas foram as que mais causaram vítimas no início do século XX no Brasil.

Para combater as epidemias vigentes Rodrigues Alves nomeou o médico Oswaldo Cruz para o Ministério da Saúde. Oswaldo Cruz acreditava em ideais positivistas e era adepto do Movimento Higienista. Este movimento visava a educação da população para a mudança de hábitos, saneamento básico e uma visão de higiene global, que envolvia a profilaxia e a limpeza de ruas e casas.

Ao nomear Pereira Passos para prefeito do Rio de Janeiro, Rodrigues Alves foi além em suas promessas de governo, ampliando a reforma do Porto para uma

modernização geral da cidade, incluindo a abertura de uma nova e ampla avenida, a construção de bulevares, reforma das calçadas e instalação de iluminação elétrica.

Os cortiços e estalagens eram considerados moradias insalubres, pela arquitetura e disposição das construções, com pouca circulação de ar e quantidade de pessoas que moravam em cada quarto. Muitas dessas habitações eram localizadas no centro do Rio de Janeiro. Em um esforço conjunto entre Oswaldo Cruz e Pereira Passos, esse tipo de habitação começou a ser demolida. Primeiro por uma questão de higiene, a mentalidade da época acreditava que os cortiços e estalagens eram disseminadoras de doenças epidêmicas e segundo, para a construção da nova avenida, as antigas construções deveriam ser postas a baixo para dar lugar a modernização das ruas. Essa Política Pública ficou conhecida como “O Bota-abaixo”.

A forma como o Estado lidou com as demolições foi um dos motivos dos quais levaram Lima Barreto a fazer duras críticas contra as reformas. Com as demolições, centenas de pessoas ficaram desabrigadas indo morar ou em regiões mais afastadas do centro, subúrbios, ou ocupando os morros ao redor da cidade. Privilegiando o centro com a modernização do Rio de Janeiro, a maior parte da população, que agora vivia afastada, não tinha acesso as transformações pelas quais a cidade passava.

Em seu *Diário Íntimo*, Lima Barreto, não apenas questionava a maneira como as reformas estavam sendo conduzidas, como também, a truculência policial utilizada pelo Estado contra a população que, descontente com os rumos que as Políticas Públicas estavam tomando, chegou a se rebelar contra as imposições feitas.

No episódio mais emblemático do governo de Rodrigues Alves, A Revolta da Vacina, o povo tomou as ruas contra o decreto que obrigava toda a população a se vacinar contra varíola. Mais uma vez, Lima Barreto, tantos em suas crônicas quanto em seus romances, acusa o Estado de se beneficiar da truculência policial para silenciar os Revoltosos. A visão de Lima Barreto sobre as Políticas Públicas, fica nítida em seu *Diário Íntimo*.

Em *Machado de Assis: Historiador*, Sidney Chalhoub (2003) resgata as obras de Machado de Assis em uma análise histórica para compreender o século XIX por

meio da visão do Bruxo. Machado de Assis notoriamente lutava pela Abolição da Escravatura, assim como pela igualdade de raças. Em sua pesquisa, revisita *Helena, Iaiá Garcia e Memórias Póstumas de Brás Cubas* além de dedicar um capítulo aos contos de Machado de Assis, para compreender a luta de um homem preto pela alforria de sua raça e suas conquistas com a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário. Machado de Assis, em seus romances, também questiona o Estado com relação as Políticas de Saúde durante a primeira epidemia de febre amarela, se mostrando ricas em fatos históricos (CHALHOUB, 2003).

Assim como Machado de Assis, Lima Barreto, em suas obras, demonstrava preocupação com a igualdade de raças e a população mais pobre, muitas vezes marginalizada pelo governo. Dessa forma, a pesquisa de Sidney Chalhoub (2003) inspirou esta dissertação, por entender a importância de visitar obras do século XIX e início do século XX, com a intenção de elucidar o contexto histórico do Brasil na recém mudança de um sistema econômico e político monarquista e escravocrata para um sistema republicano e capitalista.

As questões que surgem com o avanço da sociedade demonstram a vontade do estudioso em visitar documentos já analisados com um olhar novo, em uma perspectiva de preencher as lacunas por meio de perguntas, para assim serem respondidas em contextos históricos já analisados. Sendo assim, esta pesquisa tem como intenção, sem esgotar a temática, buscar nas obras de Lima Barreto, um olhar social com relação as Políticas Públicas do início do século XX.

Outros autores, que foram base para essa pesquisa, já visitaram as mesmas inquietações que este estudo busca responder, com olhares diversos e elucidando diferentes questões. Sidney Chalhoub (2017), em *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*, pesquisou documentos para obter uma visão mais detalhada sobre o final do século XIX, principalmente nas transformações sociais pelas quais o Brasil passou após a Abolição da Escravatura, e como as epidemias transformaram a conduta governamental perante a sociedade carioca.

Nicolau Svecenko (1993) trouxe grandes contribuições com seu estudo sobre a Revolta da Vacina tanto para a pesquisa sobre a Obrigatoriedade da Vacina em 1904 quanto para os movimentos sociais contemporâneos.

Lilia Schwarcz (2013), ao pesquisar a vida de Lima Barreto, objeto desse estudo, procurou entender suas obras por meio de suas experiências, originando assim a sua biografia *Triste Visionário*. Assim como a biografia de Francisco de Assis Barbosa (2017), primeira sobre Lima Barreto, *A vida de Lima Barreto*.

José Murilo de Carvalho (2019), no livro *Os bestializados*, recorreu a documentações governamentais, buscando pessoas marginalizadas e invisíveis pela sociedade, na ânsia de entender como as Políticas Públicas afetavam diretamente esses grupos de pessoas, que não eram considerados nem cidadãos de segunda classe, eles simplesmente não existiam na visão do Estado.

Estes autores deram estrutura teórica para essa pesquisa e contribuíram de diferentes formas para a análise das crônicas de Lima Barreto, em seu *Diário Íntimo*, e as questões das Políticas Públicas implementadas no final do século XIX, início do século XX.

A crônica como estilo de escrita se popularizou no Brasil no século XIX, quando muitos autores começaram suas carreiras literárias adotando o estilo, entre eles Machado de Assis e Olavo Bilac. A crônica transita tanto pelo jornalismo, com a publicação diária em jornais e pela discussão de fatos cotidianos com pitadas de humor, quanto pela literatura, por meio de anedotas e da ficção como ferramenta para alcançar o leitor.

Antônio Cândido (1989) e Luiz Peazê (2013) colaboraram para o estudo da crônica e o debate sobre seu lugar, como estilo de escrita, entre o jornalismo e a literatura. Ambos autores utilizados nessa pesquisa para entender o uso desse estilo específico de escrita por Lima Barreto.

A escolha da crônica, como estilo principal de escrita, por Lima Barreto se devia justamente a essas características transitórias do cometário do dia a dia à ficção. O autor ainda utilizava de pseudônimos não apenas para assinar seus textos como também para camuflar personagens baseadas em pessoas reais.

O estudo desta dissertação foi dividido em três capítulos e considerações finais. Os dois primeiros capítulos foram pensados para abarcar o autor Lima Barreto, sua vida e o contexto histórico ao qual estava inserido, focado principalmente entre 1902 e 1906, corte temporal desta dissertação. O terceiro e último capítulo analisa as crônicas de Lima Barreto em seu *Diário Íntimo* visando

entender a perspectiva do autor com relação as Políticas Públicas no contexto histórico da Reformas Urbanísticas da capital do Brasil, Rio de Janeiro.

O primeiro capítulo, dividido em três subcapítulos: A Vida de Lima Barreto e suas obras, Contextualização histórica de Lima Barreto e Os Diários de Lima Barreto. Os dois primeiros subcapítulos focalizam a biografia do autor assim como a análise da época em que viveu por meio de seus romances e crônicas publicadas em jornais e revistas. O terceiro subcapítulo é dedicado a apresentar seus dois diários, publicados *post mortem*, organizados por Francisco de Assis Barbosa, o *Diário do Hospício* e o *Diário Íntimo*, este fonte principal para essa pesquisa.

O segundo capítulo, dividido em três subcapítulos. O primeiro, Pereira Passos — o realizador, trata sobre o prefeito do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, as Políticas Públicas empregadas no capital do país e as Reformas Urbanísticas. O segundo subcapítulo, Rodrigues Alves — o soneca, explana o governo do então presidente (1902-1906), o plano de governo aplicado pelo político e como a implementação chegou a ser excludente com a população pobre da cidade. O terceiro subcapítulo analisa a importância da crônica como estilo de escrita e traz como exemplos outros cronistas que escreviam para veículos da imprensa carioca.

O terceiro capítulo é subdividido em duas partes. A primeira objetiva aprofundar o debate da crônica, método de escrita, entre o jornalismo e a literatura com enfoque em autores e cronistas que trouxeram contribuições para o tema. A segunda é dedicada à análise das crônicas escritas por Lima Barreto em seu *Diário Íntimo*.

Esta pesquisa busca, portanto, de forma interdisciplinar, na literatura, pelo autor Lima Barreto, no jornalismo, pela análise das crônicas e na história, na busca pelo entendimento da gestão do governo do começo do século XX. O viés interdisciplinar para essa produção, é imprescindível para a evolução do trabalho, pois, para entender o mundo de Lima Barreto, temos que navegar entre diferentes disciplinas e extrair por meio da análise, como a implementação de Políticas Higienistas e como afetavam a rotina da população carioca.

1. 1 A vida de Lima Barreto e suas obras

Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881, data essa que se tornou um marco no Brasil com a Abolição da Escravatura em 13 de maio de 1888. Filho do tipógrafo João Henriques e da Professora Amália Augusta, ambos mulatos livres, Lima Barreto teve mais três irmãos. O autor nasceu no Rio de Janeiro, onde morou por toda sua vida. A cidade é onde se ambientavam seus livros, e serviu de inspiração para suas histórias e personagens.

Falar de Lima Barreto, é falar de suas obras. Tanto seus romances, como seus contos e crônicas marcaram períodos de sua vida e pessoas que por ela passaram. Os paralelos feitos entre personagens e a vida de Lima Barreto passaram a descrever o descontentamento do autor com a Primeira República (1889-1930), embasados pelo preconceito e discriminação que a população de classes mais baixas sofria. Os textos de Lima Barreto se tornaram denúncias contra as mentiras do governo, uma vez que, a nova política prometia maior igualdade social.

Lima embaralha propositalmente tudo: seus personagens e sua própria realidade. As passagens, ainda que alusivas, são fundamentais para entender os rastros da história da mãe do escritor, ou ao menos o eu Lima selecionava dessa história. Na falta de dados, o escritor ficcionalizava (SCHWARCZ, 2013, p. 32).

O racismo, injustiça social e o conservadorismo eram assuntos chaves em suas obras. Em tom de denúncia, o autor por muitas vezes transpunha suas próprias experiências em suas obras de ficção. Em sua primeira obra publicada, em 1909, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto dissecou suas próprias experiências trabalhando na Secretaria de Guerra como escrivão. A cor de sua pele parecia o grande empecilho. Escreveu sobre o preconceito que sofreu ao se mudar para Capital e sobre conseguir uma entrevista somente depois de apadrinhado.

As passagens de racismo presentes no livro demonstram de forma velada o preconceito que os cidadãos pretos do Rio de Janeiro sofriam. O primeiro contato que Isaías tem com a discriminação acontece logo que desembarca na rodoviária. Com fome, ele para em um pequeno balcão e, após se servir e pagar, reclama por seu troco, ouvindo uma resposta malcriada do balconista. Contudo, o rapaz loiro atrás de Isaías Caminha é imediatamente atendido com seu troco, deixando Isaías

sem entender o que havia acontecido. Vindo do subúrbio, o protagonista não havia sofrido de forma tão clara o racismo até aquele momento.

O contraste feriu-me, e com olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos (BARRETO, 2019, p. 24).

Em Recordações do Escrivão Isaías Caminha, Lima Barreto faz paralelos entre a ficção e a realidade nessa constante crítica ao governo e à sociedade carioca por meio de anedotas que visavam elucidar a diferença que tanto os representantes como o próprio povo faziam entre os cidadãos. Em uma das passagens mais simbólicas da obra, o autor descreve um novo projeto de lei em que, para frequentar o centro do Rio, é necessário o uso de sapatos, aqueles que estivessem descalços não poderiam andar pelas ruas recém reformadas da capital.

Ao abandonar, seis anos antes, o projeto de um romance histórico sobre a escravidão e o Brasil, Lima Barreto assumiu o papel de observador de acontecimentos contemporâneos que diziam respeito à evolução da jovem República brasileira e que ocorriam principalmente na capital do país. Essa decisão explica o aspecto memorialista e panfletista tanto em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* quanto de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (a primeira versão desse romance foi escrita em paralelo à composição de *Recordações*, mas só veio à luz uma década depois). Nestes dois romances, Lima comenta as transformações que a República trouxe à cidade do Rio, mas apresenta-as como meros ingredientes da fachada ilusória da República Velha (OAKLEY, 2011, p. 81).

Em uma clara referência ao governo, Lima Barreto aponta pela ficção a intenção de excluir e inviabilizar as pessoas de classe baixa de ir e vir em sua própria cidade, impossibilitando até mesmo de trabalharem no centro.

Nascera a questão dos sapatos obrigatórios de um projeto do Conselho Municipal, que foi aprovado e sancionado, determinando que todos os transeuntes da cidade, todos que saíssem à rua seriam obrigados a vir calçados. Nós passávamos então por uma dessas crises de elegância, que, de quando em quando, nos visita. Estávamos fatigados da nossa mediania, do nosso relaxamento; a visão de Buenos Aires, muito limpa, catita, elegante, provocava-nos e enchia-nos de loucos desejos de igualá-la. Havia nisso uma grande

questão de amor-próprio nacional e um estulto desejo de não permitir que os estrangeiros, ao voltarem, enchessem de críticas a nossa cidade e a nossa civilização (BARRETO, 2019, p. 79).

Esse paralelo que Lima Barreto fez em sua obra remete diretamente a dois episódios que aconteceram durante o governo do então prefeito Pereira Passos (1902–1906). Logo em que tomou posse, o prefeito instaurou diversas medidas que iam desde a proibição de se criar porcos em residências até à tentativa de se conter a vadiagem e mendicância nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Em uma clara tentativa de “civilização à francesa”, a ideia era limpar a cidade com a justificativa positivista sanitária, para conter as epidemias que assolavam a cidade e tornar o Rio de Janeiro mais convidativo para imigrantes europeus.

[...] Pereira Passos, na ânsia de fazer da cidade suja, pobre e caótica réplica tropical da Paris reformada por Haussmann, baixara várias posturas que também interferiam no cotidiano dos cariocas, particularmente no dos ambulantes e mendigos. Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos. A venda de ambulantes de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspsse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não soltassem pipas. Muitas dessas posturas eram simples reedições de medidas anteriores que, ao bom estilo brasileiro, não tinham pegado (CARVALHO, 2019, p. 91).

O segundo episódio, datado em 1904, vem com a imposição do uso de sapatos e paletós para todos aqueles que quisessem frequentar a nova Avenida Central, construída aos moldes da Avenida Champs Elyseé em Paris. A medida não foi à frente, pois não era possível ter um controle dos transeuntes que iam e vinham em uma avenida tão extensa. Tais leis buscavam mudar a paisagem social do Rio de Janeiro, esbranquiçando a aparência da capital.

Esta política de embranquecimento visava aumentar o número de imigrantes europeus no país e diminuir o número de pretos que moravam no Rio de Janeiro, em sua maioria ex-escravizados. Uma das metas das Reformas Urbanísticas - que serão discutidas no próximo capítulo - era tornar a capital federal mais salubre por meio da contenção da epidemia de febre amarela e varíola, e assim deixá-la mais atrativa para imigração. A ideia por trás desses incentivos à imigração era a

substituição da mão de obra escravizada pela mão de obra de europeus assalariados.

Vale ainda ressaltar que o próprio Lima Barreto era morador do subúrbio do Rio de Janeiro. Os subúrbios eram regiões mais afastadas do centro, com bairros organizados, onde famílias de trabalhadores moravam. A revolta de Lima Barreto contra as medidas governamentais não era justificada pela sua própria realidade, mas, sim, pelo autor ter uma visão mais ampla da sociedade, sentindo o peso da sua própria raça nas ações excludentes do Estado. A questão não era apenas econômica, mas também social e racial.

No cipoal de interdições semeadas pelo prefeito, incluem-se ainda várias medidas destinadas a transformar aquela multidão de “pés-descalços” que dominava a paisagem da cidade numa população de cidadãos disciplinados, forjados segundo valores ou estereótipos ideológicos elaborados pela burguesia europeia para o exercício da sua própria dominação (BENCHIMOL, 1992, p. 285).

Lima Barreto tinha a intenção de escrever a maior história sobre a escravidão e o racismo. O autor perpetuava a ideia de que esta seria sua maior contribuição para a literatura e a história do Brasil. Porém, apesar de nunca ter concluído a tal obra, suas crônicas e romances marcaram não apenas uma época como também deixaram uma marca significativa para a posterioridade, uma vez que, por meio de suas histórias é possível enxergar a sua mentalidade sobre a época assim como continuar a pesquisa sobre suas obras, entendendo como de fato as políticas públicas de um governo higienista afetaram a maior parte da população, recém liberta e pobre, marginalizada e invisibilizada pelos governantes.

A intenção da obra que inaugurou Lima Barreto como romancista era, segundo ele mesmo declarou, demonstrar os fracassos do herói o preconceito e a hostilidade que o negro enfrentava na sociedade brasileira no início do século XX. Frisamos aqui os intentos do autor, precisamente por ser tão gritante a diferença entre os propósitos declarados (e os do narrador) e as intensões evidenciadas no romance publicado em 1909 (OAKLEY, 2011, p. 50).

Ainda segundo R. J. Oakley (2011) em seu livro *Lima Barreto e o destino da literatura*, mais do que ter uma escrita militante, em que denunciava as práticas excludentes das novas leis, a obra era também sobre relações de poder. Oakley

aponta a dualidade na primeira obra publicada por Lima Barreto, *Recordações do Escrivão de Isaías Caminha*. Mostrando um herói fracassado e a sua impotência na hierarquia da sociedade, sendo visto como irrelevante. Em suas 100 primeiras páginas Isaías Caminha é descrito como moço ingênuo vindo do interior e, após o primeiro choque social, passa a entender a diferença que a cor de sua pele, como homem mulato, fazia na forma como era tratado e visto.

Depois, quando já estava praticamente morrendo de fome, é lhe oferecido um trabalho de contínuo em uma redação de jornal pelo repórter romeno Gregoróvitch Rostóloff. Desse ponto em diante, Lima Barreto muda sua narrativa: “Assim que Isaías Caminhas entra no mundo da imprensa, o que até aqui tinha sido uma narrativa introspectiva centrada na angústia do herói se torna um veículo para uma sátira em grande escala à imprensa carioca” (2011, p. 52).

Essa ambivalência apontada por Oakley (2011) tem como base, como indicada acima, a questão do poder. As demonstrações de poder descritas em *Recordações da Escrivão Isaías Caminha*, vão desde a carta de apresentação a um deputado, Dr. Castro, por seu padrinho Belmiro, o que não apresenta resultado, por sua falta de influência ao ato de compaixão de Rostóloff até o poder supremo do editor chefe e dono do jornal Ricardo Loberant.

Detém poder na redação de seu jornal e fora dela. O narrador cria a visão de um mundo inteiro a girar em torno dele: um desfile constante de gente, muitos deles figuras de elite da época, indo e vindo, entrando e saindo de seu escritório que se torna “alvo de uma peregrinação”. Loberant é o poder personificado. Quando começa a interessar-se pessoalmente por Isaías, fazendo dele seu protegido, promovendo-o ao posto de repórter, completa-se o processo pelo qual o jovem é totalmente absorvido por aquele poder (OAKLEY, 2011, p. 56).

Como dito anteriormente, Lima Barreto emprestava elementos de sua vida para dar mais cor a suas obras. As referências feitas à redação do jornal que seu herói trabalhava, isto é *O Globo*, eram facilmente identificadas no jornal em que o próprio autor trabalhava, *Correio da Manhã*.

A intenção de Lima, não era apenas denunciar e elucidar de forma militante o racismo, o preconceito com as classes sociais mais baixas ou jogar luz nos subúrbios do Rio de Janeiro, onde morava, mas também, trazer atenção a outros poderes que já prevaleciam na Primeira República (1899-1930). Em suas obras, existem críticas ferrenhas contra o governo e como essas denúncias se apresentavam na forma como a população preta e pobre do Brasil, e mais especificamente do Rio de Janeiro, era tratada. Lima Barreto faz críticas principalmente durante o governo de Pereira Passos, que instaurou a política do Bota-abixo na cidade. O então prefeito reforçou a ideia do embelezamento da cidade, frisando somente o centro e ignorando a periferia e os subúrbios, em uma tentativa de trazer para o Brasil, com uma visão eurocentrista, o que seria considerado avanço e progresso das nações europeias.

Lima Barreto expressou de maneira contundente os impasses e as frustrações com o tão esperado Regime Republicano no Brasil, denunciando os arcaísmos, o conservadorismo e o racismo das elites políticas e econômicas da República. Em livros como *Recordações de Isaías Caminha* (1909) e *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), o pequeno cidadão, os pobres, os mestiços e os funcionários públicos de baixo escalão são retratados como vítimas da impostura e das barreiras sociais, visíveis e invisíveis contra os quais o escritor não receita as fórmulas intelectuais típicas da época, como o higienismo e a eugenia. Para Barreto o problema do Brasil era social e político e não fruto de uma herança racial degenerada a ser corrigida pelo braço forte da lei e da ciência. Nesse sentido, Lima Barreto flertou com o socialismo e o anarquismo, o que não era comum entre os escritores da época (NAPOLITANO, 2016, p. 52).

O historiador Marcos Napolitano (2016), remete às obras de Lima Barreto para entender a mentalidade durante a Proclamação da República. Em seu livro *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*, se volta para obras de Machado de Assis (1839-1908), Monteiro Lobato (1882-1948) e Lima Barreto para desmistificar a classe intelectual brasileira e sua visão sobre a Primeira República. Segundo Napolitano, não houve uma diferenciação entre o novo Estado e o conservadorismo, de herança escravista. A classe científica, de engenheiros, médicos e advogados, continuava a culpar a “degeneração racial” pelos atrasos do país, excluindo a falta de políticas públicas, o analfabetismo e carência de hospitais para o progresso e alimentando, assim, o preconceito contra os mais pobres e suas mazelas.

Diante desse diagnóstico equivocados, mas coerentes com o racismo e a exclusão social e política que pautavam o pensamento das oligarquias republicanas dominantes, alguns intelectuais e cientistas sugeriam ações políticas, via Estado: controlar as classes populares, impor medidas sanitárias e higiênicas por decreto, ao longo prazo, estimular o “branqueamento” da população brasileira (NAPOLITANO, 2016, p. 53).

A classe intelectual se dividia em duas. De um lado estavam escritores como Lima Barreto e João do Rio, que faziam constantes críticas contra esse pensamento higienista e eugenista, entendendo assim, que precisamente a mentalidade conservadora e a falta de políticas públicas eram o empecilho para o progresso. Do outro lado, estavam autores higienistas como Olavo Bilac (1865-1918), que aplaudiam os esforços do governo em trazer a civilização para o Rio de Janeiro. Em Isaías Caminha, Lima Barreto, em tom de chacota e crítica, escreveu:

Os Haussmann pululavam. Projetavam-se avenidas; abriam-se plantas squares, delineavam-se palácios, e, como completo, queriam também a população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, como o uniforme como se viam nos jornais a moda da Inglaterra (BARRETO, 2019, p. 148).

A discussão mais abrangente sobre os cronistas do Rio de Janeiro será explanada no segundo capítulo dessa dissertação. É importante ressaltar, porém, que as crônicas publicadas no período da Reformas Urbanas representavam as opiniões de seus autores, que tinham divergências políticas, tanto quanto a modernizações em si quanto aos decretos que viabilizavam tais empreendimentos.

As reformas de Modernização por quais passaram o Rio de Janeiro durante o mandato do Presidente Rodrigues Alves (1848-1919) e do Prefeito Pereira Passos (1836-1913), não passaram despercebidas por Lima Barreto. Tanto em seus romances quanto em suas crônicas, o descontentamento do autor era latente. Ele via nas grandes transformações que as reformas trariam mais uma forma de excluir e invisibilizar a população mais pobre e preta da cidade.

Lima Barreto mostra-nos em Recordações de Isaías Caminha e Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá o que acontece ao escritor militante em uma sociedade que lhe é hostil ou indiferente: na pior das

hipóteses, ele é marginalizado ou sua voz é simplesmente apagada por outras vozes mais fortes (OAKLEY, 2011, p. 92).

Em uma série de artigos fictícios intitulado *O Subterrâneo do Morro do Castelo*, publicados no *Correio da Manhã* entre 28 de abril e três de junho de 1905, Lima Barreto utiliza como ferramenta o imaginário do povo brasileiro — por meio da lenda dos tesouros dos Jesuítas, que poderiam estar enterrados nos túneis subterrâneos da construção que foi um dos marcos da fundação do Rio de Janeiro — para criticar não apenas a construção da Avenida Central como também a destruição de monumentos históricos por lucro e a utilização da iluminação, um grande chamariz para as Reformas Urbanísticas.

Estes fatos já estavam quase totalmente esquecidos, quando ontem novamente se voltou a atenção pública para o desgraçado morro condenado a ruir em breve aos golpes da picareta demolidora dos construtores da Avenida. Anteontem, ao cair da noite, era grande a azáfama naquele trecho das obras. A turma de trabalhadores, em golpes isócronos brandiam os alviões contra o terreno multissecular, e a cada golpe, um bloco de terra negra se deslocava, indo rolar, desfazendo-se, pelo talude natural do terreno revolvido (BARRETO, 2017b, p. 2).

Em seu livro *Brasil em Construção: As obras públicas na Literatura do século XX*, a autora Sophia Beal (2017), dissectiona a relação das obras literárias e as Políticas Públicas durante todo o século XX, começando pelas Modernizações do Rio de Janeiro. A autora analisa a história contada por Lima Barreto sobre o Morro do Castelo, entendendo a importância de tal texto, que mesmo fictício, acertava a ideia do governo e suas prioridades na Reformas Urbanísticas.

Num dos fascículos do folhetim, o narrador conta que, seguindo instruções de Paulo de Frontin (o engenheiro que gerenciou a construção da Avenida Central), luzes elétricas foram instaladas nas galerias do Morro do Castelo para facilitar a procura pelo ouro que os jesuítas deixaram lá. Assim, como ironia, Lima Barreto muda os postes de luz elétrica da cidade de lugar, levando-os para o subterrâneo (BEAL, 2017, p. 62).

De forma ácida, Lima Barreto provoca os governantes, reforçando a ideia de que os lucros se sobrepõem ao bem-estar da população. As luzes elétricas, que

eram a promessa do governo para uma cidade mais moderna e segura, seriam usadas para a caça ao tesouro imaginário de uma lenda nunca comprovada.

Os postes de luz elétrica simbolizavam os atributos positivos do Bota-abaixo: modernização como sinônimo de eficiência, elegância, segurança, novidade e tecnologia. As influentes invenções movidas à eletricidade do século XIX- dínamos, telégrafos, telefones, bondes, lâmpadas, etc. Criavam uma atmosfera na qual a eletricidade era vista com deferência (BEAL, 2017, p. 52).

Fazendo ainda um paralelo entre suas obras e sua vida, em 1915 foi publicado *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Este livro retrata o patriotismo de um brasileiro médio. Nele, Lima Barreto se inspirou em seu falecido pai e em si próprio para dar vida ao personagem principal. Policarpo vive em função de seu patriotismo, quer aprender modas de viola e instaurar o tupi-guarani como língua oficial brasileira. O personagem sofre durante toda a vida na busca incessante por um Brasil sem influências estrangeiras e vai morar no campo depois de quase enlouquecer na cidade do Rio de Janeiro. Ao tentar trazer a cultura brasileira à tona, ele começa a compreender a necessidade da reforma agrária, indo lutar na Revolta, com a esperança de transformar o país. Demonstrando seu patriotismo, escreve relatórios e telegramas tanto para Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892) quanto para Floriano Peixoto (1839-1895), em busca de aprovação e para que suas ideias sejam ouvidas.

E o jantar ocorreu assim, nesse tom. Quaresma exaltando os produtos nacionais: a banha, o toucinho e o arroz; a irmã fazia pequenas objeções e Ricardo dizia: é, é, não há dúvida - rolando nas órbitas os olhos pequenos, franzindo a testa diminuta que se assumia no cabelo ápero, forçando muito a sua fisionomia miúda e dura adquirir uma expressão sincera de delicadeza e satisfação (BARRETO, 2013, p. 22).

O patriotismo ufanista, não apenas representados em quadros de Benedito Calixto (1853- 1927) e Pedro Américo (1843-1905), foi um movimento que durou até 1922, na Semana de Arte Moderna. O objetivo era resgatar, por meio da literatura, heróis como o Gaúcho e o Bandeirante, evidenciando a bravura dos ascendentes do povo brasileiro. Com a Proclamação da República, o patriotismo também foi traduzido em forma de um integralismo nacional, mantendo as características regionais e exaltando o tamanho do território brasileiro e suas belezas naturais. O

movimento também resgata, de forma não pejorativa, a imagem do caipira e do sertanejo como os verdadeiros brasileiros, autênticos.

Em primeiro lugar, muitos intelectuais, em que pese seus valores elitistas, não estavam cegos diante da rica cultura popular brasileira, sobretudo aquela oriunda das populações rurais. Desde o final do século XIX, artistas e pensadores buscavam conhecer melhor o “homem brasileiro”, e representá-lo através de livros, quadros e músicas (NAPOLITANO, 2016, p. 60).

E esse foi justamente o resgate que Lima Barreto fez em *Policarpo Quaresma*, em uma contundente denúncia contra a estrangeirização e ao brasileiro médio, que acreditava que o que vinha de fora do Brasil era melhor e/ou tinha mais valor, negando a realidade brasileira. O patriotismo ufanista de Lima Barreto era pelo Brasil como país e não seus regionalismos. O *patriotismo*, crônica publicada na revista *Correio da Noite* em 1914, o autor escreveu:

[...] Penso que essa gente deixou de ser absolutamente brasileira, para ser paranaense ou espírito-santense e esqueceu que Paraná, Santa Catarina ou Mato Grosso são divisões político-administrativas do Brasil e não Pátrias, tanto mais que a Constituição permite que elas se subdividam, de acordo com as regras que estabelece [...] (BARRETO, 1914, n.p).

Esse patriotismo exacerbado, que era vivido por Lima Barreto e demonstrado em suas articulações contra qualquer movimento estrangeiro, como o feminismo. O autor inaugurou até mesmo uma Liga Anti-Futebol, da qual era o único membro. Por falta de fundos e membros, a Liga acabou fechada. Em muitas de suas crônicas e até mesmo no romance *Clara dos Anjos*, o autor defendia as mulheres e advocava contra a violência. Porém, como o movimento da emancipação das mulheres no início do século XX era um movimento das sufragistas inglesas, Lima Barreto acreditava que as mulheres brasileiras deveriam ter seu próprio e independente movimento.

Pode existir, existe, mas, excepcionalmente; e exige-la nas leis ou a cano de revólver, é um absurdo tão grande como querer impedir que o sol varie a hora do seu nascimento. Deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus! (BARRETO, 1915, n.p).

Ainda sobre o feminismo, Lima Barreto publicou no *Periódico ABC* uma crônica em 1922 intitulada *O nosso feminismo*. No texto, o cronista se mostra revoltado com um juiz, Rodrigo Otávio, por querer instituir uma lei em que mulheres só poderiam trabalhar como escreventes com a prévia autorização do marido. O juiz comparou a ocupação de cargos na República com a Monarquia. Lima Barreto apoiava as mulheres nas profissões e ainda questionava o porquê de, na mesma constituição onde se liam brasileiros, não se incluíam as mulheres como cidadãos.

[...] Que jurista é esse senhor Rodrigo Otávio! Pois não sabe que desde muito as nossas leis permitiram o exercício de certos empregos públicos a mulheres, nos Telégrafos, nos Correios e no magistério?" (BARRETO, 1922, n.p).

É necessário ressaltar a relevância de *Clara dos Anjos*. É um romance de Lima Barreto que começou a ser rascunhado em 1904 e teve três publicações em épocas diferentes de sua vida. Cada versão teve um enfoque distinto sendo a sua última versão publicada *post mortem*. Francisco de Assis Barbosa, mesmo organizador de seu *Diário Íntimo*, encontrou os manuscritos da primeira versão do romance e decidiu incorporá-lo como uma das fontes para o *Diário*. O esboço das personagens, suas biografias e o enredo podem ser lidos em nas páginas do *Diário Íntimo*. *Clara dos Anjos* começou a ser traçado antes mesmo de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* ou *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*.

Por meio das obras de Lima Barreto, tanto em suas crônicas como em suas escritas literárias, é possível perceber que *Clara dos Anjos* representou um amadurecimento do autor. A história de Clara dos Anjos teve três versões. De seu rascunho e primeira publicação, em 1904, até a sua última publicação entre 1921 e 1922 (Lima Barreto faleceu em 1922) pela *Revista Floreal*, a obra passou por grandes mudanças. A primeira versão se centrava em *Clara dos Anjos* e os abusos sistemáticos que sofria tanto pela mão dos homens como da sociedade. A segunda versão se focou não apenas na vida de Clara dos Anjos, mas também na população do subúrbio do Rio de Janeiro. Em sua terceira e última versão, o romance tem um enfoque maior em como a população do subúrbio do Rio de Janeiro era excluída das políticas públicas.

Como discutido anteriormente, Lima Barreto sempre defendeu as mulheres e seu direitos pela igualdade. A história de *Clara dos Anjos*, centrada na exploração da

mulher pobre e negra e na fatalidade que atinge os subúrbios, elucida o machismo vivenciado pela personagem principal e as consequências dessa experiência. A última versão do romance, tem dois temas centrais: o sofrimento de Clara dos Anjos pelas mãos de um homem branco e a tragédia que assola a população dos subúrbios, essa personificada com a figura de José Castanho de Menezes, o dentista clandestino.

“*Nós não somos nada!*” (BARRETO, 2017a, p. 213). A última fala de Clara dos Anjos no romance de Lima Barreto é a expressão que representa como a população pobre, preta e habitante dos subúrbios era invisibilizada pelo governo, seja pela falta de políticas públicas em locais mais afastados ou pelo tratamento recebido pela população branca da cidade.

Em *Clara dos Anjos*, não é apenas é frisado o destino triste imposto a uma menina preta do subúrbio na mão de um homem branco, como, mais uma vez, Lima Barreto destaca o descaso do governo com a população que morava afastada do centro. Ele também retrata e o incomodo que a população pobre parecia causar para justificar as resoluções e implementações de políticas públicas, como Sophia Beal ressalta em sua pesquisa:

Clara dos Anjos, de Lima Barreto, publicado postumamente em 1923 e 1924 como folhetim, é outro exemplo. A história denuncia a falta de esgotos, de boas estradas e de iluminação pública suficiente nos subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. O narrador nota, causticamente, que em um punhado desses subúrbios, “o governo federal caridosamente supre... algumas bicas públicas” [...]. O uso irônico da palavra caridosamente contesta o discurso governamental de caridade, implicando que o acesso à obra pública deveria ser ubíquo, e não uma rara exibição de boa vontade por parte do governo (2017, p. 23).

As obras de Lima Barreto aqui citadas encontram dentro do contexto da história uma forma de denunciar de forma específica o descaso do governo com o povo das classes mais baixas. Em *Clara dos Anjos*, essa mesma especificidade aponta a falta de saneamento básico, distribuição de água e de iluminação nas periferias, onde a maioria da população era de pessoas pretas.

Apesar de Lima Barreto não ter sido o único autor a escrever de forma denunciativa contra o governo e as políticas públicas excludentes, especificamente no início do século XX, sua posição como neto de escravizados e filho de pretos

recém libertos, o fez ter uma visão abrangente da população beneficiada pelas obras e aqueles que foram negligenciados. Dessa forma, o autor conseguia examinar, mesmo que de maneira pouco neutra, como as políticas impostas pelo governo desfavoreciam as classes mais baixas, assim como explicitar como essa população era atingida e menosprezada, por diferentes métodos.

Representações artísticas de obras públicas brasileiras ao longo do século XX expõe o impacto das obras falhas ou irregulares. Ao denunciar os defeitos da rede de obras e serviços públicos, textos culturais imaginativamente destacavam a importância daqueles para uma comunidade funcional. Uma análise crítica de obras e serviços públicos é especialmente infrutífera no caso do Brasil, porque o país tem investido extensivamente em obras públicas de grande escala e, ainda assim, muitos de seus cidadãos não tem acesso a serviços públicos básicos (BEAL, 2017, p. 26).

A obra de Sophia Beal (2017), faz um paralelo entre as grandes reformas e construções que foram feitas no Brasil ao longo do século XX e a literatura brasileira, citando diversos autores, que comentam essas edificações. Dos feitos grandiosos das Reformas Urbanísticas no Rio de Janeiro no começo do século XX à construção de Brasília, fica claro a intenção dos governantes em fazerem grandes obras para demonstrar o progresso e a modernização do país, em vez de se comprometerem com a população e as necessidades imediatas de serviços básicos, como saneamento e distribuição de água.

1. 2 Contextualização histórica de Lima Barreto

Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881. Sete anos mais tarde, a data passou a ser um marco no Brasil, uma vez que, após um longo processo de lutas e movimentos, a Abolição da Escravatura foi assinada. Filho de pais livres e avós libertos, Lima Barreto era considerado mulato, teve a infância marcada pela tuberculose da mãe, que morreu quando o autor tinha sete anos de idade.

A mais forte impressão de Lima Barreto, nos primeiros anos de vida, foi sem dúvida a morte da mãe. Sem os carinhos de Amália, o mundo como que se fechou para o menino 'Taciturno, reservado e tímido que era, embora com rompantes de alegria, saindo "a correr, a brincar, a cantarolar, pela casa toda, indo do quintal para as salas,

satisfeito, contente, sem motivo e sem causa”, tal como Horácio do conto “Filho de Gabriela” (BARBOSA, 2017, p. 53).

Seu pai, João Henriques de Lima Barreto, era tipógrafo e monarquista. Sua mãe, D. Amália, letrada, mesmo que incapacitada pela doença que lhe afligia os pulmões, era professora e dona de uma escola para meninas da 1ª à 4ª série. Os pais de Lima Barreto tinham uma situação incomum para negros no final do século XIX. Ambos eram alfabetizados e com profissão, incentivam a leitura e a importância da educação dos filhos.

Em 1889, com a Proclamação da República, o jornal em que o pai de Lima Barreto trabalhava foi fechado e ele foi despedido. O periódico monarquista que era dedicado a Don Pedro e não tinha mais razão de existir. Com quatro filhos pequenos e viúvo, João Henriques começou a adoecer mentalmente e o declínio de sua sanidade teve grande impacto nos filhos e em seu emprego. Ele não conseguia se manter empregado por muito tempo e se medicava com álcool.

A preocupação de Lima Barreto com a sanidade e os vícios de seu pai o acompanhou pela vida inteira. Muitas vezes o filho emprestava dinheiro para o pai pagar as contas e suas despesas, como demonstrou em suas anotações, mais tarde publicadas como diário: “Hoje (6 de novembro) fui à ilha, pagar as dívidas de papai (490); paguei-as uma a uma; entretanto na volta, estava triste [...]” (BARRETO, 1956, p. 18).

Perdi as esperanças de curar meu pai! Coitado, não lhe afrouxa a mania que, cada vez mais, é uma só, não varia: vai ser preso; a polícia vai matá-lo; se ele sair à rua, trucidam-no. Coitado, o seu delírio cristalizou-se, tomou forma. Pobre do meu pai! Uma vida cheia de trabalhos, de afanosos trabalhos, acabar assim nesse misterioso sofrimento que me compugne (BARRETO, 1956, p. 47).

A vida de Lima Barreto não foi apenas marcada pelos eventos que aconteciam em seu país, mas também pela doença de seu pai e sua própria. Lima Barreto também era alcoólatra e, como se dizia na época, sofria dos nervos. Ele recebeu um diagnóstico de *neurastenia*, o mesmo que seu pai havia recebido décadas antes, e foi internado duas vezes em sanatórios para tentar se curar. A segunda internação lhe rendeu um diário, publicado postumamente em forma de ficção chamado *Cemitério dos Vivos* (2007a), relatando sua experiência no Hospício Nacional. Sua irmã Evangelina, juntamente com o biógrafo e historiador Francisco de

Assis Barbosa, organizaram as anotações de Lima Barreto durante esta internação e publicaram o *Diário do Hospício*.

O *Cemitério dos vivos*, por sua vez, é o resultado bastante próximo, e por vezes idêntico, das anotações encontradas em *Diários do Hospício*. O romance começou a ser escrito durante a segunda internação de Lima Barreto, no Hospício Nacional do Rio de Janeiro, depois que o psiquiatra Juliano Moreira lhe deu lápis e papel para que registrasse suas memórias (SCHWARCZ, 2013, p. 387).

Lima Barreto se inspirava nos eventos cotidianos e fatos de sua vida para escrever. Misturando a verdade com a ficção, passou a criticar as Políticas Públicas durante a Primeira República pelo mesmo método, de realidade e invenção. Jornalista de profissão e excelente cronista, Lima Barreto encontrou seu lugar ao fazer críticas severas ao governo. Servidor público por apadrinhamento e para pagar as contas, o escritor teve sua vida marcada por suas obras e suas experiências. Em suas obras de ficção, ele faz paralelos claros entre o cotidiano vivido pelo autor e o que observava.

Lima Barreto viveu durante a Primeira República. República essa de grandes promessas, principalmente para a população marginalizada, lê-se: pretos, escravizados. O país apenas recentemente havia abolido a escravidão e passava por uma transição de sistema econômico e político. De monarquia à República de regime escravocrata aos primeiros passos para a industrialização.

A romantização da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, trouxe uma falsa sensação de liberdade, já que o país passaria a caminhar com as próprias pernas e não apoiada em uma monarquia portuguesa, porém a trajetória da Proclamação da República, foi muito além da representação no quadro de Benedito Calixto.

O crescente descontentamento entre os militares, principalmente pela falta de reconhecimento após a Revolução Federalista, o apoio da elite cafeeira apenas aos políticos paulistas para a presidência da República e a falta de projetos para a reestruturação da Capital Federal, foram o início das críticas ao novo sistema político.

Foram esses grupos, ao lado de líderes republicanos populares, como Silva Jardim e Lopes Trovão, que ajudaram a desgastar politicamente a imagem da Monarquia junto à sociedade. Quando foi

derrubada pelo golpe aplicado por Deodoro da Fonseca, a Monarquia já era um regime que tinha perdido apoios fundamentais entre as elites civis e militares. Já que não havia ninguém para defendê-la de maneira vigorosa a não ser alguns poucos senhores de escravos extremamente conservadores, principalmente da outrora importante região do Vale do Paraíba (NAPOLITANO, 2016, p. 17).

Em sua biografia sobre Lima Barreto, intitulado *Triste Visionário*, Lilia Schwarcz (2013), detalha esse período como sendo de grande expectativa e esperança para o povo brasileiro, principalmente em se tratando da economia, que parecia florescer com a industrialização após uma grande depressão. Se por um lado se tinha os novos ares da tecnologia com a invenção do avião e as tendências de moda parisiense que começavam a ser vistas pelas ruas do Rio de Janeiro, de outro se tinha a disparidade que as Reformas Urbanísticas já traziam para a população mais pobre. Em pouco tempo, as promessas que a abolição e a Primeira República traziam foram se dissipando com políticas higienistas, que atingiam majoritariamente o centro da capital do país.

Marca maior da era novidadeira, Santos Dummont levou aos ares as expectativas brasileiras de alcançar as alturas das nações modernas. Ícone desses tempos foi também a nova avenida Central – atual Avenida Rio Branco –, emblema do novo projeto urbanístico da cidade do Rio de Janeiro, com as suas fachadas art nouveau feitas de mármore e cristal, seus modernos lâmpões elétricos, suas lojas de produtos importados e seus transeuntes vestidos à francesa. A contrapartida da reforma urbana consistiu na expulsão da população pobre que habitava os casarões da região central (SCHWARCZ, 2013, p. 133).

Com a Primeira República vieram os ideais de modernização e embelezamento das cidades, apoiadas pelas grandes reformas que Paris havia recentemente passado. Na capital francesa, o administrador público George Eugene-Hausmann (1808-1891) transformou a cidade insalubre, onde os esgotos eram a céu aberto, havia pouca ou nenhuma iluminação, e o crescimento desordenado criava pequenas vielas, em um lugar com um sistema de saneamento básico moderno. Paris ampliou as ruas e avenidas, construiu parques e bulevares e foi a primeira cidade a ter iluminação elétrica.

Inspirados pelas melhorias na capital francesa, prefeitos do Rio de Janeiro começaram a traçar os primeiros esboços do que viriam a ser as Reformas Urbanísticas implementadas pelo Presidente Rodrigues Alves a partir de sua posse

em 1902. Em 1897, o prefeito do Rio, Barata Ribeiro, deu o primeiro passo para o projeto do "Bota-abaixo", demolindo o maior cortiço da cidade, o Cabeça de Porco, e deixando mais de 2 mil pessoas desabrigadas.

Essa discussão será ampliada no segundo capítulo desta dissertação, bem como a crise de moradias populares e a demolição de cortiços e estalagens para abrir caminho para o que viria a ser a Avenida Central do Rio de Janeiro. Durante o governo do prefeito Pereira Passos, indicado por Rodrigues Alves (1848–1919), a então capital federal passou por diversas mudanças por meio de grandes reformas com a justificativa de torná-la mais salubre e atrativa para imigrantes, o que seria um método usado para branquear a cidade.

Apesar de Lima Barreto ter começado sua carreira como escritor publicado apenas em 1902, suas crônicas sempre ressaltavam como as políticas públicas favoreciam as elites e acabavam por marginalizar ainda mais, beirando a humilhação, a população pobre, em sua maioria preta, analfabeta e recém liberta.

Em sua crônica *As enchentes*, Lima Barreto mais uma vez critica o governo de Pereira Passos por não se preocupar com a funcionalidade, mas sim com o embelezamento da cidade. Ele acusa Passos de não tentar resolver os problemas que já existiam e que prejudicavam tantas pessoas dos subúrbios:

As chuvaradas de verão, quase todos os anos, causam no nosso Rio de Janeiro inundações desastrosas. Além da suspensão total do tráfego, com uma prejudicial interrupção das comunicações entre vários pontos da cidade, essas inundações causam desastres pessoais lamentáveis, muitas perdas de haveres e destruição de imóveis. De há muito que a nossa engenharia municipal se deveria ter compenetrado do dever de evitar tais acidentes urbanos. Uma arte tão ousada e quase tão perfeita, como é a engenharia, não deve julgar irresolvível tão simples problema. O Rio de Janeiro, da Avenida, dos squares, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral. Como está acontecendo atualmente, ele é função da chuva. Uma vergonha! Não sei nada de engenheiro, mas, pelo que me dizem os entendidos, o problema não é tão difícil de resolver como parece fazerem constar os engenheiros municipais, procrastinando a solução da questão. O prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descurou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio. Cidade cercada de montanhas e entre montanhas, que recebe violentamente grandes precipitações atmosféricas, o seu principal defeito a vencer era esse acidente das inundações. Infelizmente, porém, nos preocupamos muitos com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de

essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social (BARRETO, 1915, n. p.).

A ideia central de Lima Barreto em todas as suas obras, tenham sido de ficção ou crônicas, era mostrar sua indignação com relação às mazelas do Brasil. Em todas as suas crônicas, prevalece o tom de acusação contra o governo e a tentativa de dar voz aos problemas que pessoas como ele passavam.

É importante ressaltar o paralelo entre as obras neste capítulo mencionadas e os eventos que ocorriam no Brasil, que serviram de pano de fundo para Lima Barreto. Em seus livros, o autor estabelece esse contato entre a ficção de suas personagens e os acontecimentos que marcaram a história do país. Suas personagens passavam pelo que todos os cidadãos da cidade do Rio de Janeiro e do país estavam passando. A interpretação desses eventos por Lima Barreto é traduzida por suas personagens de uma forma ilustrativa, em que a ficção e a realidade convergem.

Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto escreve sobre o Encilhamento e a Revolta da Vacina. O Encilhamento foi uma política econômica de incentivo à industrialização e emissão de papel moeda criada pelo então Ministro da Fazenda Ruy Barbosa (1849-1923) durante o governo de Deodoro da Fonseca, essa medida resultou em inflação e uma grave crise econômica.

Nos primeiros dias de novembro de 1904 causou tumulto a implementação do decreto assinado por Rodrigues Alves em julho do mesmo ano. O texto instituiu a obrigatoriedade da vacina contra varíola a todos os cidadãos brasileiros, como uma forma de cortar o surto da doença que estava matando as centenas na capital do país. Com a liderança do político Lauro Sodré (1858–1944), que era contra o decreto e tinha ambições maiores que seu cargo de senador, começou o movimento que acabou transformando o centro do Rio de Janeiro em praça de guerra, onde bondes foram virados, paralelepípedos arrancados e postes de luz recém-instalados quebrados.

O decreto, que pode ter sido o estopim para uma população que já vinha sendo massacrada pelas políticas públicas higienistas. Até mesmo a iluminação elétrica havia sido instalada apenas nas ruas centrais, não chegando aos bairros periféricos. Sophia Beal (2017) vai mais além. A autora, em seu livro *Brasil em*

Construção, disserta sobre a questão moral que estava atrelada à vacina. A injeção seria na coxa e muitos dos revoltosos teriam ido às ruas por acreditar que suas esposas e filhas seriam expostas.

Devido às associações entre as luzes da rua e progresso, a destruição de lâmpadas que ocorreu durante a Revolta ofereceu um espetáculo visual e perigosamente anárquico da incapacidade das autoridades municipais controlarem seus cidadãos (BEAL, 2017, p. 57).

De acordo com Sidney Chalhoub (2017), durante a semana da Revolta da Vacina, que aconteceu entre os dias 10 e 16 de novembro, Lima Barreto começou a sofrer ameaças. De quem seriam ou por que não se tem relato. Porém, o autor Lima Barreto brinca que o estado de “sítio” em que o Rio de Janeiro se encontrava deveria ser modificado para estado de “fazenda”, maior e com mais escravos.

Em seu *Diário Íntimo*, Lima escreveu uma passagem sobre o episódio, não querendo se juntar à luta, preferiu se manter em casa, longe de confusões por medo de ser preso. Em sua entrada o autor comenta os resultados da Revolta:

Este caderno esteve prudentemente escondido 30 dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil. Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre. Um Progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se faz outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: o estado de sítio passará a ser estado de fazenda. De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos (BARRETO, 1956, p. 22).

No livro *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o protagonista e herói de Lima Barreto luta na Revolta Armada, em 1894. Este levante orquestrado pela Marinha tinha como intenção derrubar o governo de Floriano Peixoto e reivindicar o poder dos militares.

Em *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*, Lima Barreto descreve a Reforma Urbanística e a desolação de sua personagem principal em meio às demolições de moradias populares para a construção da grande Avenida.

Finalmente, em *Clara dos Anjos* o autor examina a exploração da mulher preta, o racismo por parte das famílias brancas que também moravam no subúrbio e as pequenas tragédias pelas quais os habitantes das zonas mais afastadas do centro passavam.

Lima Barreto sempre morou no subúrbio do Rio de Janeiro, até sua morte precoce em 1922 por infarto, consequência de seus problemas com o álcool. Nesses trajetos que fazia, quando pegava o trem para a Central do Brasil, o escritor observava seus arredores e até mesmo escutava conversas no vagão. E todas essas experiências que viveu moldaram a sua escrita e a sua literatura. Suas obras comunicavam sua visão por meio de tantos outros olhos de habitantes do Rio.

1. 3 Os Diários de Lima Barreto

O diário de Lima Barreto não foi um caderno separado e usado para este fim, mas sim um copilado de notas, agendas e cadernos usados pelo autor. Neles, rabiscava seus pensamentos, muitos em forma de crônicas, e esboçava personagens e histórias para seus futuros livros, além de suas aulas e economia doméstica. Quando o historiador Francisco de Assis Barbosa (2017) começou a escrever a biografia de Lima Barreto, entrou em contato com parentes e amigos do autor para obter documentos, fotos e histórias. Acabou se deparando com escritos e cadernetas guardados pela irmã mais nova de Lima Barreto, Evangelina.

Vale ressaltar que o *Diário Íntimo* começou a ser escrito logo depois de Lima Barreto se iniciar na vida boêmia. Andava pela noite com um grupo que o próprio autor denominou “Esplendor dos Amanuenses”, saíam para tomar café, pois não tinham dinheiro para as bebidas alcoólicas. De acordo com seu biógrafo, Bastos Tigre, Domingos Ribeiro Filho e Ribeiro de Almeida eram alguns que faziam parte da trupe (BARBOSA, 2017). Este contexto é importante, pois foi nessa mesma época que Lima Barreto havia desistido da engenharia como profissão e já se considerava escritor, além de ter recebido o diagnóstico da doença de seu pai.

No seu *Diário Íntimo*, que começava então a escrever, Lima Barreto garatuja os dois primeiros mandamentos de um décalo, que não chegou a concluir e que havia de cumprir apenas a metade: ‘1- Não

ser mais aluno da Escola Politécnica; 2- Não beber em excesso coisa alguma [...]’ (BARBOSA, 2017, p. 139).

Embora esse trabalho análise as crônicas organizadas por Assis Barbosa na forma de diário, com foco nas políticas públicas, especificamente no período de 1902 a 1906, durante a gestão de Rodrigues Alves e Pereira Passos, implementadores do Bota-abixo e das Reformas Urbanísticas, é importante trazer os aspectos do diário como obra literária e não apenas da mentalidade de Lima Barreto.

Os chamados diários de Lima foram compilados por sua irmã Evangelina e por seu biógrafo, Francisco de Assis Barbosa, apenas nos anos de 1950. Ambos trabalharam nos documentos legados pelo escritor — cadernetas, agendas, tiras de papel, notas, recortes e esboços de ficção — e os dividiram em duas partes. As fontes que abarcam os anos de 1900 a 1921 foram reunidas sob o nome de *Diário Íntimo*, e ali estão comentários, trechos de obras, planos, notícias, listas de nomes, notícias esparsas e desconexas (SCHWARCZ, 2013, p. 386).

Com esse compilado de ideias, Barbosa (2017) obteve não apenas informações para a biografia de Lima Barreto, como também material para dois de seus diários, *Diário Íntimo* e *Diário do Hospício* e o livro *Cemitérios dos Vivos*. Com o *Diário Íntimo*, publicado primeiramente em 1956, Barbosa tentou de certa forma trazer uma organização aos seus achados. Poucas entradas tinham data e para seguir a ordem cronológica usou não apenas a vida de Lima Barreto, como eventos históricos para orientar as passagens escritas pelo autor. Publicou sua biografia sobre Lima Barreto em 1952, quatro anos antes da publicação do *Diário Íntimo*.

Pouco antes de sua morte, em 1921, Lima Barreto, agora aposentando do Ministério de Guerra e ainda sofrendo com fortes alucinações pelo uso abusivo do álcool, decidiu se isolar em sua casa na Vila do Quilombo. Lá, morava com sua irmã Evangelina e seu pai, no subúrbio do Rio de Janeiro, e catalogava sua biblioteca que chamava carinhosamente de “Limana”. A coleção agrupava obras de autores como Honorè de Balzac (1799-1850), Feodor Dostoevsky (1821-1881) e Machado de Assis, e também toda a sua bibliografia, desde contos até seus livros, crônicas publicadas e correspondência.

Lima Barreto colecionava artigos em cadernos, na capa dos quais colocava uma etiqueta: Retalhos de jornal. Deixou numerosos desses

cadernos, que atestaram assim mais uma preocupação de ordem do boêmio. É que ele herdara essa mania do pai, que lhe transmitira também o gosto pela correspondência, fazendo ponto de honra em dar resposta a todas as cartas que recebia. O escritor chegava ao apuro de conservar toda a correspondência recebida, juntamente com as minutas das respectivas respostas (BARBOSA, 2017, p. 306).

Em 1903, Lima Barreto escreveu com o título *Um diário extravagante*:

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade. (BARRETO, 1956, p. 10).

Lima Barreto tinha a ambição de escrever a maior história sobre a escravidão no Brasil. Escrito não apenas no que seria seu diário como também falado para amigos e colegas, o autor buscava a glória e que seu nome fosse ouvido até mesmo na Europa. Entre os diversos projetos sobre os quais escrevia em seu *Diário Íntimo*, poucos saíram das páginas de seus cadernos de notas.

Veio-me a ideia, ou antes, registro aqui uma ideia que me está perseguindo. Pretendo fazer um romance em que se descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda. Será um espécie de *Germinal Negro*, com mais psicologia especial e maior sopro de epopeia. Animará um drama sombrio, trágico e misterioso, como os de tempo da escravidão. Como exija pesquisa variada de impressões e eu queria que esse livro seja, se eu puder ter uma, a minha obra prima, e adia-lo-ei para mais tarde. Temo muito pôr em papel impresso a minha literatura. Essas ideias que me perseguem de pintar e fazer a vida escrava com processos modernos do romance, e o grande amor que me inspira - pudera! - A gente negra, virá, eu prevejo, trazer-me amargos sabores, descompusturas, que não sei se poderei me pô acima delas. Enfim - "une grande vie est une pensée de la jeunesse réalisé par l'âge mur"¹, mas até lá, meu Deus!, que de amarguras!. Que de decepções! Ah! Se eu alcanço realizar essa ideia, que glória também! Enorme, extraordinária e -quem sabe?- uma fama europeia. Dirão que é negrismo, que é o novo indianismo, e proximidade simplesmente aparente das coisas turbará todos os espíritos em meu desfavor; e eu, pobre, sem fortes auxílios, com fracas amizades, como poderei viver perseguido, amargurado, debicado? Mas... e a glória e o imenso serviço que prestarei à minha gente e à parte da raça a que pertença. Tentarei e seguirei adiante "Alea jacta est"². Se eu conseguir ler esta nota, daqui vinte anos, satisfeito terei orgulho de viver! Deus me ajude! (BARRETO, 1956, p. 48).

¹ "Uma grande vida é um pensamento da juventude realizado na meia idade."

² "A sorte está lançada."

É importante ressaltar que Lima Barreto se preocupava com as críticas que receberia dos pretos e das pessoas das classes mais baixas e não de intelectuais ou literatos. Apesar de este não ter sido o motivo pelo qual o autor não tenha nem sequer começado a escrever este grande livro, a preocupação com a opinião dos subúrbios e ex-escravizados era latente e o acompanhou por todas as suas publicações.

Tinha de fato grandes ambições. Aspirava à glória literária, “enorme, extraordinária, e*quem sabe?- uma fama europeia. Isso, no entanto não impediu que deixasse de lado de lado a ideia do “negrismo” e tratasse imediatamente de um novo plano – um romance em grande estilo, *Marco Aurélio e seus irmãos*, em vinte capítulos, mas no qual escreveu apenas quatro laudas (BARBOSA, 2017, p. 152).

Ainda é possível determinar, por meio de seu *Diário Íntimo*, a frustração de Lima Barreto em não escrever a maior história sobre a escravidão. Porém, se focando em outros projetos, concretizou e publicou logo em seguida *Recordações do Escrivão Isaías Caminhas*, no qual mais uma vez, a ficção e a realidade se fundiam. Lima Barreto, inclusive, usava o pseudônimo de *Caminha* para assinar crônicas e contos quando começou a colaborar para pequenas revistas e jornais.

Lima Barreto tinha um extenso conhecimento sobre a escravidão brasileira. Este arcabouço foi fundamental para enriquecer seus romances e críticas, diluindo seu saber em seus textos, tenha sido em suas crônicas ou romances fictícios.

Ao abandonar, seis anos antes, o projeto de um romance histórico sobre a escravidão no Brasil, Lima Barreto, assumiu o papel de observador de acontecimentos contemporâneos que diziam respeito à evolução da jovem República brasileira e que ocorriam principalmente na capital do país. Essa decisão explica o aspecto memorialista e panfletista tanto de *Recordações do escrivão Isaías Caminhas* quanto em *Vida e Morte de M.J Gonzaga de Sá* (a primeira versão deste romance foi escrita em paralelo à composição de *Recordações*, mas só veio à luz uma década depois). Nestes dois romances, Lima comenta as transformações que a República trouxe à cidade do Rio, mas apresenta-as como meros ingredientes da fachada ilusória da República Velha (OAKLEY, 2011, p. 81).

Todas as obras de Lima Barreto tinham como pano de fundo suas críticas ao governo, experiências pessoais, e pessoas que haviam passado por sua vida. Sua

maior inspiração, contudo, era sua vida, e essa se torna assim a maior importância do *Diário Íntimo*, objeto de análise desse trabalho. Apesar de tal obra sobre a escravidão nunca ter sido escrita por Lima Barreto, é inegável que o autor e cronista escreveu obras de suma importância para a literatura brasileira, retratando seu imaginário e inquietações dentro de um patriotismo desmedido em defesa do país que tanto tinha orgulho.

O problema de Lima Barreto é que sua vida e a arte estão tão próximas em seus romances que se entrelaçam constantemente. Isaías conta-nos que os objetivos de suas memórias são a realidade e a arte. Ambas as coisas parecem inatingíveis. Desse modo, a história de sua vida torna-se a impossibilidade de comunicar a realidade por intermédio da arte por causa da pressão exercida por aquela realidade sobre o artista, que é de inteligência frágil e talento inconstante (OAKLEY, 2011, p. 77).

Se por um lado as obras ficcionais de Lima Barreto se misturavam com facilidade com a sua vida real, em seu *Diário Íntimo* existe o caminho reverso. Relatando situações do dia a dia, o autor muitas vezes usa da imaginação para exemplificar seus pensamentos e emoções. Mesmo a realidade que Lima Barreto tanto exaltava em algumas passagens de suas obras fictícias é escolhida com extrema seletividade para que servisse ao seu propósito.

Para o Lima Barreto de *Floreal e Recordações do escrivão Isaías Caminha*, era uma absoluta necessidade apresentar um depoimento da realidade brasileira da primeira metade da década do século XX, escolhendo cuidadosamente os aspectos daquela realidade que serviam esses propósitos (OAKLEY, 2011, p. 59).

Essa inclusive é uma das críticas feitas a seus textos: a mistura de realidade e ficção, tantos em seus livros publicados como em seus diários. Talvez tenha sido exatamente por esse seu estilo que Lima Barreto tenha se encontrado nas crônicas. Em seu *Diário Íntimo*, é possível reconhecer a forma da crônica em seus textos e nas histórias que decorrem por suas páginas, a liberdade dada por este estilo de escrita, em poder navegar entre o real e o imaginário, foi propositalmente escolhida por Lima Barreto.

Lima sempre teve pressa, mas, levando-se o contexto em que vivia, e na confluência dos escritos da memória com suas cartas e entrevistas da época, fica claro, como, mais que nunca o escritor tinha urgência. Apesar de o gênero diário ser considerado

estritamente vinculado à história de seus autores, no caso dele por vezes é difícil estabelecer os limites entre ficção e não ficção (SCHWARCZ, 2013, p. 387).

O *Diário do Hospício*, começou a ser escrito na segunda internação de Lima Barreto em um Hospital Psiquiátrico do Rio de Janeiro, por problemas com o alcoolismo, quando já sofria de alucinações e delírios causados pela bebida. O diretor do hospital no qual ele ficou internado por cerca de dois meses, Dr. Juliano Moreira (1872-1933), lhe deu lápis e papel para que começasse a anotar suas memórias como uma forma de ocupar a mente. Esse mesmo médico revolucionava o Hospital Pinel com novas teorias de hereditariedade e separando os internos por gênero e tratamentos. Lima Barreto escreveu sobre o médico no diário improvisado, relatando como o Dr. Juliano Moreira era atencioso e diferente de outros doutores, emprestando-lhe até a própria sala para que pudesse continuar escrevendo durante a sua internação.

Os diários também eram usados para desenvolver histórias que o escritor ainda gostaria de contar. Personagens, tramas e lugares passavam pelas páginas que Lima Barreto desenvolvia e rascunhava. Assim como *Clara dos Anjos* começou a ser desenvolvida nas páginas do que viria a ser o *Diário Íntimo* (1956), o livro *Cemitério dos Vivos* (2007a) foi criando forma, primeiro como um relato de sua segunda internação. Depois, enquanto ainda estava internado, o autor decidiu escrever um manuscrito sobre a vida dentro de um hospício, usando personagens fictícias.

O escritor concebeu o título para o romance, *Cemitério dos Vivos*, batizou seus personagens, mas nunca passou dos capítulos introdutórios. Aos poucos que concluiu, percebem-se as referências à rotina do escritor no hospício (SCHWARCZ, 2013, p. 387).

Lima Barreto nunca chegou a terminar o livro *Cemitério dos Vivos*. A finalização da obra e sua publicação ficou a cargo de seu biógrafo, Francisco de Assis Barbosa (2017). *Cemitério dos Vivos* foi publicado *post mortem*, juntamente com *O Diário do Hospício*, também organizado por Barbosa.

O *Diário Íntimo* se torna objeto dessa pesquisa para entender a mentalidade do autor no contexto político social, entre 1902 e 1906. Esse trabalho busca analisar especificamente o *Diário Íntimo* de Lima Barreto, que será desenvolvido no terceiro e

último capítulo dessa dissertação. Pela riqueza de sua escrita, mesmo que sem ordem certa, os muitos rascunhos que foram publicados por Assis Barbosa nesse compilado, apesar do autor transitar entre a ficção e a realidade, são de grande valor histórico.

Lima Barreto, de certa maneira, poderia ser reconhecido em qualquer um dos seus textos, que costumavam guardar alguma “memória em si”. Mas em dois escritos, e até por razões óbvias, é possível flagrá-lo de forma mais direta: Diário íntimo e Diário do Hospício. Ainda assim, mesmo neles, e sobretudo em Diário do hospício, a associação sem sempre é óbvia, já que o escritor de todos os Santos inclui referências que não condizem com a sua realidade, como afirmar que era casado e tinha um filho. Nesses casos, é difícil discriminar ficção de não ficção. É preciso reconhecer também que ele jamais explicitou nenhum desejo de publicar essas suas notas esparsas, muitas vezes sem continuidade e que só postumamente foram organizadas na forma de livro. Não obstante, por vezes se traiu, dirigindo-se a um suposto leitor que ele imaginava acompanhar seus registros pessoais (SCHWARCZ, 2013, p. 386).

É inegável o valor dos diários para a formação da personalidade que foi Lima Barreto, pois mostra para o leitor como o próprio se enxergava. Suas frustrações, amarguras e ressentimentos, mesmo que escritos de forma sutil e muitas vezes por meio de anedotas, estão presentes. Assis Barbosa, seu maior biógrafo, ainda conseguiu reunir a extensa correspondência que Lima Barreto havia arquivado de forma organizada, para construir uma perspectiva mais ampla sobre o autor. A biografia de Lília Schwarcz, *Triste Visionário*, se debruça nos aspectos sociais da época em que Lima Barreto viveu, 1881-1922, e o contexto no qual estava inserido, da esperança que a Proclamação da República prometia à falta de inclusão social que as Reformas Urbanísticas do Rio de Janeiro escancaravam.

2. 1 Pereira Passos, O realizador

Em março de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, fugidos das invasões Napoleônicas, a paisagem do Rio de Janeiro começou a se transformar. A cidade, que antes consistia em 50 mil habitantes, teve um aumento de quase um terço de sua população, uma vez que a corte do Rei D. João VI tinha cerca de 15 mil pessoas. A mudança da família real de Salvador para o Rio de Janeiro, e por consequência da capital do Brasil, teve grande impacto nas transformações da cidade. Em primeiro lugar, logo com sua chegada, o Rei decretou a abertura dos portos, aumentando o comércio e as mercadorias que passaram a circular pela cidade. Houve inclusive a necessidade da construção de armazéns para estoque de produtos. Em segundo, a exportação de café passou a ter um protagonismo maior com a decadência das minas de ouro em Minas Gerais e com a expansão das plantações no Vale do Paraíba. O porto do Rio de Janeiro se tornou o grande escoador nacional de mercadoria para a Europa e Estados Unidos. Com esse grande aumento da população, começaram a aparecer os problemas de ordem habitacional. A geografia da cidade não comportava novas construções sem a interferência humana na natureza, como o aterro de pântanos, por exemplo.

A abertura dos portos, decretada pelo príncipe regente uma semana após sua chegada, ainda em Salvador, representou mais um golpe de morte para o pacto colonial. Os tratados assinados com a Inglaterra em 1810, estendidos às demais nações em 1822, completaram a integração do Brasil no mercado mundial em proveito da Inglaterra e de outras formações sociais europeias revolucionadas pelo advento da grande indústria capitalista (BENCHIMOL, 1992, p. 23).

Na primeira metade do século XIX, a prioridade não era resolver os problemas estruturais que a cidade do Rio de Janeiro já enfrentava, como o aumento da população e a demanda do Porto, mas sim, trazer ao Brasil o requinte das grandes cidades europeias, principalmente Paris. A capital francesa já era considerada uma cidade moderna, mesmo antes das reformas de George Eugènè-Hausmann - que serão discutidas mais para frente neste capítulo. Querendo importar para o Brasil uma ideia de sofisticação, D. João VI (1767-1826) contratou arquitetos, pintores e outros artistas franceses para darem nova cara à capital, transformando o Rio de Janeiro em uma cidade que ostentaria o novo centro do poder de Portugal.

Em janeiro de 1816, desembarcou no Rio a missão artística, da qual faziam parte, entre outros, os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, o escultor, Auguste, o gravador Charles Pradier e o arquiteto, Grandjean de Montigny. Em agosto do mesmo ano, foi fundada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Esses artistas e técnicos, ligados ao derrotado império napoleônico, tentariam a “aventura de dar à Corte tropical dos Braganças a dignidade e a monumentalidade do neoclássica”. Traziam uma concepção de arte e de organização de espaço que correspondia à Europa da razão burguesa, contemporânea da revolução industrial e do trabalho livre assalariado (BENCHIMOL, 1992, p. 36).

É importante ressaltar que essa postura vinda da Corte não representava a realidade brasileira. O tráfico de escravizados ainda era a base da economia escravocrata, assim como a agricultura, principalmente do café, que vinha das lavouras e fazendas cafeeiras do interior dos estados. A própria cidade do Rio ainda era vista como uma vila que cresceu de forma desordenada, se espalhando pela baía e sem uma estrutura central de saneamento básico, distribuição de água ou moradia.

A preocupação com uma reforma urbana já era expressada em 1850, quando os mesmos problemas que se apresentavam no começo do século se agravaram. O tamanho população havia duplicado. Com a proibição do tráfico no Atlântico pela Inglaterra, em 1845, e a Lei Eusébio de Queiroz proibindo o tráfico de pretos para o Brasil em 1850, houve uma alta na demanda de escravizados nas fazendas de café, especialmente no Vale do Paraíba, que passou a ser o maior produtor de café do Brasil. A paisagem social fluminense mudou. Muitos ex-escravizados, agora alforriados, iam para o Rio de Janeiro em busca de emprego assalariado e moradia. A grande imigração também passou a engrossar a população brasileira.

O aumento populacional não era o único desafio que a cidade enfrentava. Uma nova epidemia, desta vez de febre amarela, passou a assolar a capital. Epidemias eram frequentes no país, que ainda vivia as consequências da cólera e malária. Em 1849 a febre amarela desembarcou pela primeira vez no país, vindo de um navio americano e causando a primeira epidemia pela doença. De acordo com Jaime Benchimol (1992), em seu livro *Pereira Passos: um Haussmann tropical*, no ano seguinte quando a epidemia tinha sido considerada extinta foi formada a primeira Junta de Higiene Pública, onde a Assembleia Geral já reconhecia os problemas de insalubridade que a cidade passava. Formada por médicos, a *Junta* foi

regulamentada em 1851 e passou a se chamar *Junta Central de Higiene Pública*. Ela tinha como objetivo primordial detectar e colocar em prática planos que ajudassem a melhorar a saúde dos cidadãos, identificando focos insalubres.

Com pouco pessoal, extensas funções, falta de unidade e recursos, a Junta não resolveu os problemas de saúde pública, mas assinalou uma nova etapa na organização da medicina no Brasil. Em 1886, uma reforma nos serviços de saúde transformou a Junta em Inspetoria Geral de Higiene, dela separando, como órgão autônomo, a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos (BENCHIMOL, 1992, p. 114).

As questões de insalubridade para onde se voltavam os médicos higienistas giravam em torno da teoria de que a febre amarela era transmitida por contato e extremamente contagiosa. Sem terem outros estudos como base, ou mesmo uma tecnologia para comprovar e desmentir tais alegações, a *Junta Central de Higiene* passou a se concentrar nas moradias populosas, navios, pântanos com mau cheiro e até mesmo poças d'água lamacentas para tentar barrar a epidemia. O médico higienista José Pereira Rêgo (1816-1892), o Barão de Lavradio, presidente da *Junta Central de Higiene* entre 1864 e 1881, teve um interesse pessoal em garantir que a epidemia de febre amarela fosse controlada.

A devastação causada pela febre amarela no Rio de Janeiro, em 1876, motivou o governo imperial a tomar as habituais medidas de emergência: em junho nomeou uma comissão médica para rever as medidas sanitárias anteriormente aconselhadas, constituída por Pereira Rego, presidente, ainda, da Junta Central de Higiene Pública, e pelos Doutores Sousa Costa, Torres Homem, Saboia, Hilário Gouveia e Batista Santos (BENCHIMOL, 1992, p. 150).

Uma das medidas que deveriam ser tomadas, aprovada em unanimidade pelos médicos que compunham a Junta, tinha relação com o fator da moradia. Cortiços e estalagens, que começaram a preencher o centro do Rio de Janeiro, se encontravam superlotados, e, por não existir uma regulamentação para a ocupação dos casarões, que após serem desocupados por seus proprietários, passaram a servir de renda para seus donos que alugavam os quartos, e a construção de novos prédios, com o mesmo propósito, sem a mínima atenção as questões de higiene, passaram a ser alvos dos médicos higienistas.

O aconselhamento da Junta era, a princípio, que fosse empregada uma regulamentação para a construção de novos cortiços, estalagens e hospedarias,

para que essas construções se adequassem a um padrão salubre para os trabalhadores, que em sua maioria trabalhavam no porto da capital.

Outro desafio que a Junta passou a enfrentar foi o de entender o que seriam cortiços e a diferença, se é que havia alguma, para estalagens. A difícil definição do que seria cortiço complicava o trabalho da Junta para vetar a construção de edificações em bairros já populosos. A Assembleia Geral começou a dar os primeiros passos para a fiscalização e regular as moradias populares na capital.

Em suma, se permanece difícil definir de forma inequívoca o que era um cortiço, o fato é que as controvérsias em torno de tal definição em cada caso específico nos abre uma enorme janela para a observação e interpretação do processo histórico do período. O debate assumiu caráter mais decisivo após o edital de dezembro de 1873, proibindo expressamente a construção de cortiços numa extensa área do centro da cidade (CHALHOUB, 2017, p. 47).

Ainda segundo Chalhoub, as palavras cortiços e estalagens vinham acompanhadas de um estigma relacionado a pessoas pobres, ou às *Classes perigosas*. Ao taxar cortiços como moradias populares das classes pobres o governo normalizava o preconceito contra as classes mais pobres, e assim poder instituir a intervenção do Estado: “[...] a imprecisão aumenta infinitamente a possibilidade da suspeição, ampliando assim a esfera da intervenção das autoridades públicas e cumprindo, por conseguinte, a cidadania.” (2017, p. 46).

É importante ressaltar que, pelo menos de início, a defesa desse projeto atendia também ao propósito de assegurar a permanência em outras condições, é claro- da grande massa proletarizada no centro. Como lucidamente advertia o Barão de Lavradio, era inviável expulsá-la para a periferia: pela insuficiência e carestia dos transportes; por seu poder aquisitivo não só mínimo como instável; pelas próprias características estruturais da economia urbana que gravitava em torno do porto (É preciso não esquecer que a clientela dos cortiços, hospedarias e estalagens incluía a população flutuantes, e, cada ano maior, de estrangeiros que permaneciam no Rio por curto tempo) (BENCHIMOL, 1992, p. 151).

Esta preocupação com as moradias populares, ou seja, cortiços, estalagens e hospedarias, culminou em projetos de demolição dessas construções. As demolições começaram a ser colocadas em práticas em 1983, durante a gestão do prefeito Barata Ribeiro, com a implosão do cortiço Cabeça de Porco, deixando mais

de 2 mil pessoas desabrigadas. A iniciativa em demolir as habitações onde a população trabalhadora morava deu início ao Projeto Bota-abaixo, que será discutido adiante neste capítulo, uma vez que Pereira Passos foi o grande realizador desse projeto.

O aumento demográfico ampliou outros problemas de políticas públicas que já vinham sendo debatidos mas não havia projetos ou soluções, como a distribuição de água e saneamento básico. Principalmente nos meses de verão, o número limitado de bicas e fontes que foram construídas pela cidade não supria a necessidade dos moradores. A falta de um sistema de esgoto, que levava ao emporcalhamento de lagoas e mar, assim como as carcaças de animais nas ruas, foram razões para debates entre os médicos higienistas.

Segundo o historiador Sidney Chalhoub (2017), em seu livro *Cidade febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*, existia mais uma conexão entre a explosão demográfica e a insalubridade da cidade. O sistema econômico escravocrata ainda era o sistema reinante no Brasil. Mesmo com as duras sanções impostas pela Inglaterra ainda na primeira metade do século XIX, o país continuava com o tráfico negreiro de maneira ilegal. Em primeiro lugar, os navios negreiros aportavam em portos improvisados ao longo da baía, e não no porto federal, sem passar por vistorias. Em segundo, os tumbeiros, como eram chamados os navios negreiros ilegais, por não passarem mais pelo porto federal não passavam pela vigilância. Assim, não ficava claro o número de africanos que desembarcavam no país e o real estado de saúde dos escravizados, acarretando em um maior número de casos de doenças epidêmicas que continuam a castigar o Rio de Janeiro, como a varíola e o tifo.

Havia também o problema da chegada constantes de africanos devida ao tráfico negreiro. Ilegal segundo as leis do país desde 1831, o tráfico era teoricamente clandestino e logo não estava sujeito a qualquer medida formal de controle sanitário. Mais preocupados em escapar ao cerco e minorar os prejuízos causados pelo cruzeiros britânicos, os tumbeiros- tumbas flutuantes- andavam mais superlotados e insalubres do que nunca (CHALHOUB, 2017, p. 77).

As crises que se acentuavam no Brasil, em específico na capital Rio de Janeiro, e que vinham sendo discutidas desde a primeira metade do século XIX, atingiram seu ápice na década de 1880. Com uma nova epidemia de febre amarela,

constantemente casos de tuberculose e varíola, moradias populares superlotadas, falta de saneamento básico e distribuição de água, e ainda por cima, ruas estreitas que não davam mais conta do tráfego da cidade, engrossavam a situação caótica pela qual o Distrito Federal estava passando. Após a Proclamação da República, a situação que já era crítica se tornou desesperadora.

A década de 1890 foi crítica do ponto de vista das condições sanitárias. As epidemias ceifavam milhares de vidas, e não apenas na “estação calma”, como de hábito, mas durante todo o ano. Desafiando explicações científicas consagradas, suscitaram muitas divergências entre as autoridades e os médicos. A crise sanitária refletia a violenta deterioração das condições de vida da população trabalhadora do Rio de Janeiro, população flutuante e miserável, continuamente engrossada por novas levas de imigrantes. Foi o produto do aguçamento de contradições inerentes à transição para o capitalismo, à crescente acumulação e concentração do capital e da força de trabalho no espaço carioca (BENCHIMOL, 1992, p. 178).

Soluções eram discutidas abertamente, tanto pelos médicos higienistas quanto pela municipalidade, mas não chegavam a sair do papel. O plano de reforma e revitalização para a capital federal, debatido desde 1850, parecia não ter prazo para ser concretizado. Porém, algo precisava ser feito e com urgência. Já havia um projeto pronto para criar uma ampla avenida, que cuidaria não apenas do tráfego pesado mas, na visão dos higienistas, daria vazão à circulação do ar e acarretaria em menor exposição ao contágio.

No que se refere ao centro e suas adjacências, incluindo a zona portuária, tratava-se de dar vazão ao crescente tráfego urbano, incompatível com a estrutura física da cidade, construída pelo dedalo de ruas estreitas, sinuosos e precariamente calçadas (BENCHIMOL, 1992, p. 236).

Quando Rodrigues Alves assumiu a presidência da República, em 1902, sua promessa de governo era voltada principalmente às reformas do Rio de Janeiro, se concentrando no porto federal e na solução para a insalubridade das moradias populares. Uma das primeiras medidas do governante após eleito foi a convocação de uma equipe técnica:

Uma equipe de especialistas ajudou na reforma, sendo os mais proeminentes entre eles o prefeito (e engenheiro) Pereira Passos, Paulo Frontin, Oswaldo Cruz e Lauro Müller. Paulo Frontin era o

engenheiro-chefe da Comissão de Construção da Avenida Central. Oswaldo Cruz era o Ministro da saúde pública, e Lauro Müller, o Ministro da Indústria, Transporte e Obras Públicas” (BEAL, 2017, p. 50).

Segundo Sophia Beal (2017), apresentada no capítulo anterior, o *slogan* do governo de Rodrigues Alves era: “*Rio civiliza-se*”. A cidade deveria passar por uma transição não apenas de estrutura como também social. A população carioca tinha em sua grande maioria pretos, agora livres, em busca de trabalho ocupando moradias populares (cortiços), aglomerados no centro. Havia uma ideia de branqueamento da população, que viria não apenas com as reformas, demolindo cortiços e levando seus moradores a procurarem sítios mais afastados, como também com o incentivo à imigração de europeus. O próximo capítulo dessa pesquisa aborda Rodrigues Alves, seu plano de governo e ministros. Este capítulo, contudo, será dedicado ao Prefeito Pereira Passos, e às Reformas Urbanísticas da então capital Rio de Janeiro realizadas durante em seu mandato. Nas palavras de Beal, o governo estava embutido “[...] na ideia de civilizar a cidade estava a crença de que isso significava ser mais organizada e mais parecida com Paris, com uma população mais branca, dissociada da influência africana” (2017, p. 50).

Francisco Franco Pereira Passos nasceu em 29 de agosto de 1836 em Itaí, Rio de Janeiro. Filho do Barão de Mangaratiba Antônio Pereira Passos, foi criado em uma fazenda de café no mesmo estado. Se formou em 1856 em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Logo após sua formatura, trabalhou na diplomacia como adido em Paris, França.

Enquanto morou em Paris, entre 1857 e 1860, frequentou aulas da École de Ponts et Chaussées, maior escola de engenharia da França e mais antigas da Europa. Lá, Pereira Passos teve o primeiro contato com os projetos que George-Eugene Haussmann tinha para a capital francesa, durante o governo de Napoleão III. Inclusive, é importante ressaltar que para as reformas parisiense: “Haussmann rodeou-se de um corpo de assessores, todos engenheiros formados pela École de Ponts eu Chausées, com larga experiência em construções ferroviárias” (BENCHIMOL, 1992, p.193). As reformas em Paris começaram em 1856, com a demolição de centenas de prédios para dar lugar a uma larga avenida que teria cerca de oito quilômetros e conectaria os mais importantes pontos da cidade.

Presenciar essa grande transformação pela qual a cidade luz passava teve grande impacto na visão de Pereira Passos e em suas ideias para o Rio de Janeiro. Tanto que, em 1884, de volta ao Brasil e já presidente da Companhia de Carris de São Cristóvão, Pereira Passos teve contato com um projeto para uma grande avenida para o Rio de Janeiro, desenhado pelo arquiteto Giuseppe Fogliani.

Em 1884, propôs a seus 30 maiores acionistas que a companhia adquirisse o projeto de uma grande avenida, elaborado pelo arquiteto Giuseppe Fogliani, e o executasse no centro do Rio de Janeiro. A ambiciosa ideia foi longamente debatida, e, afinal, a assembleia dos acionistas autorizou-o a obter do governo a necessária concessão. Esse grande empreendimento imobiliário era uma antecipação da futura Avenida Central, que seria realizada durante a gestão do próprio Pereira Passos, como prefeito, quase 20 anos depois (BENCHIMOL, 1992, p. 196).

Pereira Passos não acompanhou apenas as reformas de Paris. Antes de assumir a prefeitura do Rio, o engenheiro visitou a construção das ferrovias na Inglaterra e dos túneis na Suíça. Foram três viagens de longa duração à Europa. Logo após voltar ao Brasil, depois de sua primeira incursão à França, Pereira Passos assumiu inúmeros estudos para a expansão das malhas ferroviárias brasileiras. Trabalhou no Rio de Janeiro, Curitiba e na Bahia, além de ter assumido, em 1870, o cargo de consultor técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas.

Dentre suas maiores contribuições estão os estudos de prolongamento das malhas ferroviárias para o transporte de café entre Cantagalo e Santa Maria Madalena, o assentamento de trilhos entre a Serra do Mar e o Vale do Paraíba e a fiscalização da Estrada Federal Santos–Jundiaí. Em 1880, voltou à Europa pela última vez, antes da eleição de Rodrigues Alves, em companhia do então senador Belisário Soares de Sousa. Juntos, visitaram a Bélgica e a Holanda para presenciar as obras públicas.

Após regressarem ao Brasil, Soares de Sousa passou a apoiar as obras públicas e reformas que eram tão necessárias para o Rio de Janeiro e se mantinha praticamente imutáveis desde os tempos do Império. As mudanças pelas quais a cidade passara desde a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, em especial quanto a questões sociais e industriais, não eram mais comportadas pela estrutura do Rio.

O senador propunha, então submeter o Rio a um “sistema completo de saneamento, de comodidade e mesmo de embelezamento”, especialmente no centro “detestável e inqualificável como arquitetura, mau gosto, asseio e aparência geral”. Na verdade, o peixe que Soares de Sousa procurava vender ao Senado, e que Pereira Passos adquiriria para uma das mais poderosas companhias de bondes da época, era o projeto da avenida monumental, atravessando e arrasando o denso e populoso casario do centro, num eixo perpendicular àquele que teria, futuramente a Avenida Central (BENCHIMOL, 1992, p. 197–198).

O embelezamento era a ideia central para a cidade do Rio de Janeiro. A cidade era considerada feia principalmente para os padrões europeus, onde as cidades passavam por estas reformulações para dar lugar ao novo e moderno sistema capitalista e a industrialização. Buenos Aires, capital do país vizinho Argentina, já estava passando por essas reformas, sendo considerada uma cidade nova, limpa e organizada.

A capital do país, Rio de Janeiro, conquistara uma má reputação. Enquanto as vizinhas, como Buenos Aires e Montevideú, já haviam sido modernizadas com importantes reformas urbanas, o Rio de Janeiro permanecia um porto provinciano. Os habitantes da cidade criavam porcos, fazendeiros conduziam suas vacas de porta em porta vendendo leite e estreitas vielas escuras apresentavam atividades que lembravam marcantes tradições rurais e africanas (BEAL, 2017, p. 47).

Em 1903 Pereira Passos assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro. Nos seus primeiros seis meses de gestão, ele teve poder irrestrito para governar a cidade por meio de uma ação na Câmara manobrada por Rodrigues Alves, que será melhor explanada no subcapítulo seguinte. Passos buscou investimento estrangeiro para as grandes reformas que planejava, com o apoio do senado e da população carioca. Como apresenta José Murilo de Carvalho em seu livro *Os bestializados*: “No governo de Rodrigues Alves, Pereira Passos governou a cidade por seis meses com a Câmara suspensa, ditatorialmente, como o fizera na época florianista Barata Ribeiro, com o Conselho funcionando” (2019, p. 33).

Para dar lugar à grande Avenida Central, para a qual Pereira Passos já havia conseguido os direitos para o projeto, a desapropriações dos casarões e moradias populares começaram em 1903 e as construções em 1904. Era o início das Reformas Urbanísticas e do Bota-abaixo. Sobre tais reformas, estudos de referência apontam que:

As desapropriações para a construção da nova avenida começaram em dezembro de 1903, as demolições em fevereiro de 1904, quando também foram iniciadas as obras do canal do Mangue. Paralelamente, a prefeitura se encarregava das obras de alargamento de algumas ruas do centro (CARVALHO, 2019, p. 89).

O investimento do Brasil em espaços públicos emergiu não apenas do desejo de imitar Paris e a vizinha Buenos Aires, mas também de exibir a ordem estatal, melhorar a saúde e o saneamento e impedir levantes populares. A Avenida Central era a cereja do bolo nesses esforços (BEAL, 2017, p. 51).

Não se pode falar sobre a modernização do Rio de Janeiro sem citar a Política Pública do Bota-abixo, iniciada por Barata Ribeiro em 1893 com a demolição do cortiço Cabeça de Porco. Essa política tinha como base acabar com as moradias populares no centro da cidade. Primeiro, por motivos de insalubridade e por questões de saúde, uma vez que as epidemias de febre amarela, cólera e varíola continuaram de maneira persistente. Mais tarde, já durante a gestão de Pereira Passos, os cortiços e estalagens foram demolidos para dar espaço à nova Avenida.

[...] A destruição do cortiço carioca mais famoso da época não foi um ato isolado, e sim um evento no processo sistemático de perseguição a esse tipo de moradia, o que vinha se intensificando desde pelo menos meados da década de 1870, mas que chegaria à histeria com o advento das primeiras administrações republicanas (CHALHOUB, 2017, p. 29).

José Vieira publicou em 1934 o livro *O Bota-abixo: crônica de 1904*. Na obra de ficção, ele descreve os acontecimentos do ano titulado, no Rio de Janeiro, pela visão da classe dominante.

Sublinho a referência ao fato de que o programa do prefeito “não ameaçava essa gente”, lembrando que, muito provavelmente, o visconde e essas damas viviam à custa de rendas imobiliárias que, mesmo com as desapropriações, seriam mantidas pelos títulos de dívidas pública (BECHIMOL, 1992, p. 207).

O livro aponta quatro personagens principais estereotipados: o tradicionalista, o ambicioso, o rotineiro e o revoltado. O tradicionalista é o Visconde que teme perder seu título com a República e é monarquista; o ambicioso é genro do monarquista, que vê nas demolições uma forma de enriquecer sendo advogado e podendo representar os proprietários atingidos por uma comissão da indenização; o rotineiro

não tem opinião sobre as reformas e o revoltado é o único representando com consciência social, contra as reformas, sem padrinhos e morador de uma estalagem. Esses tipos apresentados pelo autor podem trazer uma boa ideia de como as transformações pelas quais o Rio passou não tiveram tanto efeito na elite como nas classes pobres.

Do barracão de madeira que servia de estação à Prainha escoavam-se passageiros da barca de Petrópolis. Os demolidores deixavam, aos lados, montes de tijolo, pedra e calça. Para a banda do Boqueirão, homens em mangas de camisa e chapeirões operavam, suspensos nos andaimes. Nos oitões, que tinham sido fundos de outros prédios e que o papel de forros velhos coloria, jaziam pilhas de caibros, ripas, traves, lanços de escada, ferragens. Camponeses europeus desenterravam grades, ripas, traves, lanços de escada, canos de gás e água, com os quais repontavam chapas de fogão, panelas pratos, urinóis de ágata amoldados (VIEIRA, 2019, p. 88).

Nesse parágrafo, Vieira (2019) descreve a permissão que a prefeitura havia dado a toda e qualquer pessoa que quisesse se aproveitar dos escombros das moradias demolidas. Todos poderiam se apossar do que encontrassem.

Essa política pública causou grande transtorno aos proprietários. Era preciso entrar com pedidos de indenização e eles poderiam não ser pagos pela prefeitura. No caso das classes operárias, pessoas ficavam desalojadas, sem nenhum apoio do governo. Acabavam se mudando para a periferia, bem afastadas do centro onde trabalhavam, ou ainda ocupando os morros ao redor da cidade. É importante lembrar que as demolições não tinham apenas o objetivo de dar lugar à nova avenida. Os médicos higienistas ainda tinham grande poder no governo. Oswaldo Cruz (1872-1917) era Ministro da Saúde e as moradias populares mantinham a fama de serem lugares sujos e propagadores de doenças. Como dito, ainda existia um fator racial muito forte no país e o sinônimo de civilização era o branqueamento.

As avenidas constituíam, assim, o instrumento principal do plano de remodelação e “saneamento” (em sua acepção mais ampla e ambígua), destinado a transformar a capital da República numa cidade moderna e higiênica. Atendiam, basicamente os dois objetivos complementares, mas de natureza diferente. O primeiro. O mais evidente, concernia à circulação urbana, isto é, à facilidade de “comunicação entre os diferentes bairros da cidade, barateando os fretes e a taxa dos carros de passeio aqui tão caras” (BENCHIMOL, 1992, p. 235).

Finalmente, no dia 7 de setembro de 1905, a Avenida Central foi inaugurada com um quilometro e meio de extensão, já com iluminação elétrica e bondes funcionando. Em meio a comemorações, a grande avenida ainda mostrava traços das demolições, com escombros entulhados em ambos os lados, ainda sem um destino.

O eixo central da avenida fora inaugurado em 7 de setembro, em meio a grandes festas, já com serviço de bonde e iluminação elétrica. A derrubada de cerca de 640 prédios rasgara, através da parte mais habitada da cidade, um corredor que ia da Prainha ao Passeio Público. Era como abrir o ventre da velha cidade (CARVALHO, 2019, p. 89).

Segundo Sophia Beal (2017), a luz que os postes elétricos emitiam tinham ainda mais significado do que tirar a cidade da escuridão e do atraso. Eram um ode ao Positivismo, que desde a Proclamação da República trazia na bandeira brasileira seu lema “Ordem e Progresso”, desde 1889. A luz azulada, diferente da amarelada dos lampiões a gás, transformaram a paisagem carioca noturna. Nas palavras da autora, “eram elegantes estruturas de ferro fundido, que deixavam as cidades mais seguras e enfeitavam as ruas. O prefeito Pereira Passos tratou os postes espiralados como arte pública, parte de um estratégico embelezamento da cidade” (2017, p. 51).

Apesar da fama de severo e austero, Pereira Passos, tinha um lado de consciência social, que por mais que não demonstrasse, principalmente enquanto prefeito do Rio de Janeiro, fica evidente em uma troca de cartas com seu amigo Alfredo Américo de Souza, enquanto viajava pela Europa após seu mandato:

[...] sobre os passeios dos boulevards, levantaram-se desde as vésperas do natal, e ainda lá s conservam barraquinhas muito toscas de madeira e lona, onde se vende de tudo, mas principalmente brinquedos de toda espécie que algumas famílias pobres fabricam durante o ano em seus próprios aposentos. A municipalidade permite todos os anos esse gênero de negócio, porque dele vivem aquelas famílias. Foi pela mesma razão que nunca quis proibir os vendedores de balas nas ruas, que muita gente queria que eu proibisse no Rio de Janeiro (PASSOS, 1908 apud LENZI, 2003, p. 136-137).

Essas cartas foram publicadas pela historiadora Maria Isabel Ribeiro Lenzi, chefe do Arquivo Histórico do Museu da República, em um artigo intitulado *Francisco de Pereira Passos: Possibilidade de um outro olhar* (2003). Lenzi, encontrou essas

cartas no arquivo da família Passos, que haviam sido escritas e enviadas entre 1906 e 1909.

Francisco de Pereira Passos faleceu em 12 de março de 1913 aos 76 anos, em sua última viagem para a França.

2. 2 Rodrigues Alves, O “Soneca”

No caso de Rodrigues Alves era fácil executar a aproximação com o povo. O conselheiro costumava ser visto como um político experiente, austero, mas bonachão; exibia a imagem de um sujeito simpático, bem-humorado, sem afetação alguma. Baixinho, de pince-nez, cavanhaque bem cuidado e roupas fora de moda, ele assumiu a Presidência da República em 1902, usando calças cor de pinhão e chapeuzinho coco; daí por diante, fez a festa dos caricaturistas da época. Entediado, cochilava nas reuniões técnicas ou durante longos discursos- ganhou o apelido de Soneca (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 299).

Francisco de Paula Rodrigues Alves nasceu no dia sete de julho de 1848 no Estado de São Paulo, mais precisamente em Guaratinguetá Terceiro, entre treze irmãos. Seu pai Domingos Rodrigues Alves era imigrante português e sua mãe, D. Isabel Perpétua Marins.

Desde criança, Rodrigues Alves já apresentava inclinação para os estudos. Em 1859, foi o único de seus irmãos mandado por seu pai para o Colégio Pedro II, considerada a melhor escola para meninos no século XIX. Em 1865, se formou Bacharel em Letras e deu início aos seus estudos para ser admitido na Faculdade de Direito.

Se formou em direito pela Faculdade São Francisco de São Paulo, em meio a colegas que, assim como Rodrigues Alves, teriam uma vida política e pública brilhante. Colegas como Ruy Barbosa, Castro Alves (1847-1871), Afonso Pena (1847-1909) e Joaquim Nabuco (1849-1910).

Na Faculdade de Direito os estudantes já se apresentavam divididos politicamente em liberais e conservadores. Rui Barbosa dominou, desde que veio da Bahia, a ala liberal, na qual encontrou Afonso Pena. Rodrigues Alves colocou-se sem hesitação entre os conservadores, posição partidária que ele levou dos bancos

acadêmicos para as bancadas parlamentares e em que se manteve, sem vacilações e com grande energia, até a República (MELO FRANCO, 2001, p. 98).

Logo após se formar, em 1872, Rodrigues Alves iniciou sua vida política como deputado da província de São Paulo. Dentre os muitos cargos políticos que ocupou até ser eleito Presidente Brasil estavam Presidente de São Paulo, Ministro da Fazenda, Senador e Ministro da Casa Civil. Mas o cargo mais polêmico de sua vida política, assumido após a Proclamação da República e motivo de orgulho, foi o de Conselheiro do Império, título que usou por toda sua vida mesmo quando presidente do país.

As polêmicas acerca do título vieram principalmente dos republicanos e militares, que não o consideram um republicano histórico. Rodrigues Alves, do lado conservador, assumia abertamente que era monarquista. Porém, após a Proclamação da República, por mais que ainda carregasse o título de Conselheiro, mudou de visão. Entendia que a República era de fato o melhor para o país, principalmente em vista do novo século que se aproximava.

De fato, o Direito constituiu para Rodrigues Alves um instrumento de ação política, instrumento impositivo na época em que viveu e atuou. Em toda uma longa vida de administrador e governante, presidente da Província e do Estado, deputado provincial, geral e federal. Senador da República, ministro e presidente, sua ação é marcada sempre, nas virtudes e nos defeitos da personalidade, pela política. Com ela e por ela viveu, afirmou-se, venceu entrou na história (MELO FRANCO, 2001, p. 113).

Rodrigues Alves esteve por toda a sua vida envolvido na política brasileira. Quando não estava ocupando cargos públicos, aconselhava aqueles que estavam emitindo desde opiniões sobre a economia até sobre os rumos de política públicas. Em cartas documentadas pelo próprio Rodrigues Alves, é latente sua preocupação com o caminho que a República tomava, como nessa carta escrita para Bernardino de Campos, publicada por seu biógrafo Afonso Arinos de Melo Franco:

Não encontreio-o [sic] com grande firmeza na palavra, mas sempre o conheci retraído e meio hesitante [...]. Achei no Rio a opinião muito inclinada aos federalistas: a opinião, já se vê, da Rua do Ouvidor, animada pela imprensa da tarde e grande parte pela manhã. O que, porém, mais me aborreceu foi que, entre os amigos do governo, não

encontrei muito entusiasmo; usaram mesmo uma linguagem de esfriar a gente. A mais de um reprovei esse mau vezo (2001, p. 193).

Essa carta trata sobre a Revolução Federalista (1893–1895), revolução que aconteceu no sul do país abrangendo os três estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O motivo era a defesa da independência das províncias contra um governo unificado. Rodrigues Alves havia aconselhado o então Presidente da República Floriano Peixoto pela pacificação do movimento.

A política de Rodrigues Alves era considerada uma política conciliadora. Entre revoluções e revoltas, o político preferia resolver as questões com base na lógica e no diálogo, evitando que os eventos se tornassem violentos. Esse foi um dos motivos que o levaram a convocar o Barão de Rio Branco como seu Ministro do Exterior. Rio Branco era um diplomata reverenciado em todo o mundo, principalmente na Europa. Rodrigues Alves buscava resolver ainda durante o seu governo a questão do estado do Acre e das fronteiras com países vizinhos.

Durante a política econômica do Encilhamento, instaurada pelo então Ministro da Fazenda Rui Barbosa no governo de Deodoro da Fonseca, Rodrigues Alves já aconselhava o colega de faculdade sobre os riscos e possíveis consequências de inflação, alertando Rui Barbosa contra o projeto.

Com a renúncia de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto assumiu o cargo de Presidente da República, indicando Rodrigues Alves como seu Ministro da Fazenda. Rodrigues Alves ficou apenas nove anos na pasta e sua maior preocupação era resolver a inflação e a questão dos títulos de dívidas.

Apesar de Rodrigues Alves e Rui Barbosa permanecerem em lados opostos do espectro político, Rodrigues Alves conservador e Rui Barbosa liberal, eles se mantiveram amigáveis ao longo de suas carreiras políticas. Eles trocavam cartas e, em reuniões para debaterem o futuro do país, pediam conselhos um ao outro. Essa relação era baseada em um respeito mútuo e no reconhecimento das habilidades de cada um.

Em 1900, Campos Sales, então presidente do Brasil, começou a articular a candidatura de Rodrigues Alves para a presidência. Após a eleição de Prudente de Moraes e do próprio Sales, ambos de São Paulo, estados que tinham um grande poder econômico, como Minas Gerais, não estavam dispostos a apoiar a candidatura

de um paulista. A ideia de Campos Sales era então apresentar Rodrigues Alves, paulista, como candidato à presidência e um mineiro como vice-presidente. Campos Sales enviou seu Ministro do Exterior para conversar com o então Presidente do Estado de Minas Gerais Silvano Brandão afim de sondar o político sobre o nome de Rodrigues Alves.

O presidente de Minas Gerais recebeu bem a sondagem, sugerindo porém o nome de um mineiro -no caso Afonso Pena- para a vice-presidência. Firmava-se, assim, a aliança mineiro-paulista, que tanto influiu na Primeira Republica. A ideia de um vice-presidente do Norte, que viesse equilibrar a candidatura de São Paulo, válida nos governos de Prudente e Campos Sales, mostrava-se, agora, superada. O apoio dos mineiro compreendia a participação de Minas (MELO FRANCO, 2001, p. 263).

Campos Sales (1841–1913) tinha como plano ter Rodrigues Alves como seu sucessor para a Presidência da República, pois queria uma continuação de seu governo, principalmente na pasta da economia. Rodrigues Alves resistia a esta ideia, pois tinha seus próprios projetos para o país, inclusive na questão das reformas e modernização da capital, Rio de Janeiro. Apesar da resistência, como Sales já havia feito toda a articulação política para que Rodrigues Alves assumisse em seu lugar, Alves acabou assumindo a candidatura. Ele foi o presidente eleito com maior número de votos até 1926, com a eleição de Washington Luís (1869–1957).

Campos Sales terminou seu mandato com a popularidade baixíssima, sua despedida do Palácio do Catete foi acompanhada por vaias da população carioca, mostrando a popularidade de Rodrigues Alves como político.

Desde a data de seu início, em 15 de novembro de 1902, o governo de Rodrigues Alves foi recebido com extrema frieza dentre a população do Rio de Janeiro. Ele representava inequivocamente a continuidade da administração anterior, do também Paulista Campos Sales. E não nos esqueçamos da despedida estrepitosa que os habitantes da cidade lhe reservaram, quando ele passou suas funções ao seu sucessor. O ex-presidente foi vaiado fragorosamente, desde a saída do gabinete presidencial até a estação. (SEVCENKO, 1993, p. 36)

O plano de governo de Rodrigues Alves, que tinha como principal vetor as reformas urbanas para promover salubridade, era de fato um plano econômico. Político de profissão, Rodrigues Alves, ao entender que a cidade do Rio de Janeiro,

capital do Brasil, estava passando por uma grave crise de higiene pública, Rodrigues Alves teve como iniciativa focar seu projeto na melhoria do então Distrito Federal.

Com as epidemias de varíola e febre amarela, o Rio de Janeiro tinha uma péssima reputação tanto pelo Brasil quando no exterior. O medo da doença afastava não apenas imigrantes, como também turistas e empresários, que poderiam buscar a cidade para investir. Grande parte da burguesia do Rio de Janeiro se refugiava em Petrópolis, onde a febre amarela parecia não ter se alastrado. Até mesmo o próprio Rodrigues Alves ficava hospedado na cidade por longos períodos durante o verão, tentando evitar a doença, sendo inclusive criticado pela imprensa por abandonar a capital em prol de sua saúde.

Outra questão que demandava uma atenção especial do governo eram os portos brasileiros. Tanto o porto do Rio de Janeiro como o de Santos, em São Paulo, eram as portas principais do país tanto para a entrada de imigrantes quanto para importação e exportação de mercadorias, como o café. Os portos brasileiros eram considerados asquerosos, ultrapassados e obsoletos, incubadoras de pestes que se propagavam em direção a cidade. Durante sua campanha para presidência, Rodrigues Alves prometia uma grande reforma para que os portos brasileiros voltassem a ser motivo de orgulho para o país e para que trouxessem mais recursos.

A visão de Rodrigues Alves para a capital deveria intervir diretamente na economia. Com as reformas urbanas e de higiene, o então presidente planejava aumentar a imigração de europeus e com isso a mão de obra assalariada e branca. Era uma ideia mais ampla de mudar a paisagem social da cidade, onde muitos ex-escravizados foram morar depois da Abolição da Escravatura à procura de emprego e oportunidades.

Instalado na presidência, deve ter visto sua grande oportunidade. Vontade não lhe faltava, nem descortino, nem fé, nem experiência. As condições preparadas pelo seu antecessor eram as mais favoráveis, pela recuperação financeira, pela estabilidade política, pelo fortalecimento da autoridade presidencial civil. Chegava ao ápice da sua carreira antes da decadência física, com uma idade, com um passado que o tornavam respeitável, mas não passivo ou inerte (MELO FRANCO, 2001, p. 406).

Por mais que Campos Sales tenha saído da presidência com a popularidade muito baixa, suas políticas econômicas foram capazes de colocar o Brasil de volta

ao eixo. Sales aderiu à política chamada *funding loan*, não pagando os juros da dívida externa e adquirindo um novo empréstimo ao país no valor de dez milhões de libras esterlinas, consertando, assim, as consequências graves do Encilhamento. Sales recuperou o país da crise econômica abrindo caminho para que Rodrigues Alves pudesse colocar em prática as políticas públicas de melhoramentos na estrutura do Distrito Federal, Rio de Janeiro.

Rodrigues Alves queria os melhores do Brasil em seu governo e, em 1902, ofereceu o posto de Prefeito do Rio de Janeiro para Francisco Pereira Passos, que aceitou a incumbência contanto que tivesse uma certa autonomia para as modificações que julgava necessárias na cidade. Assim foi feito.

Faltava o encontro de vontade, de energias, de homens: o governante, o cientista e o engenheiro. Isto ocorreu naturalmente quando Rodrigues Alves se encontrou com Francisco Passos, Lauro Müller e Osvaldo Cruz. Desde o Império que se preparava esse encontro, mas as condições necessárias ainda não tinham amadurecido (MELO FRANCO, 2001, p. 404).

Pereira Passos, assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro em janeiro de 1903, iniciando as reformas urbanas de forma tímida. Primeiro, com o alargamento da Rua Primeiro de Março e com a melhoria das calçadas na Rua do Ouvidor. Guardava os projetos maiores para depois de conseguir o empréstimo de quatro milhões de libras - pedido ao governo inglês - e a confiança da população. Essa não tardou a dar respaldo ao governo. As promessas de governo de Rodrigues Alves já estavam sendo cobradas, uma vez que a capital estava se tornando inabitável. O crescimento populacional não era acompanhado pelas construções, herança, ainda da época do Império. A falta de estrutura da cidade causava cada vez mais problemas de habitação e saúde para seus moradores.

A Revista *O Malho*, publicada entre 1902 e 1957, era uma revista carioca de tiragem semanal que foi popularizada por tratar de política e economia de maneira satírica e bem-humorada. Charges, crônicas e poesias eram impressas em suas páginas. A primeira edição foi lançada após a eleição de Rodrigues Alves para presidente, em setembro de 1902. Grande parte de seus colaboradores assinavam com pseudônimos, como neste poema intitulado *Voto pela Dictadura*, publicado em 1903, edição 42 e assinado por D. Quixote:

Considerando que o Pereira Passos
 Tem demonstrado ser prefeito e tanto;
Considerando que nos causa espanto
 Como elle vence os serios embaraços
Considerando que não ha quebranto
 Que o faça esmorecer, cruzando os braços;
Considerando os luminosos traços
 Que elle deixa da *urbi* em cada canto;
Considerando que com arte e geito
 Qualquer affronta á Lei não deixa impune
 Pois na cousa entrou com pé direito;
Considerando que elle, emfim, reúne
 Requisitos perfeitos de um prefeito
 - Eu sou de opinião que o Passos *nune!*

Esse poema retrata uma lei aprovada em 29 de dezembro de 1902 que dava plenos poderes ao prefeito do Distrito Federal. Esta lei abrangia desde o atraso em seis meses na eleição de uma nova Câmara até o despejo, sem aviso prévio, de moradores de propriedades que enfrentariam intervenção da prefeitura. Essa medida foi uma lei datada de 1889, durante o governo provisório, que constatava a organização da Capital da Republica. Rodrigues Alves fez todo o possível para que todos aqueles que tivessem sido indicados para os cargos do país pudessem agir sem interferência de opositores, para que seu plano de governo fosse cumprido.

Esse regimento instituiu o que foi, então, popularmente denominado a "ditadura de Passos". A Capital Federal e a sua população foram submetidas, sem qualquer consulta ou esclarecimento, a uma lei de exceção. E não havia recursos com que reagir: era submeter-se incondicionalmente à vontade dos mandatários (SEVCENKO, 1993, p. 48).

D. Quixote era um dos pseudônimos de Manuel Bastos Tigre (1882-1957), que além de escrever para a Revista *O Malho*, também era colaborador dos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*, além da revista de humor *Tagarela*. Bastos Tigre foi bibliotecário concursado, profissão que exerceu por 40 anos, e exímio publicitário. Em seu livro de poemas publicado em 1905, *Versos Perversos*, fazia duras críticas ao presidente Rodrigues Alves.

Como já mencionado antes, outra preocupação do governo era com relação aos cortiços e estalagens. Consideradas habitações populares e insalubres, essas formas de residência eram taxadas como lugares de disseminação de doenças que o governo, desde 1850, tentava combater. Essas doenças eram não apenas a

varíola e a febre amarela como também tifo, tuberculose, cólera, malária e a peste bubônica. Nas promessas de governo, Rodrigues Alves também havia se comprometido a acabar com as epidemias, em particular a de febre amarela.

Para combater as pestes que assolavam o Rio de Janeiro, Rodrigues Alves convocou para seu governo o médico higienista Oswaldo Gonçalves Cruz, filho do médico higienista do Império, Bento Gonçalves Cruz. Oswaldo Cruz era um médico novo, pouco conhecido pela população. Na medicina, era considerado um grande pesquisador de epidemias e entusiasta da vacina.

No seu entendimento com Rodrigues Alves - que, antes, não conhecia nem de nome - Oswaldo Cruz obteve firme promessa de ver satisfeitas as condições que impunha. Elas se resumiam na disposição de todos os recursos compatíveis com as possibilidades do governo, na confiança deste quanto aos métodos científicos a serem utilizados e na autoridade exclusiva do diretor quanto à parte administrativa, compreendida aí a sua decisão única sobre nomeação e dispensa de funcionários (MELO FRANCO, 2001, p. 465).

Oswaldo Cruz trabalhou incansavelmente para frear as epidemias e seus primeiros esforços se concentraram na febre amarela. Com carta branca do presidente, passou a intervir no cotidiano da população do Rio de Janeiro em um esforço conjunto com o Prefeito Pereira Passos. Promoveu desde o isolamento de pessoas com sintomas da doença até condenação de habitações, em sua maioria cortiços e estalagens, que considerasse foco da moléstia. Suas políticas, apesar de não serem populares, começaram a dar resultado. Com a descoberta pelo médico cubano Carlos Finlay (1833–1915), em 1900, de que a transmissão da febre era feita por intermédio do mosquito, Oswaldo Cruz travou uma verdadeira batalha contra os insetos no Brasil.

Apesar de enfrentar resistência até mesmo da comunidade médica, que acreditava que a transmissão não era somente pelo mosquito e sim também por contato, o jovem médico continuou seus esforços para livrar a cidade da epidemia.

A questão era que somente alguns iniciados estavam convencidos da tese havanesa. Os leigos, inclusive Rodrigues Alves, hesitavam em aceitar-lhe a exclusividade. Daí não compreenderem bem por que Oswaldo Cruz recusava-se obstinadamente a transigir (MELO FRANCO, 2001, p. 480).

Mesmo não concordando inteiramente com o jovem médico Oswaldo Cruz, Rodrigues Alves confiou plenamente em seu julgamento. Primeiro, por não ser médico, ele preferiu deixar nas mãos da ciência o julgamento necessário para o tratamento da população. Segundo, ao se posicionar a favor de Oswaldo Cruz, Rodrigues Alves credibilizava as ações do médico com relação às medidas que estavam sendo tomadas na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil para que finalmente o Brasil se visse livre da febre amarela.

Simultaneamente à batalha que Oswaldo Cruz travava contra a febre amarela, outra doença que já havia adquirido o *status* de epidemia preocupava os governantes: a varíola. Com os números de casos aumentando e a baixa taxa de vacinação entre a população, o médico acreditava que uma forma mais dura de controle e um método compulsório de vacinação deveriam ser empregados para a diminuição de infectados pelo vírus.

A vacinação ou inoculação para varíola já existia desde o final do século XVIII em países como a Alemanha, França e Inglaterra. Em algumas culturas na Ásia e África outras formas de imunidade já eram difundidas. Com a chegada da família real ao Brasil, a vacinação se popularizou. O Rei D. João VI já havia ordenado que até seus filhos fossem vacinados.

No que se referia a varíola, o meio científico brasileiro já estava convertido à experiência de Jenner, da imunização por germe cruzado, desde antes da Independência. No Rio, a utilização da vacina vulgarizou-se com a vinda da corte portuguesa. A certeza da eficácia da vacina antivariólica, assim, era completa nos meios verdadeiramente científicos, no fim do século passado e no começo do atual (MELO FRANCO, 2001, p. 490).

Edward Jenner (1749–1823) foi um médico inglês que atuou entre os séculos XVIII e XIX na pesquisa pela imunidade da varíola. Por entender que fazendeiros que trabalhavam com o gado pareciam imune a varíola, começou a fazer experimentos de testagem utilizando pústulas do gado nos humanos e recebendo resultados afirmativos, já que essas pessoas passavam a se tornar imunes a doença.

Oswaldo Cruz, que era um grande defensor da vacina, entendia que deveria existir um meio de aumentar o número de vacinados, que desde o final do século XIX andava baixo. Para isso, argumentou com o presidente Rodrigues Alves para que fosse aprovado um decreto que obrigaria a população a se vacinar por meio de punição por multas ou até cadeia.

Em 1904 a incidência da varíola, que era constante no Rio de Janeiro, elevou-se subitamente. Até meados do ano haviam sido recolhidos ao Hospital s. Sebastião perto de 1.800 variolosos, devendo o número total de doentes ser muito maior, se contados os não-hospitalizados. A Saúde Pública tinha estabelecido postos de vacinação na cidade, mas a população não os procurava. A solução única era a obrigatoriedade da vacina (MELO FRANCO, 2001, p. 491).

Apesar de enfrentar grande resistência dos opositores, principalmente de Lauro Sodré, Barata Ribeiro (1843–1910) e Ruy Barbosa, o decreto de obrigatoriedade foi aprovado, e deveria entrar em vigor a partir do dia 10 de novembro de 1904.

Por mais que o governo de Rodrigues Alves tenha sido marcado pela modernização da cidade do Rio de Janeiro, com a construção e inauguração da Avenida Central, a iluminação do centro, o ampliamiento do saneamento básico e a batalha contra as epidemias, o evento que teve mais significado em sua gestão foi a Revolta da Vacina.

[...] Na antiga Roma o César soberano
Em vendo arder de uma revolta o facho,
Tinha para abafá-lo um grande plano:
-Era dar pão e circo ao populacho
Mas nosso César dorme, dorme e ao cabo,
Mando que seu ministro subalterno,
Nos dê pão amassado pelo diabo
e em vez de cirso, um cirso do inferno [...] (TIGRE, 2005, n. p.).

Neste poema intitulado *Higiene e Pão*, publicado em *Versos Perversos*, Bastos Tigre critica o presidente Rodrigues Alves usando sua fama de dorminhoco para desmerecer o trabalho que Oswaldo Cruz, Ministro da Saúde, exercia quanto à profilaxia da cidade do Rio de Janeiro contra as epidemias de febre amarela e varíola, as demolições e interdições de moradias populares e até a campanha de

vacinação. O autor, que era contra ambos os gestores, compara o General Júlio César e sua política de pão e circo às políticas públicas empregadas na modernização da cidade.

Com o crescente descontentamento da população das classes mais baixas, principalmente por ficarem sem moradia com a política do Bota-abaixo, e a exclusão dos benefícios que os melhoramentos da cidade trouxeram para o centro da cidade, a aprovação de um decreto de obrigatoriedade da vacina contra varíola parece ter sido a gota d'água.

O caráter espontâneo da Revolta da Vacina, quando pesquisado, passa a ter outra interpretação. Um movimento político já estava em curso para a deposição do Presidente Rodrigues Alves. O oportunismo de políticos e militares, insatisfeitos com a posse de um paulista e conservador, atingiu seu ápice com a aprovação do decreto de obrigatoriedade da vacina, confirmando sua popularidade no Congresso.

Toda a oposição que provocou, os ódios e desconfianças que despertou com o seu adesismo à República, a sua carreira vitoriosa dentro dela, a questão do Acre, a administração de Passos, a abertura da Avenida Central, a campanha da febre amarela, a eleição de Afonso Pena para vice-presidente, o seu orgulho de paulista, tudo se juntou na onda furiosa que quase o submergiu em 1904. Onda que arrastava de cambulhada os positivistas, os monarquistas, os republicanos históricos, os tradicionalistas, os militares, os agitadores temperamentais, os políticos despeitados ou marginalizados (MELO FRANCO, 2001, p. 492).

A Revolta da Vacina foi uma tentativa de Golpe Militar. Orquestrada pelo então deputado do Distrito Federal Lauro Sodré, antigo desafeto de Rodrigues Alves. Essa tentativa de golpe já era planejada antes mesmo de Rodrigues Alves assumir a presidência, eleito por voto popular. Antes de sua posse, Lauro Sodré, planejou um golpe de Estado, que teve início no Rio Grande do Sul, e um atentado à vida de Rodrigues Alves.

Também havia cogitado de um atentado a dinamite contra o trem que deveria trazer Rodrigues Alves para a posse da presidência. Um cadete seria incumbido disso. Tendo falhado tudo, tentaram as conspirações revolucionar o país a propósito do Acre. Finalmente, em 190, chegava à sedição, promovendo as desordens no Rio de Janeiro, o movimento popular do “quebra-lâmpião” (MELO FRANCO, 2001, p. 499).

Entre os políticos e militares que encabeçaram o movimento, valem ser mencionados, além de Lauro Sodré, o Deputado Barbosa Lima, republicano histórico, e o Deputado Alfredo Varela, Coronel do Exército, honra recebida após lutar na Revolução Federalista. Formavam assim a *Junta Dictorial*. Se saíssem vitoriosos da “Revolução”, pretendiam instalar uma Ditadura Militar e se autointitulariam os governantes.

Com discursos inflamados para uma já invisibilizada e brutalizada população, Lauro Sodré, então senador pelo estado do Rio de Janeiro, utilizou de sua oratória para elevar ainda mais os ânimos dos trabalhadores no Centro das Classes Operárias, homens que ali estavam com interesse no que o político tinha a dizer.

Com a intenção de insuflar uma situação já delicada, o deputado, durante sua fala, apelou para a questão moral da época, mencionando como as mulheres das famílias daqueles trabalhadores poderiam ser expostas para que a vacina fosse aplicada nos braços ou nas coxas. A violência de como o decreto seria imposto também foi citada, uma vez que, caso os cidadãos se recusassem a se vacinarem, a Brigada Sanitária poderia usar de meios truculentos para forçar a vacinação, inclusive entrar nas casas sem consentimento de seus habitantes.

No dia nove de novembro de 1904, um dia antes do decreto entrar em vigor, a população foi às ruas protestar contra o decreto da vacinação obrigatória. Os manifestantes declamavam: “Morra a vaccina!”. O movimento, que começou com palavras de ordem e gritos de guerra, escalonou para a baderna. Paralelepípedos das ruas foram arrancados e postes da recém-instalada iluminação elétrica foram derrubados, motivos pelo qual a Revolta ficou conhecida como *Quebra-lâmpião*. Os escombros e sucata das casas que haviam sido demolidas para dar lugar a Avenida Central e ainda estavam entulhados pela cidade se transformaram em armas nas mãos dos revoltosos contra as forças policiais, que rapidamente haviam sido acionadas pelo governo. Bondes foram revirados. O Rio de Janeiro virava uma praça de Guerra.

A Revolta da Vacina passou a ser noticiada por todos os jornais do país pelos correspondentes que estavam no Distrito Federal usando telégrafos. Os meios de comunicação da época reportavam os acontecimentos. O jornal *O Estado de S.*

Paulo noticiou a Revolta por meio de telegramas enviados diariamente para sua redação. Na publicação do dia 14 de novembro, se lia:

A cidade está em trevas. os lampiões de todas as ruas foram quebrados pelo povo. Foram virados e queimados diversos bondes de todas as companhias e destampados os bueiros. O povo hostiliza a polícia a tiros, pedradas e outros projecteis atirados pelas janellas e telhados das casas (OESP, 1904, p. 1).

O jornal *O Estado de S. Paulo* foi fundado em Itu-SP em quatro de novembro de 1875. Foi o primeiro jornal do país abertamente a favor da República e contra a Monarquia, em um ato de resistência e manifestação contra o Imperador. As publicações nos dias seguintes, a semana da Revolta da Vacina, congratulavam a ação da polícia e do governo contra os baderneiros e demonizavam a Revolta, como era de se esperar de um jornal republicano, a favor das Reformas Urbanísticas e do plano de governo do então presidente.

Durante a Revolta, o Estado agiu com demasiada truculência contra os revoltosos. Logo que ficou aparente que apenas a polícia não conseguiria conter a destruição da cidade, a Guarda Nacional e até a Marinha foram acionadas.

O governo, submerso no caos da desordem, lançou mão de todos os recursos imediatamente disponíveis para repressão. Como a força policial não dava conta da situação, passou a solicitar todos os reforços que pôde das Tropas do Exército e da Marinha. Não foi suficiente. Precisou chamar unidades do Exército acantonadas em regiões limítrofes: fluminense, mineiras e paulistas. Ainda assim não bastou. Teve de armar a corporação dos bombeiros de bairros e regiões costeiras e investi-las na refrega. Mas a resistência era tanta que teve de apelar para recursos ainda mais extremados: determinou o bombardeio de bairros e regiões costeiras através de suas embarcações de guerra. Por último, convocou a Guarda Nacional. Só pelo concerto inusitado dessa pantosa massa de forças repressivas, pôde o governo, aos poucos e com extrema dificuldade, sufocar a insurreição (SEVCENKO, 1993, p. 21–22).

Enquanto a população tomava as ruas, as articulações políticas para depor o presidente eram manobradas. No dia 14 de novembro, Lauro Sodré, Alfredo Varela e Barbosa Lima se alinhavam com outros militares a favor do golpe para tomar o Palácio do Catete, moradia presidencial no Rio de Janeiro. Rodrigues Alves, que havia permanecido no Palácio, foi contra o conselho de seus ministros e não quis sair da moradia ou se refugiar em um navio de guerra que estava atracado no porto.

A resistência de Rodrigues Alves em permanecer em seu lugar de poder foi considerada um ato de bravura. O golpe foi impedido pela Brigada Nacional. Este ato de coragem do Presidente teve outra consequência positiva: ele deixou de ter a fama de dorminhoco e seu apelido “O Soneca” caiu em desuso.

Lauro Sodré, Alfredo Varela e Barbosa Lima se esconderam após a frustração de golpe e se mantiveram foragidos por semanas, quando enfim foram encontrados pela polícia, presos e processados por conspiração.

Não se tem o número exato, tanto de presos quanto de mortos, por consequência da Revolta e das forças de repressão usadas pelo governo, mas a estimativa mais aproximada é de cerca 900 pessoas presas e enviadas para o Acre. Rodrigues Alves conseguiu, por meio do Congresso, a instauração de Estado de Sítio, que acabou sendo prorrogado por mais de seis meses.

Rodrigues Alves morreu na madrugada do dia 16 de janeiro de 1919, após ser eleito para presidente em 1918. Foi o primeiro presidente reeleito do Brasil, apesar de não ter assumido a cadeira por motivos de saúde. Existe um certo debate com relação à causa da morte de Rodrigues Alves, mas o que se sabe é que a saúde do presidente já estava fragilizada em razão de uma anemia. Mais tarde, ele contraiu Gripe Espanhola, sendo a figura mais eminente a ter falecido pela influenza.

2. 3 Os Cronistas do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro foi a cidade mais retratada em crônicas do país. Seja por ter sido a capital do Brasil, onde a maioria dos jornalistas e cronistas viviam, ou pelo simples fato de ser uma cidade de paisagem cartão postal - a “Cidade Maravilhosa” - atraindo artistas e escritores da vida boêmia. Essa fórmula foi essencial para o desenvolvimento da cultura de crônica no Brasil, inclusive com a publicação de revistas voltadas somente a esse estilo de escrita.

Autores em começo de carreira ou já com boa reputação no país aumentavam a popularização do estilo, escrevendo para revistas recém-lançadas aproveitando da nova liberdade literária, longe das amarras monarquistas, que haviam imperado por mais de quatro séculos. A experiência de se escrever sobre o governo de forma aberta foi um passo tomado após a Proclamação da República.

Essa dissertação tem como objeto as crônicas de Lima Barreto em seu *Diário Íntimo* no período da Reformas Urbanísticas (1902–1906). Porém, outros cronistas da mesma época, que escreviam sobre a modernização da cidade do Rio de Janeiro, valem serem discutidos pela sua importância e contribuição à literatura brasileira.

João do Rio, pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881–1921), Paulo Barreto, foi um dos maiores cronistas brasileiros, pioneiro do estilo. Escreveu para jornais com *O Paiz* (1884–1930) e a *Gazeta de Notícias* (1875–1956). Como Lima Barreto, João era cronista e escritor, crítico das Reformas Urbanísticas, principalmente da iluminação na cidade. Quando estudado, é possível entender o envolvimento de João do Rio com o fato por motivos pessoais. Ele era negro e homossexual e tinha seus encontros com outros homens nas sombras da cidade sem a iluminação elétrica.

A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem, cobertos de suor, uma melopeia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço. A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas (RIO, 2008, p. 10).

A *Alma Encantadora da Cidade* (1908), foi uma crônica de João do Rio dividida em 37 capítulos sobre *A Rua*, primeiramente assinadas no jornal *Gazeta de Notícias* (1875-1956). Essas crônicas retratam o amor do autor pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro enquanto a capital passava pelas Reformas Urbanísticas de Pereira Passos.

Tanto João do Rio como Lima Barreto apontam o uso de dois pesos duas medidas por parte de uma jovem República, teoricamente comprometida com a igualdade- um estandarte liberal- mas, na prática, assegurando o domínio contínuo da elite. Devido em parte à sua ascendência e, no caso de João do Rio, também à preferência sexual por homens, os dois autores afrodescendentes estavam particularmente interessados em como a cor de pele e sexualidade se encaixavam no uso e controle dos espaços públicos e meios sociais (BEAL, 2017, p. 56).

Para João do Rio, as ruas eram vivas, tinham sentimento e acima de tudo alma. A alma dos moradores, dos que passavam por ela, dos mendigos e dos notívagos. As ruas eram contadoras de histórias que se abriam para ele, como escritor, como um observador de suas histórias. Para João do Rio, as histórias da rua eram a história de um povo, uma cidade, um bairro. Nas ruas havia encanto e encontro, lágrimas de despedida e risos de felicidade. *A Alma Encantadora da Cidade* se tornou seu livro mais famoso. Ainda que tenha sido escrito em forma de crônica, tem um quê de poesia e musicalidade em suas páginas, mostrando a sensibilidade do autor por meio de suas palavras.

Oh! sim ,as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltadas, medrosas, *spleenéticas*, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue... (RIO, 1908, p. 16).

O escritor e poeta Olavo Bilac, colaborador da *Revista Kosmos* (1904-1909) de sua primeira à última edição, escrevia suas crônicas comentando os acontecimentos da cidade do Rio de Janeiro, onde morava, e exaltando com esperança as mudanças da nova República. Bilac era um grande defensor das Reformas Urbanísticas, via com entusiasmo o prospecto de modernização que a cidade tanto carecia, como um grande passo rumo ao progresso tão prometido após a Proclamação da República. Em sua *Chronica* publicada em março de 1904, escreveu:

Fechemos a chronica com algumas linhas de alegria e esperança, Ha poucos dias, as picaretas entoando um hymno jubiloso, iniciaram os trabalhos da construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condemnadas. Bem andou o governo, dando um carácter solemne e festivo á inauguração d'esses trabalhos. Nem se comprehendia que não fosse um dia regosijo o dia em que começamos a caminhar para a rehabitalização. No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atrazo, do Approbio. A cidade colonial, immund, retrograda, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daquelles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hymno claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Que alegria cantavam ellas, - as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam comprehendiam bem o que ellas diziam, no seu clamor incessante e

rythmico, celebrando a victoria da hygiene, do bom gosto e da arte (1904, n. p.).

Na edição do mês de inauguração da Avenida Central, Olavo Bilac publicou uma crônica na *Revista Kosmos* criticando todos aqueles que haviam duvidado que o projeto da Avenida ao menos sairia do papel, alfinetando também os cidadãos que eram contra as reformas. A Avenida Central foi inaugurada em 15 de novembro de 1905 e na mesma crônica Olavo Bilac comemora sua construção:

Inaugurou-se a Avenida! Parece um sonho... Onde está tú mettido, Carrancismo ignóbil, que por tanto tempo nos opprimiste e deshonoraste? Em que furna lobrega, em que socavão escuro te foste esconder envergonhado? Em vão procurei n'estes ultimas dias e n'estas ultimas noites de Novembro, pela radiante extensão da Avenida formosa: não vi, em parte alguma, o teu olhar sinistro em que a má-vontade reluz perpetua, a tua bocca franzida n'um eterno sorriso de sarcasmo, a tua fronte envergonhada n'uma perenne contensão de birra e malevolencia... Andas, com certeza, homiziado nos beccos sujos, em que se mantém ainda a tradição do mau gosto e da immundice: afugentou-te a luz da Avenida, horrorisou-se a alegria do povo, fulminou-te o despeito! (1905, n.p).

Quando a Avenida Central foi finalmente aberta em toda sua extensão para o tráfego, na parte localizada no centro do Rio de Janeiro já haviam sido instalados postes de luz elétrica, também uma grande novidade para o início do século XX. Bilac menciona esse fato ao fazer o comentário de que o mau gosto ainda poderia ser achado no Rio nos becos escuros, que ainda não haviam sido iluminados.

A avenida abrigou algumas das primeiras luzes públicas da capital. Em 1904, o governo ergueu temporariamente ao longo dela e da adjacente Avenida Beira Mar postes com lâmpadas de arco, que um ano depois seriam substituídas por iluminação permanente. Ao longo da ilha da Avenida Central, brilhavam 174 lâmpadas de arco, com lampiões a gás nas calçadas laterias, conforme o Departamento de Relações Públicas Rio Light. Estes lançavam uma fraca luz amarela sobre a cidade, deixando bolsões de escuridão entre um poste e outro. Em contraste, as lâmpadas elétricas de arco jorravam uma luz azulada e brilhante. Sua luz era significativamente mais clara que a dos lampiões e esteticamente diferente, transformando a aparência da centro à noite (BEAL, 2017, p. 51).

A visão de Lima Barreto e João do Rio com relação às Reformas Urbanísticas tem um aspecto social marcado pelo que os próprios autores vivenciavam por serem homens pretos. O favorecimento do centro do Rio de Janeiro para as

Reformas, desde a demolição de moradias populares à construção da nova avenida e a iluminação elétrica, demonstrava o privilégio dado à elite carioca.

A perspectiva de Olavo Bilac sobre as Reformas era um reflexo da esperança que invadiu a mentalidade dos brasileiros após a Proclamação da República. Era um clamor por novos tempos em um país obsoleto, que se esforçava para alcançar os ideais eurocentristas de modernidade.

Bastos Tigre, discutido no capítulo anterior, publicou seu livro *Versos Perversos* em 1905, um compilado de crônicas em forma de poemas que criticavam duramente o presidente Rodrigues Alves. Embora Tigre fosse a favor das Reformas Urbanísticas e apoiador do prefeito Pereira Passos, seus versos atacavam continuamente o presidente:

Vão ser inauguradas finalmente,
Do Porto as grandes obras seculares,
Que hão de levar a Glória mais fulgente
Da pátria engenharia os luminares
Lauro, Frontin, Bicalho, o Presidente
Os diplomatas, do Congresso os pares,
Para a Veuve Clicquot, loira e fervente
Vão preparando os finos paladares
Como no Credo entrou Pôncio Pilatos,
Rodrigues Alves vai entrar na História
Por este, como por mais outros atos.
E cansado afinal de tanta glória,
Veste o chambre e sacando os sapatos,
Dormirá sobre os louros da Vitória (TIGRE, 1905, n. p.).

Neste poema, Bastos Tigre faz chacota da fama de dorminhoco de Rodrigues Alves, além de ser enfático ao afirmar que o presidente não merecia levar o mérito pelas reformas que estavam começando a ser inauguradas no Rio de Janeiro. Ao comparar Rodrigues Alves a Pôncio Pilatos, Tigre indica que o presidente era inimigo da nação. Por mais que tenha sido o presidente que contratou a equipe técnica realizadora do projeto das reformas e que inclusive conseguiu investimentos para que tal tenha acontecido, o cronista não acreditava na competência de político de Rodrigues Alves.

Já vi um cego discutir pintura
E vi um coxo dar lições dança;
Conheço um beberrão que não se cansa
De falar das vantagens da água pura.
Sei de um tipo que é surdo desde criança
E da Aída crítica de partitura;

Um sujeito nas raias da loucura,
 As “Regras do Bom Senso” a lume lança.
 Certo cearense fala sobre a gula!...
 E de um cretino sei que tem momentos
 Em que zurze a valer a gente nula;
 E se, pois, casos tais se veem aos centos,
 Não espanta que Cruz, que não regula,
 Ande agora a fazer regulamentos!... (TIGRE, 1905, n. p.).

Em Não admira, Bastos Tigre (1905) critica o Dr. Oswaldo Cruz, por suas recomendações políticas, influenciando o presidente Rodrigues Alves a assinar o decreto de obrigatoriedade da vacina contra a varíola. A crítica de Tigre ressalta o fato de um médico não ser um político, mas pela influência que tem no presidente, conseguir a regulamentação para a vacina de varíola em toda a população.

Escrever crônicas de jornal sobre as transformações urbanas da *belle époque* ofereceu aos poetas e romancistas uma oportunidade de retratar as reformas de sua cidade ao mesmo tempo que ganhavam uma fonte de renda maior do que teriam unicamente através de seus esforços literários. Em uma era em que tanto as notícias sérias (*hardnews*) quanto sensacionalismos eram cada vez mais privilegiados na mídia, escritores encontraram na modernização do Rio de Janeiro inspiração para esses dois tipos de jornalismo. Assim, os escritores obtiveram sucesso ao casar seus interesses literários e jornalísticos em suas investigações a respeito da vitória sobre as trevas (BEAL, 2017, p. 70-71).

Bastos Tigre, como discutido anteriormente, não era apenas poeta e cronista. Teve outras profissões e *hobbies*. Com outro pseudônimo, D. Xiquote, assinava peças e artigos de humor. Sua peça mais famosa *O Maxixe*, era uma sátira sobre a dança carioca. Em que criticava a hipocrisia da elite do Rio de Janeiro usando a dança como metáfora, por ser considerada de baixo calão.

3. 1 A crônica como estilo de escrita

O cronista é um artista perseguindo por chronos, mais terrível que os deuses que prendem Prometeu. Acuado pela necessidade de seguir sempre adiante, evitando olhar para trás, o cronista lança marcas - pedaços de si - pelo caminho para que o possam seguir.

- Beatriz Resende

A crônica como estilo de escrita se popularizou na França no final do século XVIII e no Brasil na segunda metade do século XIX. Com uma linguagem coloquial, impressa nos jornais diariamente como historietas, rapidamente se tornou uma forma de comunicação com a qual os literatos brasileiros se familiarizaram. Sobre o tema, Luís Peazê afirma que:

Não existe somente no Brasil, mas é como o café, o futebol e outras culturas que nós nos apropriamos de um jeito que parece que nasceram no Brasil. São coisas que vieram de fora e voltaram abraçadeiras para o mundo (2019, n. p.).

A discussão ao redor do estilo de escrita crônica gira em torno do gênero da qual ela é advinda. A crônica provém do jornalismo ou da literatura? Esta questão vem sendo debatida desde o começo do século XX. Cronistas, literatos e jornalistas dão e deram seus pareceres. Sem chegarem a uma conclusão, a crônica navega entre os dois mundos: o dos jornais e o dos livros. Diante desta questão:

Coube à crônica, porém, exercer papéis múltiplos, ocupando o lugar do artigo de fundo, fazendo as vezes do que hoje se denomina editorial ou lançada no interior da revista, em seção exclusiva. Aproxima-se do artigo. Sobretudo na característica comum de voltar-se para as ocorrências contemporâneas, no seu suceder imediato. Marcada pela reflexão despreziosa, redundou na forma ideal do trato literário de eventos cotidianos, driblando seu caráter efêmero (LUCA; MARTINS, 2008, p. 70).

Lima Barreto se inseriu na literatura brasileira como cronista quando a produção de crônicas já era frequente e bem aceita pelos leitores. O estilo que mistura realidade e ficção por meio de anedotas afim de discutir assuntos sérios foi um marco no Brasil e Lima Barreto não foi o único escritor que iniciou sua carreira como literato nas páginas de jornais e revistas.

Considerado o primeiro cronista brasileiro, um dos principais e mais importantes autores do país, com mais de 500 crônicas e dez romances publicados, dez peças de teatro produzidas e incontáveis contos, o Bruxo do Cosme Velho ³, Joaquim Maria Machado de Assis (1839–1908) é até hoje a referência literária do Brasil. Suas primeiras atuações na literatura foram como cronista de uma pequena revista no Rio de Janeiro chamada *O Espelho*. Apesar de ter permanecido em circulação apenas por um ano, entre 1859 e 1860, as crônicas de Machado de Assis publicadas neste periódico deram o impulso inicial em sua carreira como literato.

Na edição de 30 de outubro de 1859, sob o pseudônimo M-as, Machado de Assis, publicou uma crônica sobre a crônica, na época chamada de folhetim, termo mais tarde usado como título de revistas e jornais que se especializaram nesse estilo. No documento o autor sublinha:

O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudonymo, o folhetim nasceu do jornal. O folhetista por consequência do jornalista. Esta intima afinidade é que desenha as saliencias physionomicas na moderna criação (ASSIS, 1859, p. 1).

Machado de Assis, com esta primeira introdução à origem da crônica, inaugura o estilo de escrita com um contexto para os jornais. O conceito de crônica inserido no jornalismo passou a ser um senso comum. Escrever sobre o cotidiano, por meio de anedotas e explicitando os acontecimentos de uma época com humor, é uma forma de informar de um modo divertido. Para Machado de Assis, a crônica é considerada advinda do jornalismo, além de ter sua publicação em jornais diariamente.

O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do serio, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal. Efeito estranho é este assim produzido pela afinidade assignalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquelle cabe sobre este a luz seria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda, Pelo que toca o devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; é capital próprio (1859, p. 1).

³ Machado de Assis ficou conhecido como o Bruxo do Cosme Velho por ter o hábito de queimar sua correspondência em um caldeirão em seu quintal na casa onde morava, no bairro do Cosme Velho.

As diferenças entre cronista e jornalista são explicitadas por Machado de Assis. Em uma comparação entre o sério e o devaneio, a matéria jornalística não tem espaços para a especulação, a ficção ou a opinião, e neste ponto os estilos se diferem. A crônica é o lugar para o jornalista exercer sua criatividade, por meio de exemplos ou contos ficcionais que explicam, muitas vezes de forma mais acessível, a situação pela qual um país ou cidade esteja passando, para serem entendidas pelo maior número de pessoas.

Lembrar, por exemplo, que o fato de ficar tão perto do dia-a-dia age como quebra do monumental e da ênfase. Não que essas coisas sejam necessariamente ruins. Há estilos roncantes mas eficientes, e muita grandiloquência consegue não só arrepiar, mas nos deixa honestamente admirados. O problema é que a magnitude do assunto e a pompa da linguagem podem atuar como disfarce da realidade e mesmo da verdade. A literatura corre com frequência este risco, cujo resultado é quebrar o leitor a possibilidade de ver as coisas com retidão e pensar em consequência disto. Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer o cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, - sobretudo porque quase sempre utiliza o humor (CÂNDIDO, 2003, p. 89).

No livro *Para gostar de ler: crônicas*, Antônio Cândido (2003) escreveu o prefácio intitulado *A vida ao rés do chão*, no qual fala sobre a crônica como um “gênero menor” na literatura. Mesmo que o autor considerasse a crônica um subgênero, também a via como um formato que vê o macro pelo micro. Por meio de pequenos acontecimentos em sua rotina, o cronista é capaz de trazer aos leitores um contexto político, social ou econômico de fácil acesso, com uma linguagem simplificada, exemplificando de forma coloquial um evento maior, que esteja afetando os cidadãos. É esta maneira bem-humorada de colocar leitores a par do mundo, que faz do cronista tanto um literato quanto um jornalista. Segundo Antônio Cândido (2003), a crônica transita entre ambos os gêneros e, dialogando com o que propõe Luís Peazê:

Ocorre que a crônica habita dois ambientes enquanto texto e leitura: o da literatura e o do jornalismo. Este último ambiente é dividido em dois, um que carrega pedras e outro que pensa, é nesse último que a crônica nasceu, vive e passa bem (2013, n. p.).

A crônica era vista como um “gênero menor”, primeiro por ter começado em pequenas notas de rodapé com comentários sobre a política e economia nas matérias jornalísticas. Aos poucos, foram ganhando mais destaques nos jornais, que começavam a circular diariamente, mas ainda assim eram textos enxutos, com uma linguagem coloquial e bem-humorada. Não era levada a sério, pois não tinha a presunção apenas de informar, mas sim de também divertir e encantar.

Isto acontece porque não tem pretensões a durar, uma que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa. Ela não foi feita originalmente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha. Por se abrigar neste veículo transitório, o seu intuito não é dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é o dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés do chão. Por isso mesmo consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um, e quando passa do jornal ao livro, nós verificamos espantados que a sua durabilidade pode ser maior que ela própria pensava (CÂNDIDO, 2003, p. 89).

No século XIX a profissão de cronista não era reconhecida como uma profissão. Os autores que colaboravam nos jornais e revistas, ou eram escritores ou jornalistas, como exemplo, Olavo Bilac, que publicou mais crônicas que poemas até hoje, é considerado poeta, não cronista. A crônica como gênero autoral, “gênero maior”, só foi reconhecida depois de 1930, mais precisamente em 1936, quando Rubem Braga (1913-1990) publicou seu primeiro livro, *O Conde e o Passarinho*, exclusivamente de crônicas. Esse foi um dos motivos, inclusive, que levaram Braga a ganhar o título de pai da crônica, no Brasil. Um ano antes de falecer, o cronista escreveu em sua coluna para a *Revista Nacional* no ano de 1989:

Respondo que a crônica não é literatura, e sim subproduto da literatura, e que a crônica está fora do propósito do jornal. A crônica é sublitteratura que o cronista usa para desabafar perante os leitores. O cronista é um desajustado emocional que desabafa com os leitores, sem dar a eles oportunidade para que rebatem qualquer afirmativa publicada. A única informação que a crônica transmite é a de que o respectivo autor sofre de neurose profunda e precisa desoprimir-se. Tal informação, de cunho puramente pessoal, não interessa ao público, e portanto deve ser suprimida. (BRAGA, 1989, n. p.).

Por mais que a crítica amarga de Rubem Braga tente encerrar o debate se a crônica é ou não literatura, com base no número de literatos que iniciaram sua vida como escritores pela crônica, pode-se dizer que a crônica é literatura e é jornalismo. Pois além de beber da fonte da literatura, principalmente na produção de textos, o cronista é, afinal, um bom contador de histórias. A produção diária, impressa nos jornais, sobre assuntos atuais aproxima a crônica do jornalismo:

Mas a crônica ficou, e é bom que fique ligada intimamente ao jornalismo. Mesmo que você compre um livro de crônicas, pode ter certeza que as crônicas ali colecionadas foram publicadas em algum periódico, algum jornal (PEAZÊ, 2003, n. p.).

Luís Peazê (2003) em seu livro *O crônico da crônica*, tenta justamente responder a essa questão. Os critérios para a crônica ser considerada jornalismo estão na produção diária, ser publicada em jornais, e ser sobre assuntos atuais e cotidianos. A ligação com a literatura é forjada por meio da linguagem literária. A crônica não procura responder as mesmas questões que o jornalismo (o que, como, onde, por quê, quem), mas sim, contar anedotas. Deste modo:

No texto jornalístico, o jornalista entra com um serrote e um martelo em cada mão, só. Na crônica, ele se abastece de inúmeras ferramentas, pode até nem utilizá-las mas elas estão ali, se a pressa não for muito grande ele utiliza... Um graminho, uma suta, um formão, uma serrinha menor, um esquadro, a trena e não raramente uma colher de pau (2003, n. p.).

Tanto a crônica quanto os artigos de jornal têm o mesmo objetivo: informar. O que muda é o método. Na crônica as fontes são substituídas por personagens, as entrevistas por diálogos, as manchetes por títulos, os fatos por histórias e os eventos por casos. Não à toa Lima Barreto preferia escrever em formato de crônica. O autor, como apontam Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins:

Lima Barreto foi um dos colaboradores mais assíduos daquela República das Letras. Contabilizaram-se mais de 500 crônicas do autor em diversos jornais e revistas, entre eles *Careta*, mas que acabaram, sobretudo, veiculadas em impressos menores, sem que ele deixasse de passar a oportunidade de denunciar o artificialismo imperante. Lima Barreto exemplifica quão complexo foi o processo de nascente profissionalização do intelectual de letras, exercida nos impressos daqueles “tempos eufóricos” (2008, p. 93).

A voz de Lima Barreto, que misturava a realidade e a ficção, havia encontrado um lar no estilo das crônicas. Mesmo seus romances de tom denunciativo se baseavam em sua vida e sua vivência, como em *Isaiás Caminha*, onde após descrever sobre a redação do *Correio da Manhã*, criou mal-estar com seus colegas e não foi mais convidado a colaborar no jornal.

Para Lima Barreto a literatura devia ter alguns requisitos indispensáveis. Antes de mais nada, ser sincera, isto é, transmitir diretamente o sentimento e as ideias do escritor, da maneira mais clara e simples possível. Devia também dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular, focalizando os que são fermento de drama, desajustamento, incompreensão. Isto, porque no seu modo de entender ela tem a missão de contribuir para libertar o homem e melhorar sua convivência (CÂNDIDO, 1989, p. 39).

A sinceridade de Lima Barreto em seus textos não era exclusiva de suas crônicas ou diários, mas também estava presente em seus romances. Cada livro do autor tinha um objetivo específico de comentar a sociedade em que vivia e transcrever suas experiências e sentimentos de uma forma que fosse acessível a todos. A escrita simples e sem floreios de Lima Barreto não deixava de ser uma forma de resistência contra a academia e os escritores que escreviam apenas para a elite. As obras de Lima Barreto eram para todos, posto que:

A primeira recusa de qualquer compromisso com a elite intelectual se fez em Lima Barreto pela denúncia da escrita acadêmica, velha, “coelhonista”⁴, antecipando a instauração do novo que vai se dar na escrita modernista. A opção do nosso autor é por uma retórica despojada do ornamental, uma retórica de bagatelas, representante das feiras e mafuás (RESENDE, 1993, p. 15).

A análise dos documentos permite considerar que essa máxima de Lima Barreto, de uma literatura para todos, também se confirmava em seus romances, que foram publicados primeiramente em capítulos em revistas e jornais, como crônicas.

Isaiás Caminha teve seu primeiro capítulo publicado na *Revista Floreal*. A *Floreal* foi uma revista lançada por Lima Barreto e, apesar de só ter tido quatro edições por falta de patrocínio, deixou sua marca entre as publicações cariocas. Era

⁴ Derivado de Henrique Maximiano Coelho Neto, fundador da Academia Brasileira de Letras.

uma revista de crônicas em que seu fundador e principal colaborador “fazia crítica voraz ao beletrismo e à estética gráfica apurada, numa revista de pequeno formato, sem as imagens que enchiam os olhos dos leitores” (LUCA; MARTINS, 2008, p. 92). A *Revista Floreal* era o contraponto.

Desde o primeiro livro publicado por Lima Barreto, estabeleceu-se um conflito definitivo entre a sua produção literária e os detentores do poder cultural na *cidade letrada*, capital da República Velha. Se a ruptura com os “mandarins⁵ da literatura” faz com que lhe seja negado o discurso legitimador da crítica oficial, a situação à margem garante à sua produção a preservação da independência. Diante das dificuldades de edição dos romances e contos que segue escrevendo. Lima Barreto busca na imprensa a forma de veiculação de sua escrita. Apartado dos grandes jornais e grandes revistas, publicações de oposição ao regime, de associações de cunho político corporativo, em periódicos de pequena circulação, frequentemente *empastelados* pela censura. Essa colaboração constante na pequena imprensa será definidora do perfil de grande parte de sua produção literária: as crônicas (RESENDE, 1993, p. 12–13).

Os autores de referência permitem inferir que a literatura de Lima Barreto era combativa. Das denúncias que fazia contra a exclusão do governo com as obras públicas que só favoreciam o centro, ao linguajar que propositalmente utilizava como forma de popularizar sua literatura e indo contra modelos rebuscados de escrita, à exposição do racismo que sofria. Tudo em sua obra buscava elucidar as pessoas sobre o que era ser marginalizado. Nesse âmbito, como elucidado por Antônio Cândido:

O espelho assume função de compromisso por solidariedade. O sentimento de participar da mesma humanidade frágil, sujeita à marginalização social da prostituta, ao esmagamento do pobre, à alienação do insano, faz por contágio que o sentimento pessoal se torne verdade para os outros; e a verdade dos outros, experiência pessoal. Desses vasos comunicantes é que brota, quem sabe, a opção por uma arte áspera e sincera, capaz de transmitir o seu recado e deste modo servir (1989, p. 49).

A escrita denunciativa pela qual Lima Barreto se comprometeu em suas crônicas, romances e até diários, não apenas ia contra a corrente literária reinante, mas servia àqueles com quem se identificava. Seus textos tinham dois objetivos,

⁵ Alusão ao livro de Simone de Beauvoir (1908-1986), intitulado *Os Mandarins*, publicado originalmente em 1954.

trazer reconhecimento aos marginalizados e ilustrar as classes dominantes sobre as classes pobres e os subúrbios.

Ao escrever o *Diário do Hospício* (2007b), Lima Barreto, descreveu sua experiência de reclusão compulsória em um manicômio com a ideia de trazer luz a como os internos eram tratados. Sobre a experiência do autor e a referida obra, Beatriz Resende aponta:

O escritor que, em meio a situação-limite, continua tomando apontamentos, continua escrevendo, agarra-se à ideia de que o sofrimento vivido terá um fim, haverá uma saída, Escreve, então, para salvar a sua escrita e, pela escrita, salvar sua vida. Lima Barreto começa a escrever o que foi recolhido como o *Diário do Hospício* num momento de extrema provação, tentando resgatar a própria individualidade, buscando salvar o indivíduo humilhado. Escreve, então, um dos mais fortes e belos documentos em defesa da cidadania do mais excluído dos cidadãos, o louco, Escreve a crônica da loucura (1993, p. 201).

Para resgatar a sua identidade, Lima Barreto se volta para o estilo de escrita com o qual mais se identifica, a crônica. Escrevendo, o autor sai de sua realidade de reclusão, para sua imaginação. Com o *Diário do Hospício* (2007b), Lima Barreto, mostra sua indignação por estar preso em uma “casa de loucos”, como chama, e estar com a sua liberdade totalmente cerceada.

Lima Barreto continua seu relato descrevendo as condições de onde os internos eram mantidos. Em uma das passagens do diário, o autor descreve as dependências das alas do lugar e as pessoas que lá eram mantidas. O excerto destaca não apenas a falta de preocupação com a manutenção do hospício, como também as diferentes pessoas que lá estavam, a grande maioria de classes pobres. Sendo assim, descreve:

O mobiliário, o vestuário das camas, as camas, tudo é de uma pobreza sem par. Sem fazer monopólio, os loucos são da proveniência mais diversa, originando-se em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São de imigrantes italianos, portugueses e outros mais exóticos, são os negros, roceiros, que teimam em dormir pelos desvãos das janelas sobre uma esteira esmolambada e uma manta sórdida; são copeiros, cocheiros, moços de cavalaria, trabalhadores braçais. No meio disto, muitos com educação, mas que a falta de recursos e proteção atira naquela geena social (2007, p. 38).

Durante a sua internação, Lima Barreto, concedeu uma entrevista ao jornal *A Folha* (RJ), transcrita por seu biógrafo, Assis Barbosa (2017) em *A vida de Lima Barreto*. Na entrevista, Lima Barreto já adiantava ao repórter sobre a obra que estava escrevendo, *Cemitério dos Vivos*, e a sua intenção em publicá-la, como pode ser observado:

Tenho coligido observações interessantíssimas para escrever um livro sobre a vida interna dos hospitais dos loucos. Leia *O cemitério dos Vivos*. Nessas páginas contarei, com fartura de pormenores, as cenas mais jocosas e as mais dolorosas que se passam dentro dessas paredes inexpugnáveis. Tenho visto coisas interessantíssimas (apud BARBOSA, 2017, p. 295).

Para Lima Barreto, havia sido muito humilhante ser internado em um manicômio. Primeiro por ter sido contra a sua vontade, sem seu consentimento, com força bruta policial. Segundo, ao ser internado, ele foi admitido como indigente, o que feriu seu ego. Na época o autor já era um cronista reconhecido. Recluso por quase 60 dias, completamente privado da liberdade afirma “o Hospício é uma prisão como outra qualquer, com grades e guardas severos que mal nos permitem chegar à janela” (apud BARBOSA, 2017, p. 295). Dessa forma:

A escrita se torna uma maneira de escapar do silêncio, a escrita simulando a vida, ou uma prática destinada a exercitar a palavra, a frase, a escrita, que se prepararia para voos maiores. Essas anotações podem ser uma condição de salvação, de manter a lucidez e não perder a perspectiva crítica (RESENDE, 1993, p. 201).

A realidade e a ficção se confundem tanto em *O Cemitério dos Vivos* (2007a) quanto em *Diário do Hospício* (2007b). Assim como nas crônicas publicadas nos jornais, o estilo permite essa flexibilidade da verdade. Em suas anotações enquanto enclausurado não foi diferente. Partindo disso, Antônio Cândido destaca que:

Diríamos, então, que se o *Cemitérios dos Vivos* pode ser considerado um esboço do romance, o *Diário do hospício* não pode ser considerado documento pessoal puro, porque a cada momento parece que o escritor está ficcionalizando a si mesmo e o ambiente onde se encontra, a ponto de denominar a primeira pessoa narradora, ora Lima Barreto, ora Tito Flamínio, ora Vicente Mascarenhas, sendo este último o nome que acabou por fixar para o personagem central da obra projetada. Aqui, portanto, estamos ante um exemplo característico da maneira pela qual nosso autor

manifesta o seu movimento constante entre a pureza documentária e a elaboração fictícia, assim como o desejo de integrá-las (1989, p. 47).

O texto do autor anuncia a dualidade de Lima Barreto em suas obras. Esta confusão entre a realidade e a ficção foi uma das principais características das obras do autor, seja em seus diários ou romances. As circunstâncias de sua vida, na qual seus livros foram baseados, se misturam com a ficção para dar mais cor às histórias. Mas como o próprio Lima Barreto disse, as personagens de seus livros eram todas baseadas em pessoas reais de sua vida, e de onde tirava suas maiores inspirações.

A crônica como estilo de escrita dá exatamente esta liberdade criativa para que o autor possa transitar entre os estilos literários e jornalísticos e cumprir seu papel social não apenas de informar como também de trazer a luz assuntos poucos comentados, que quando tratados por um cronista têm um novo valor. O valor de um acontecimento que deve ser notado.

3. 2 As Políticas Públicas pelo “Diário Íntimo”

*Quando comecei a escrever este,
uma “esperança” pousou.*

- Lima Barreto

Lima Barreto teve dois diários publicados após sua morte, *Diário Íntimo* e *Diário do Hospício*, ambos organizados por seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa (2017). O *Diário Íntimo* relata seu cotidiano, ideias para romances, pensamentos soltos e economia doméstica e foi escrito entre 1900 e 1921, um ano antes de sua morte. O *Diário do Hospício*, escrito durante sua última internação em um sanatório em 1921, serviu como uma válvula de escape durante os 50 dias em que ficou hospitalizado. Sobre o primeiro, Antônio Cândido afirma que:

Veja-se o *Diário Íntimo*, que pode dar a impressão errada de ser pouco importante, ou de ser importante apenas como documento. Nele encontramos projetos de ficção, anotações breves, confissões e certos episódios de sua vida que são às vezes de grande interesse (1989, p. 42).

O ponto chave sobre ambos os diários era o estilo da crônica escolhida por Lima Barreto para suas anotações pessoais. A crônica, como já debatida anteriormente nesta dissertação, foi a forma de escrita com a qual o autor mais se identificava, tenha sido pela abordagem entre a ficção e a realidade, a forma crítica que deu a Lima Barreto um senso de liberdade em seus textos ou até o humor ácido usado como ferramenta para comentar sobre os assuntos cotidianos. A questão principal é que, por meio da crônica, fez suas maiores críticas com relação ao governo e às políticas públicas empregadas. Beatriz Resende destaca que um outro ponto “[...] comum aparece na própria nomeação dos dois gêneros: a crônica (chronos), publicada em jornais, e o diário, que também pode ser a forma de se designer um periódico de publicação cotidiana” (1993, p. 201).

Lima Barreto mencionava em seu diário como não tinha a intenção de publicar as crônicas que escrevia para si. Usava seus textos, principalmente, como desabafo ou para rascunhar ideias de capítulos para romances futuros. Mas, como Lília Schwarcz, sua biógrafa, entregou: “Não obstante, por vezes se traiu, dirigindo-se a um suposto leitor que ele imaginava acompanhar seus registros pessoais” (2013, p. 386). Diante disso, como Lima Barreto escreve:

Se essas notas algum dias foram lidas, o que eu não espero, há de ser difícil explicar esse sentimento doloroso que eu tenho de minha casa, do desacordo profundo entre mim e ela; é de tal forma nuançosa a razão de ser disso, que para bem ser compreendido exigiria uma autobiografia, que nunca farei. Há coisas que, sentidas em nós, não podemos dizer. A minha melancolia, a mobilidade do meu espírito, o cepticismo que me corrói- ceticismo que, atingindo as coisas e pessoas estranhas a mim, alcançaram também a minha própria entidade-, nasceu da minha adolescência feita nesse sentimento da minha vergonha doméstica, que também deu nascimento a minha grande falta. Hoje, pois, como não houvesse assunto, resolvi fazer dessa nota uma página íntima, tanto mais íntima que é de mim para mim, do Afonso de vinte e três anos para o Afonso de trinta, de quarenta, de cinquenta anos. Guardando-as, eu poderei fazer delas como pontos determinantes da trajetória da minha vida e do meu espírito, e outro não é o meu fio. Aqui bem alto declaro que, se a morte me surpreender, não permitindo que as inutilize, peço a quem se servir delas que se sirva com o máximo cuidado e discrição, porque mesmo no túmulo eu poderia ter vergonha (1956, p. 42).

Vale ressaltar que Lima Barreto morou por toda a sua vida na Baía de Todos os Santos, subúrbio do Rio de Janeiro, com seu pai João Henriques e sua irmã mais nova Evangelina. Seu pai foi diagnosticado após a morte de sua esposa com neurastenia causada pelo abuso do álcool e tanto Lima Barreto quanto sua irmã trataram dele em casa. Lima Barreto faleceu aos 42 anos em 1922 de infarto causado pelo consumo excessivo de álcool.

Lima Barreto enfrentava episódios de melancolia e usava da bebida alcoólica para se medicar, o que o levou à internação por duas vezes em manicômios. Na época não havia distinção entre doentes mentais, mendigos ou pessoas que passavam por vícios. Em seu *Diário Íntimo* (1956), Lima Barreto não comentou sobre suas internações, este inclusive foi um dos motivos pelo qual resolveu escrever outro diário, *Diário do Hospício* (2007b), enquanto internado para relatar sobre sua experiência. Distinguindo os relatos, o autor teve como intento não apenas mostrar como era a vida para as pessoas que estavam passando por tratamentos psiquiátricos, reclusos. Ele também, de maneira consciente, buscava desligar sua imagem de Lima Barreto escritor e boêmio do Lima Barreto indigente, como o próprio se via no hospital. Sua obra então retrata:

[...] a perda de identidade, a violência do sequestro, a arbitrariedade da reclusão imposta e o exercício do poder dentro da instituição, reproduzindo, no interior do hospício, a relação de poder do próprio sistema, exterior, global. A constatação da perda de identidade, da anomia reinante, da despersonalização que sofre ao ser privado de suas roupas ou de qualquer objeto pessoal faz emergir do texto momentos de desabafo pessoal que serão, depois, substituídos pelo habitual tom de um cronista, participante, sim, mas capaz de guardar o distanciamento crítico necessário para que não se trate de um literatura de expressão do eu, o que relativiza a ideia de diário e restaura a escritura da crônica (RESENDE, 1993, p. 208).

De sua última reclusão Lima Barreto escreveu dois livros, *Diário do Hospício* e *Cemitério dos Vivos*. Ambos acabaram sendo publicados após sua morte por seu biógrafo, Assis Barbosa (2017). Lima Barreto não tinha a intenção de publicar o diário que manteve durante sua internação, por isso começou a escrever o romance, mas não chegou a terminá-lo. O que chama a atenção com relação a *Diário do Hospício* é que foi escrito, assim como seu *Diário Íntimo*, em formato de crônicas (BARRETO, 1956; 2007b). Desse modo:

As duas práticas se separam quando levamos em conta o destinatário do texto. Nas crônicas, o público leitor é um destinatário amplo, mas conhecido em sua coletividade e presente numa relação aparente de influência mútua. O cronista escreve olhando no olho do leitor, seu próximo, seu cúmplice, tornando pública cada linha desse registro. Por sua vez, o diário é, ao menos em princípio, um texto sem destinatário. Escrito em segredo, ou na segurança da privacidade, o diário exclui, em sua composição, o olhar do outro. O que tem a crônica de público, tem o diário de íntimo (RESENDE, 1993, p. 200).

As crônicas que publicava em revistas e folhetins já davam indício de como Lima Barreto era contra as Reformas Urbanísticas durante o governo de Rodrigues Alves, então presidente do Brasil, e Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro. Em seu *Diário Íntimo* esses textos passam a ter um caráter bem mais pessoal. Primeiro, por serem histórias do próprio autor, mesmo que disfarçadas muitas vezes de ficção. Segundo, por não ter o anonimato, por meio de pseudônimos, para encobrir sua autoria. Este corte temporal entre 1902 e 1906 em seu *Diário Íntimo* permite uma leitura mais ampla da mentalidade de Lima Barreto com relação às políticas públicas empregadas.

A visão da cidade que Lima Barreto apresenta em suas crônicas é tão ampla que nela cabem representantes de todos os grupos sociais: presidentes, ditadores, deputados e senadores, militares, honestos ou desonestos doutores, moças de Botafogo, “melindrosas”, funcionários públicos de todos os escalões, meninas de subúrbio, poetas empobrecidos, músicos não reconhecidos, prostitutas infelizes ou de sucesso, aposentados, donas de casa, vagabundos, bêbados e loucos. São, no entanto, aqueles que a cidade rejeita que constituem o objeto principal de suas crônicas. Na verdade, o que Lima Barreto mostra é a verdadeira cara da cidade do Rio de Janeiro, sua resistência à ordem organizada imposta, ao Estado controlador, reação nem sempre organizada (RESENDE, 1993, p. 17).

Beatriz Resende (1993) em seu livro *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em Fragmentos*, analisa as crônicas de Lima Barreto em o *Diário do Hospício*. A obra foi escrita enquanto o autor estava internado pela segunda vez em um manicômio em razão do consumo excessivo de álcool, o que o fazia delirar. Os textos deste diário retratam a humilhação dos internos e a brutalidade do sistema contra pessoas em estado de vulnerabilidade extrema. Nesta passagem, Resende fala sobre a identificação de pessoas às margens da sociedade pelas crônicas do autor. O que Lima Barreto traduz em suas obras é a sua própria identificação com as pessoas do

Rio de Janeiro. Como o material analisado permite considerar, de modo empático, Lima Barreto se via em cada um.

Lima Barreto escreveu muito em seu diário sobre o preconceito que sofria por ser um homem preto. No dia 26 de dezembro de 1904, trouxe um episódio pelo qual passou na Secretaria de Guerra, onde trabalhava como amanuense concursado:

Hoje, comigo, deu-se um caso, por repetido, mereceu-me reparo. Ia eu pelo corredor afora, daqui do Ministério, e um soldado dirigiu-se a mim, inquirindo-me se era contínuo. Ora, sendo a terceira vez, a coisa feriu-me um tanto a vaidade, e foi preciso tomar-me de muito sangue frio para que não desmentisse com azedume. Eles, variada gente simples, insistem em tomar-me como tal, e nisso creio ver um formal desmentido ao professor Brocca (de memória). Parece-me que esse homem afirma que a educação embeleza, dá enfim, outro ar à fisionomia. Por que então essa gente continua a me querer contínuo, por quê? Porque... o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia de desgosto e ele far-me-á grande. Era de perguntar se o Argolo, vestido assim como eu ando, não seria tomado de contínuo; seria, mas quem o tomasse teria razão, mesmo porque ele é branco. Quando me julgo- nada valho; quando me comparo, sou grande. Enorme Consolo (BARRETO, 1956, p. 24).

O racismo presente no dia a dia de Lima Barreto fica evidente pela falta de reconhecimento que ele enfrentava até mesmo em seu trabalho. Ao ser confundido como contínuo (menino de recados) mais de uma vez, fica claro para o autor que esse não era um simples erro cometido por colegas de Ministério, já que Argolo, colega de Secretaria e contínuo, não passava pelo mesmo constrangimento como homem branco.

Assim, talvez o Lima Barreto mais típico, seja o que funde problemas pessoais com problemas sociais, preferindo os que são ao mesmo tempo uma coisa e outra- como por exemplo a pobreza. Que dilacera o indivíduo, mas é devida à organização defeituosa da sociedade; ou o preconceito, traduzido em angústia, mas decorrendo das normas e interesses dos grupos. E por aí afora (CÂNDIDO, 1989, p. 39).

Vale ainda ressaltar que Lima Barreto nunca se importou com sua vestimenta. Andava maltrapilho de propósito, como uma forma de resistência às modas da Primeira República. Porém Argolo andava com as mesmas roupas e não era questionado sobre suas funções no departamento.

Lima Barreto percebia assim a importância dada à cor de sua pele. Não eram suas roupas, seu cargo ou sua função na Secretaria de Guerra que geravam o preconceito dos oficiais do exército que lá trabalhavam. A vaidade ferida que Lima Barreto menciona tem relação com sua condição de neto de ex-escravizados. Sendo um homem preto e letrado, sua condição se diferenciava da maioria dos homens pretos do país, ou seja, sua posição como concursado contava muito pouco para os que lhe julgavam pela sua raça.

Lima Barreto escrevia de forma inconstante em seu diário. Muitas crônicas não eram datadas e as poucas com data tinham eram escritas com muito tempo entre uma e outra. Coube ao seu biógrafo e organizador Assis Barbosa (2017) tentar estabelecer a ordem cronológica dos escritos por meio de contexto histórico e eventos da vida de Lima Barreto. O historiador dividiu os capítulos do diário por ano.

Em Lima Barreto, essa prática do diário é mais constante e rica entre 1903 e 1906. À medida, porém, que sua produção literária se intensifica e é acompanhada pela atividade constante de cronista, o diário torna-se mais lacônico, praticamente limitando-se a registrar notas referentes a suas obras, ideias de crônicas e confissões realmente íntimas sobre seu vício: o álcool. As quatro internações que sofre, como consequência de crises delirantes, não merecem mais do que duas ou três linhas de registro (RESENDE, 1993, p. 200).

O ano de 1904 teve o maior número de textos sobre política. Foi o ano em que a Avenida Central começou a ser construída após o período de demolições e o decreto pela obrigatoriedade da vacina foi aprovado, resultando na Revolta da Vacina. Essas questões e as duas tentativas de golpe sofridas por Rodrigues Alves instigaram Lima Barreto a escrever sobre suas impressões dos eventos:

Podemos muito bem explicar assim a constante irritabilidade dos neófitos e adeptos de utopias e reformas sociais. Vêde Barbosa Lima, a quem eu creio sincero, entre nós, pois que todas as reformas da atualidade, no nosso meio, se vão polarizando no positivismo religioso (BARRETO, 1956, p. 17).

Nesta passagem, Lima Barreto comenta sobre Barbosa Lima, deputado pelo estado do Rio Grande do Sul e um dos conspiradores do golpe contra Rodrigues Alves. Barbosa Lima era republicano histórico, ou seja, fora a favor da Proclamação da República e apoiava os militares. Era político de profissão e advogado de

formação. A colocação que Lima Barreto faz sobre as Reformas Urbanísticas demonstra suas críticas. Como Barbosa Lima era um grande opositor do governo de Rodrigues Alves no congresso, ao endossar a verdade em Barbosa Lima, Lima Barreto deixa claro que apoia sua opinião e oposição. Porém, na crônica datada de 28 de outubro de 1904, Lima Barreto demonstra uma mudança de opinião:

O Barbosa Lima descompôs o Medeiros; não há negar que o Medeiros é vil como uma serpente, mas o Barbosa tem sido de uma felicidade pasmosa, tendo sempre adversários fofos literatos (no mau sentido!), que não podem arrancar-lhe aquela máscara de matemático e filósofo. É um péssimo espírito esse Barbosa Lima, utópico, granítico, recheado de positivismo, cheio de ideias sentimentais, mas no fundo cruel e covarde moral. É uma das mais belas flores do bacharelismo do Exército, bacharelismo cheio de espírito de casta de fofa ciência. Convém debilitá-lo (1956, p. 17).

Medeiros, a quem Lima Barreto se refere, foi o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863–1961). Sucessor de Júlio de Castilhos (1860–1903), governou o estado por 25 anos, entre 1898 e 1937, apenas com um pequeno hiato entre 1908 e 1913, quando não pode se reeleger e apoiou Carlos Barbosa Gonçalves (1851–1933).

A rusga entre Barbosa Lima e Borges de Medeiros era antiga e não se pode precisar qual episódio em específico Lima Barreto menciona nesta crônica. Entretanto, é certo que a opinião do autor sobre Barbosa Lima mudou com o passar dos meses, indo de homem sincero a *cruel e covarde moral*.

A oposição de Barbosa Lima no Congresso, que usava sua posição política de Republicano Histórico como artefato para se opor às modernizações do Rio de Janeiro, eram na verdade pano de fundo para o que mais tarde foi comprovado como uma tentativa de Golpe Militar durante a Revolta da Vacina. Lima Barreto parecia premeditar o que estava por vir em novembro. Dessa forma, como destaca:

Durante as mazorcas de novembro de 1904, eu vi a seguinte e curiosa coisa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava. O governo diz que os opositoristas à vacina, com armas na mão, são vagabundos, gatunos, assassinos, entretanto ele se esquece que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele, é da mesma gente. Essa mazorca teve grandes vantagens: 1) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defendê-la com armas na mão; 2) diminuir

um pouco o fetichismo da farda; 3) desmoralizar a escola militar. Pela primeira vez, eu vi entre nós não se ter medo do homem fardado. O povo, como os astecas ao tempo de Cortez, se convenceu de que eles também eram mortais. O Argolo ⁶, parece, queria esse movimento resgatar a pouca bravura que teve em 9 de fevereiro (1956, p. 21).

Lima Barreto se refere à Revolta da Vacina (nove a 16 de novembro) como Mazorcas por todo seu diário, em mais de uma crônica a respeito do evento. A Revolta teve um grande impacto em Lima Barreto, principalmente em razão das consequências sofridas pelos cidadãos que participaram do evento.

Nesta crônica sem data, identificada por Assis Barbosa (2017) como tendo sido escrita em 1904, Lima Barreto demonstra orgulho pelos cariocas por terem defendido sua posição, neste caso contra a obrigatoriedade da vacina. Barreto era contra a polícia e os militares em razão da truculência que usavam para lidar com os moradores dos subúrbios e a forma como a violência era usada pelo Estado para oprimir e repreender. Ao comparar o Estado a Hernán Cortes ⁷ e o povo brasileiro aos astecas, Lima Barreto mais uma vez legitima a valentia dos revoltosos contra os esforços do governo em conter a população insatisfeita.

Ainda sobre a Revolta da Vacina, em novembro de 1904: “Profecia. Dos militares mais ou menos envolvido nas mazorcas, nenhum sofrerá pena; dos civis, alguns se suicidarão na prisão” (BARRETO, 1956, p. 22). Triste predição que foi concretizada. Os que não morreram foram mandados à Ilha das Cobras e em seguida despachados como baús para o Acre.

Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo os governos do Brasil. Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre. Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda. De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos (BARRETO, 1956, p. 22).

⁶ Argolo era contínuo na Secretaria de Guerra, trabalhava com Lima Barreto e era homem branco.

⁷ Conquistador espanhol. Cortes uniu povos indígenas, totonacas e tlaxcaltecas, contra os Aztecas, os subjugando.

A denúncia de Lima Barreto não se limita apenas à violência utilizada durante a Revolta da Vacina para tentar conter o povo, que investia contra as forças armadas. O autor vai além. A maioria dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro que tomaram as ruas eram pretos. O racismo toma mais uma vez sua forma de brutalidade contra a população pobre. Assim, Lima Barreto associa a escravatura à repressão sofrida por revoltados de maioria negra. O Estado de Sítio aprovado pelo congresso após decreto de Rodrigues Alves foi estendido por mais de seis meses após o fim da Revolta. Nesse sentido, como elucida Nicolau Sevcenko:

Já para Lima Barreto, essa composição era variada, incluindo “pessoas diferentes, de profissão, inteligência e moralidade”. Atente-se bem: pessoas de profissões diferentes. Logo, segundo o notável escritor, descomprometido da repressão, que até procurou se evadir dela, evitando sair de casa para suas andanças cotidianas, não se tratava de um movimento exclusivamente de desocupados e transgressores contumazes da lei, como pretendiam as fontes oficiais. Certamente, inúmeros desocupados participaram do motim, como não poderia deixar de ser, numa cidade com a taxa elevadíssima de desemprego estrutural, que arrastava grande parte da população para a condição humilhante de vadios compulsórios (1993, p. 71).

Historicamente, o governo tentou de várias formas deslegitimar o movimento, atribuindo aos desocupados e vagabundos os protestos que ocorreram por cinco dias na cidade do Rio. A tentativa de justificar o levante contra o decreto, as forças armadas e o governo, fracassou, já que mais da metade da população masculina participou do quebra-quebra durante a semana da Revolta (SEVCENKO, 1993). Como esclareceu Lima Barreto, pessoas com profissões participaram, trabalhadores que viram na Revolta uma forma de lutar contra as constantes repressões do Estado. A obrigatoriedade da vacina foi a gota d’água em uma série de exclusões que as classes pobres vinham enfrentando desde o final do século XIX. Nas palavras de Lima Barreto:

Esses oito dias, depois da Mazorca do Lauro (15) gorado, têm sido de um aspecto encantador. O poltrão do Cardoso de Castro, a humílima autoridade que recebeu do deputado Varela, é agora das mais enérgicas, e o símplice Rodrigues Alves, grave conselheiro, secundária figura do Império, é estrênuo defensor da República. Rui, o letrado beneditino das coisas da gramática, artificialmente artista e estilista, aconselha pelos jornais condutas ao governo. Há dias, ele, no auge da retórica, perpetuou uma extraordinária mentira. Referindo-se ao dia 14, que fora cheio de apreensões, de revoltas e

levantes, e à nota trazida a 15, da vitória da “legalidade”, disse assim, da manhã de 15: “fresca, azulada e radiante”, quando toda a gente sabe que essa manhã foi chuvosa, ventosa e hedionda. Eis até onde leva a retórica, e depois... (1956, p. 23).

Como os documentos analisados permitem considerar, Lima Barreto escreveu vários dias em seu diário sobre a Revolta da Vacina e suas consequências, não apenas comentando sobre a brutalidade policial e o destino dos revoltosos, como também escrevendo sobre os políticos envolvidos no movimento e como caracterizava cada um. Nesta passagem, cita a Mazorca de Lauro, em uma clara referência a Lauro Sodré, sua tentativa de golpe e liderança do movimento popular. Fala sobre Cardoso Castro, Chefe da Polícia do Distrito Federal e a violência usada não apenas para conter o avanço da Revolta mas nos dias posteriores que levaram as prisões dos envolvidos no tumulto. Pela indicação de Lima Barreto, o deputado Alfredo Varela nomeou Castro para o cargo de Chefe que ocupava. Sobre o então presidente Rodrigues Alves, Lima Barreto usou do sarcasmo para descrevê-lo. Alves foi conselheiro nos tempos do Império e não era considerado republicano histórico em razão de seu passado monarquista. Porém, segundo o autor, após quase perder seu cargo na presidência passou a defender a República.

Por fim, Lima Barreto descreve Rui Barbosa como um letrado canastrão, que para esboçar sua satisfação com o fim da Revolta da Vacina mentiu sobre o tempo, publicando que fazia um dia ensolarado no Rio de Janeiro, no dia seguinte ao fim da Revolta, quando te fato choveu. A metáfora de Rui Barbosa não passou despercebida para Lima Barreto. Mas enquanto o fim do *Quebra-lampião* para Barbosa significava dias melhores e ensolarados, para Lima Barreto o tempo chuvoso era uma analogia mais bem colocada, uma vez que tantos homens sofreriam duras repressões por participarem da Revolta.

Esta não foi a primeira vez que Lima Barreto escreveu em seu diário sobre a questão do tempo no dia 15 de novembro e a metáfora de Rui Barbosa. No dia 14 de janeiro de 1905, Lima Barreto volta a mencionar o episódio:

Ontem passei o dia em casa. Um dia bom. Folhee os meus livros, cortei os artigos dos jornais franceses e preguei-os de encontra à lídima prosa de Rui Barbosa. É um perfeito retórico esse tal Rui, glória do Brasil e honra da América do Sul. Pelos dias 16 a 20 de novembro, ele publicou uma carta na Tribuna. Fazendo considerações sobre os acontecimentos de 14 e 15. Havia o

seguinte: ele dissera que a noite de 14 fora prenhe de ameaças, mas que a providência divina, protegendo o Brasil permitia que a manhã de 15 fosse clara, radiante e azulada, como convinha a uma manhã cheia de boas novas... Entretanto, choveu muito na tal manhã, que foi feiíssima, haja visto o testemunho dos que viveram e viram. Como a retórica exigia, lá vai pura, azulada e radiante (1956, p. 49).

Lima Barreto volta a criticar Rui Barbosa por sua publicação no jornal *A Tribuna*. Mesmo sendo uma metáfora para dias melhores que viriam à então Capital Federal, para Lima Barreto tal metáfora não fazia sentido pela quantidade de homens que haviam participado da Revolta, foram presos e enviados ao Acre como punição. Não havia República se o povo não pudesse protestar por seus direitos. A relação de Lima Barreto com Rui Barbosa era inconstante. Lima Barreto guardava entre seus recortes de jornal inúmeros artigos escritos por Barbosa e até pendurava alguns nas paredes de seu quarto. Mesmo assim, sempre que possível o criticava por sua postura republicana e seus atos excludentes contra a população pobre.

Lima Barreto não comentou em seu diário sobre o decreto da obrigatoriedade da vacina. Sua preocupação era com as pessoas que haviam ido às ruas. Lima Barreto sabia que, em sua maioria, eram pessoas pobres e o Estado agiria com truculência. A forma de opressão que a polícia do Distrito Federal empregou contra os manifestantes, as prisões e exílios não foram surpresa para o escritor. A repressão do Estado àqueles que iam contra suas diretrizes era um dos temas de suas obras, tanto as crônicas quanto seus romances. Ainda nesta questão, Lima Barreto entendia que a repressão do Estado não era contra os mais pobres, mas contra a população preta que compunha essa classe social invisibilizada pelo governo, desvelando a presença de concepções racistas na política da recém instaurada República. Como relata:

O Edmundo Bittencourt foi preso por causa do artigo que falei há dias; alguns jornais, poucos, protestaram, entre eles a Tribuna, a quem o chefe de polícia mandou avisar, por um capitão de sua milícia, que não admitia censura à sua administração. O presidente da República (parece) mandou que o chefe o soltasse, e este soltou-o, fazendo-o constar que o fazia por seu livre alvitre. Esse chefe de polícia, Cardoso Castro, é a besta mais imbecil que há no Brasil. Irritado, ignorante, esfomeado de dinheiro, babuja-se todo para ficar no lugar que está. O seu relatório que é a coisa mais impagável dessa vida, pretende envolver nos distúrbios de novembro platônicos monarquistas, porque, diz ele, fazer propaganda da monarquia é o maior crime possível. A monarquia há de voltar, e eu hei de vê-lo, como chefe de polícia, dizer que a propagação da República é pior

que matar o seu próprio pai. Áulico, esfomeado, imbecil e ignorante, sem capacidade para ser liberal (BARRETO, 1956, p. 52).

É importante ressaltar dois pontos nesta crônica. Como é possível observar, o primeiro não é o óbvio desdém por Cardoso Castro ⁸ - Chefe da Polícia do Distrito Federal -, mas sim, o fato de Lima Barreto ficar enfurecido e até mesmo revoltado com a prisão de Edmundo Bittencourt. Bittencourt foi o fundador e dono do Jornal *Correio da Manhã* (1901-1974), onde Lima Barreto colaborava. O que chama a atenção é Lima Barreto sair em defesa do dono do jornal, uma vez que quatro anos mais tarde, ao publicar *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), Lima Barreto descreve a redação do jornal *O Globo*, para qual trabalhava, de maneira jocosa e beirando o cruel.

Quando Isaías Caminha vai a primeira vez para a redação do Jornal *O Globo* e observa Ricardo Loberant, pseudônimo de Edmundo Bittencourt, esta é a impressão que registra:

Embora alguns fossem mais ilustrados que ele, a ação deles no jornal recebia impulsão do doutor Ricardo, o sinete de sua paixão dominante, a sua característica; e esta era o despeito de sua fraca capacidade intelectual a resistência que o seu cérebro oferecia ao trabalho mental contínuo, de modo a não lhe permitir chegar às altas posições pelo prestígio do talento e do estudo, não lhe deixando o seu grande orgulho que chegasse de outra forma mais geral e mais fácil (BARRETO, 2019, p. 93).

Essa passagem em *Isaías Caminha* é a mais elogiosa ao Dr. Ricardo Loberant. Em outras partes do livro, Lima Barreto consegue ser ainda mais severo, não apenas insultando a inteligência do dono do jornal como as suas posições políticas e seus atributos físicos. Não à toa, a crônica em seu diário do dia 19 de janeiro de 1905 causa espanto na defesa do homem de que tanto fez chacota, mesmo que por meio de pseudônimo, em seu primeiro livro. A aversão de Lima Barreto ao Chefe de Polícia era, portanto, maior que o desdém que sentia por Bittencourt.

O segundo ponto que merece ser citado é o fato de Lima Barreto, mesmo após a Proclamação da República, continuar a ser monarquista. Essa visão política, passada por seu pai, que não apenas era monarquista como trabalhava como

⁸ Antonio Augusto Cardoso de Castro, não apenas foi chefe de política como chegou ao cargo de Procurador Geral da República no governo do Presidente Hermes da Fonseca em 1911.

tipógrafo em um jornal que defendia a permanência da família real no poder, continuou por toda sua vida. Lima Barreto era da opinião de que a monarquia deveria reassumir o poder, mesmo tendo estima por alguns políticos e literários republicanos, sua vertente política se manteve.

As maiores críticas em seu diário sobre as políticas públicas empregadas entre 1902 e 1906 eram, em primeiro lugar, com relação à brutalidade e truculência policial a que eram submetidas as pessoas consideradas das “classes perigosas”. Em segundo, aos políticos republicanos, ou “vira-casaca”, como era o caso de Rodrigues Alves. Porém, Lima Barreto também escreveu sobre as Reformas Urbanísticas em si. O autor, que gostava de caminhar por toda a cidade ou ainda pegar o bonde elétrico de um ponta a outra, reparava nas mudanças pelas quais o Rio de Janeiro passava. Em 27 de janeiro de 1905, Lima Barreto, escreveu:

Sai e tomei um bonde e fui à Prainha. A rua está outra, não a conheci bem. Se os prédios fossem mais altos, eu me acreditaria em outra cidade. Estive na esquina dela com a avenida, a famosa avenida das indenizações, subia-a pé, tomei pelo que resta do beco da Rua da Prainha, agora em alargamento, e segui pela Rua Larga de São Joaquim, prolongada e alargada até o Largo de Santa Rita. A rua quebra um pouco o primitivo alinhamento, mas mesmo assim ficará bela. Entretanto, como vêm já de boa administração essas modificações, acredito que o Rio, o meu tolerante Rio, bom e relaxado, belo e sujo, esquisito e harmônico, o meu Rio vai perder, se não lhe vier em troca um grande surto industrial e comercial; com ruas largas e sem ele, será um aldeia pretensiosa de galante e distinta, como é o tal de São Paulo (1956, p. 54).

Para Lima Barreto, com as reformas o Rio de Janeiro perderia tudo aquilo que fazia da cidade tão especial: as ruas sujas e apertadas, sem avenidas e os prédios baixos. Lima Barreto se identificava com a cidade onde tinha nascido e vivido por toda a sua vida. Para o autor, a cidade ia ficando bonita, padronizada, mas perdia seu charme. Lima Barreto nunca foi contra as Reformas Urbanísticas em si. Ele era contra a exclusão, o preconceito que também sofria, a brutalidade policial contra as classes pobres e a falta de preocupação dos governantes com moradias populares. Neste sentido, é apontado por Beatriz Resende que:

As crônicas de Lima Barreto se revelam até aqui a expressão contínua desse homem das ruas, pintor da vida na grande cidade, em relação com o seu público por meio dos veículos de comunicação

de massa que são os jornais. Retirado das ruas para a clausura do hospício, a necessidade da escrita terá de encontrar outra forma de expressão, compatível com o isolamento que lhe é imposto (1993, p. 196).

A literatura de Lima Barreto era uma literatura de trânsito e movimento. Em suas caminhadas por toda a cidade, gostava de observar, tomar notas e se inspirar para suas crônicas e romances. Sendo assim:

Apresentado-se ele mesmo como um representante das classes subalternas, movendo-se no espaço da cidade, entre o subúrbio onde mora, do qual se recente por não conseguir uma identificação um sua vida íntima, pessoal, e o centro da cidade ocupado pelos gerentes desta cultura que recusa, Lima Barreto apresenta-se como transformador do discurso dos sem-fala numa fala pública (RESENDE, 1993, p. 17).

Beatriz Resende (1993) explicita o sentimento de Lima Barreto com relação às suas obras: dar voz aos invisibilizados. Morando no subúrbio, em Todos os Santos, e trabalhando e frequentando a vida boêmia no centro do Rio de Janeiro, Lima Barreto transita entre espaços diferentes da cidade, onde observa as diferenças de tratamento às classes sociais. Antônio Cândido, sobre Lima Barreto, destaca que:

Essas “questões particulares” expostas com “espírito geral” exprimem o ritmo profundo da escrita de Lima Barreto, a sua passagem constante da particularidade individual para a generalidade da elaboração romanesca (e vice-versa), que importa numa espécie de concepção do homem e do mundo, a partir de um modo singular de ver e sentir. Daí o interesse de tudo aquilo que, na sua obra, pode ser chamado literatura íntima: diários, correspondência, até os desabafos frequentes dos escritos de circunstância (1989, p. 50).

Apesar de já no começo do século XX ter conquistado notoriedade como escritor, trabalhar como servidor público e colaborar com crônicas para revistas e jornais com tiragens expressivas para a época, Lima Barreto sofria racismo por ser um homem preto. Ao presenciar e ser alvo de preconceito, ele entendia como outras pessoas negras, principalmente, ex-escravizadas e analfabetas se sentiam. Dessa forma, conseguia transcrever não apenas o sentimento de exclusão pela cor de sua pele, como dar voz às classes pobres, que eram constantemente ignoradas pelos

governos quando se tratava dos melhoramentos feitos no cento do Rio de Janeiro, como relata:

Eu tenho muita simpatia pela gente pobre do Brasil, especialmente pelos de cor, mas não me é possível transformar essa simpatia literária, artística, por assim dizer em vida comum para eles, pelo menos com o que vivo, que, sem reconhecerem a minha superioridade, absolutamente não têm por mim nenhum respeito e nenhum amor que lhes fizesse obedecer cegamente (1956, p. 42).

Lima Barreto entendia do preconceito pois sofria com ele. Porém, ele também tinha uma posição de superioridade com relação aos outros moradores do subúrbio, pois se considerava intelectualmente superior a seus vizinhos. Para ele, a solução estava em ser ouvido. Lima Barreto não sabia como poderia ajudar as pessoas próximas, pois ganhava pouco. Diante disso, a partir dos documentos, observa-se que a crônica mais dolorosa foi escrita no *Diário Íntimo*, datada 24 de janeiro de 1908:

Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contato pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei. É triste não ser branco (1956, p. 82).

Os episódios de racismo que Lima Barreto sofreu são revelados inúmeras vezes por todo seu diário. Este episódio em especial chama atenção pela forma como ele termina a crônica. O documento não permite saber se ele realmente saltou da barca, mas o preconceito frequente que ele sofreu o magoava. Mais de uma vez esse sentimento foi descrito pelo próprio autor.

Tenha sido no *Diário do Hospício* ou no *Diário Íntimo*, era certo que a cor da pele de Lima Barreto o fazia passar por situações humilhantes, reflexo das políticas racistas vigentes que o afetavam enquanto homem negro. Essa constante diferença de tratamento foi a razão pela qual ele fazia críticas ao governo, principalmente com relação às políticas públicas. Frente ao favorecimento da elite branca e a invisibilidade das classes pobres, que moravam cada vez mais afastadas do centro e eram compostas em sua maioria por pessoas pretas, Lima Barreto assumiu o papel social de elucidar seus leitores com relação aos problemas sociais que eram vividos nos subúrbios do Rio de Janeiro.

Considerações finais

Lima Barreto utilizava de suas crônicas e romances para denunciar a forma excludente com que o governo agia com relação à população pobre da cidade do Rio de Janeiro.

As Reformas Urbanísticas, que ocorreram no Rio entre 1902 e 1906, durante o governo do então Presidente Rodrigues Alves e o Prefeito Pereira Passos, acentuaram essa diferenciação que era feita pelo Estado. Começando com o projeto Bota-abaixo, iniciado por Barata Ribeiro com a demolição do Cortiço Cabeça de Porco, as demolições de cortiços viraram uma constante durante a Primeira República.

Os cortiços e estalagens começaram a ser demolidos pelo que o governo afirmava ser uma questão de higiene pública. No final do século XIX o Rio de Janeiro passava por epidemias bumerangues de cerca de oito doenças (varíola, tuberculose, febre amarela, sífilis, febre tifoide, peste bubônica, cólera e malária) e um grande aumento populacional, o que levava a problemas tanto nos âmbitos de moradia quanto de infecções. O projeto para demolição de moradias populares tinha como objetivo diminuir a infecção de febre amarela. Ainda não se sabia qual era o método de transmissão do vírus e os médicos acreditavam que a contaminação era por contato. Com as demolições de moradias populares se acreditava que o contágio e o número de vítimas da doença diminuiriam.

Quando Pereira Passos assumiu a prefeitura do Distrito Federal, o projeto de construção de uma grande avenida aos moldes da famosa Champs Elyseé começou a sair do papel. Mais uma vez, para que essa obra fosse possível seria necessária a desapropriação e demolição das moradias populares que ficavam no centro e no caminho do progresso.

O método usado tanto por médicos higienistas quanto pela prefeitura do Rio de Janeiro consistia em despejar os moradores das propriedades e implodir as casas. Sem uma política pública de moradias populares ou uma consideração do governo em acomodar os moradores dessas habitações, as pessoas que ali moravam e pagavam aluguel foram simplesmente postas na rua.

As classes pobres, sem ter para onde ir, passaram a ocupar os morros ao redor da cidade ou indo para lugares mais afastados do centro, os subúrbios.

Lima Barreto, que habitou por toda a sua vida no Rio de Janeiro, morava nos subúrbios e trabalhava no centro. Ele observava as transformações pelas quais a cidade passava com preocupação. Em suas crônicas, retratava por meio da ficção como o governo estava favorecendo o centro da cidade em detrimento das classes pobres.

As modernizações pelas quais a capital do país passava sempre ocorriam em locais onde a elite morava e frequentava. A ideia de uma larga avenida não apenas que daria conta do tráfego e do aumento da exportação e importação pelo Porto do Rio de Janeiro, mas também daria espaço aos carros, que estavam começando a ser popularizados pelas classes ricas. Enquanto isso, as pessoas pobres estavam sem moradia, tendo que se locomover por um sistema ultrapassado de transporte público.

Lima Barreto não media críticas não apenas ao prefeito Pereira Passos, mas também fazia comentários sobre seus apoiadores e as obras que aconteciam no Rio. A ideia de trazer a capital do país para o novo século não era para todos.

Tanto em seu diário quanto em seus livros, Lima Barreto fazia questão de demonstrar seu descontentamento com a falta de políticas públicas para as classes pobres. Em suas obras e principalmente em seu diário ele relata dois estopins, que o levaram a tecer duros comentários sobre como a população carioca estava sendo tratada: a iluminação elétrica instalada na nova Avenida Central e a Revolta da Vacina.

A iluminação elétrica que era uma novidade no final do século XIX na Europa. Era uma das iniciativas prometidas pelo governo durante a Reforma, porém, só o centro do Rio foi contemplado com a moderna forma de iluminação substituindo os lampiões a gás. Os subúrbios continuariam no escuro.

Lima Barreto escreveu a crônica *O Subterrâneo do Morro do Castelo* (2017b) para mostrar sua indignação com relação à falta de recursos que os subúrbios passavam em nome das classes mais altas. Contando uma lenda urbana de que ainda deveriam ter tesouros dos jesuítas enterrados no Morro do Castelo, Lima

Barreto utiliza a ficção para criticar a construção da Avenida Central e a instalação da iluminação elétrica.

Em seu *Diário Íntimo*, Lima Barreto escreve diversas crônicas a respeito da truculência da polícia contra os revoltosos durante a semana da Revolta da Vacina, quando a população foi às ruas da cidade contra o Decreto de Obrigatoriedade da Vacinação da varíola. No texto, ele fala sobre seu medo em sair na rua em razão do racismo que poderia sofrer, se colocando contra repressão policial e contra os políticos que defendiam essas práticas.

Lima Barreto se mostra um autor contra a opressão do Estado, principalmente quando seu antigo chefe Edmundo Bittencourt é preso. O autor demonstra a repulsa que sente quando não apenas um colega, mas um jornalista, é levado à delegacia para prestar esclarecimentos com relação a um artigo publicado contra a obrigatoriedade da vacina. Vale ressaltar que Lima Barreto tinha grande antipatia por Bittencourt, mas a ideia de seu editor chefe sofrer cesura era inimaginável.

Lima Barreto tinha um estilo próprio de escrita e pontuação, mas foi na crônica que ele se encontrou como literato. Essa percepção se torna mais clara ao ler seus diários. O *Diário Íntimo*, escrito por um período de 21 anos (1900–1921), e o *Diário do Hospício (1921)*, escrito enquanto recluso em um manicômio, foram cadernos escritos em estilo de crônica. Lima Barreto se identificava com o estilo, por isso, mesmo em anotações pessoais continuava com a estrutura da crônica na escrita.

Entre a literatura e o jornalismo, a ficção e a realidade, Lima Barreto foi um dos maiores escritores brasileiros. Escrevendo de forma denunciativa contra os abusos do governo às classes pobres e criticando as medidas do Estado, que apenas privilegiavam a elite, Lima Barreto escrevia com suas emoções. Ele encontrou no papel e na caneta uma forma de comunicar o seu olhar, trazendo à literatura os problemas de ordem social, que não encontrariam caminho até as classes mais ricas se não fossem por suas histórias.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, F. A. **A vida de Lima Barreto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BEAL, S. **Brasil em Construção**: as obras públicas na Literatura do século XX. Porto Alegre: Zouk, 2017.
- BENCHIMOL, J. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- BURKE, P. **A escrita da História**: Novas perspectivas, São Paulo: Unesp, 2011.
- CÂNDIDO, A. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.
- CÂNDIDO, A. **Para gostar de ler**: crônicas. São Paulo: Ática, 2003.
- CHALHOUB, S. **Machado de Assis**: Historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, S. **Cidade Febril**: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MELO FRANCO, A. A. **Rodrigues Alves**: apogeu e declínio do presidencialismo: Brasília: Senado Federal, 2000.
- NAPOLITANO, M. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.
- OAKLEY, R. J. **Lima Barreto e o destino da Literatura**. São Paulo: Unesp, 2011.
- PEAZÊ, L. **Crônico da Crônica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- RESENDE, B. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em Fragmentos**. São Paulo: Autêntica, 1993.
- SCHWARCZ, L. **Lima Barreto Triste Visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SCHWARCS, L.; STARLING, H. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina**: Mentres insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 1993.

VIEIRA, J. **O Bota Abaixo**: crônica de 1904. São Paulo: Pilares, 2019.

FONTES

- ASSIS, M. O Folhetinista. **Revista Espelho**, Rio de Janeiro, n. 09, out., 1859.
- BARRETO, L. O Patriotismo. **Portal da Crônica Brasileira**. São Paulo, 1914. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/15999/o-patriotismo> . Acesso dia 17 dez. 2022.
- BARRETO, L. As Enchentes. **Portal da Crônica Brasileira**. São Paulo, 1915. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/14275/as-enchentes>. Acesso dia 10 mai. 2022.
- BARRETO, L. O Nosso Feminismo. **Portal da Crônica Brasileira**. São Paulo, 1922. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/14415/o-nosso-feminismo> . Acesso dia 18 dez. 2022.
- BARRETO, L. **Diário Íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, L. **Cemitério dos Vivos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.
- BARRETO, L. **Diário do Hospício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.
- BARRETO, L. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Centaur, 2013.
- BARRETO, L. **Clara dos Anjos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017a.
- BARRETO, L. **O Subterrâneo do Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: Dantes, 2017b.
- BARRETO, L. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Lafonte, 2019.
- BILAC, O. Chronica. **Revista Kosmos**, Rio de Janeiro, Ano I, v. 11, n.p., nov., 1904.
- BILAC, O. Chronica. **Revista Kosmos**, Rio de Janeiro, Ano II, v. 11, n.p., nov., 1905.
- LENZI, M. I. R. Francisco de Pereira Passos: Possibilidade de um outro olhar. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 133-141, mai./ago., 2003.
- RIO, J. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: BR75 Edições, 2018.
- Telegramas do Rio, Editorial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 10 a 16 de novembro, 1904.
- TIGRE, B. Voto pela Dictadura. **O Malho**, Rio de Janeiro, v. 42, ano II, n.p., jul., 1903.
- TIGRE, B. **Versos Perversos**. Rio de Janeiro: Livraria Cruz e Coutinho, 1905.